



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
POSGRAP – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PPGEO – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JOSÉ DANILO SANTANA SILVA

**A GEOGRAFIA E A DISSIMULAÇÃO DA CRISE ESTRUTURAL
NA TRILHA DO AGRONEGÓCIO E DA BARBÁRIE**

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
POSGRAP – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PPGEO – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JOSÉ DANILO SANTANA SILVA

**A GEOGRAFIA E A DISSIMULAÇÃO DA CRISE ESTRUTURAL
NA TRILHA DO AGRONEGÓCIO E DA BARBÁRIE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Alexandrina Luz Conceição.

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2024**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S586g Silva, José Danilo Santana
A Geografia e a dissimulação da crise estrutural na trilha do agronegócio e da barbárie / José Danilo Santana Silva ; orientadora Alexandrina Luz Conceição. – São Cristóvão, SE, 2024.
178 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Geografia econômica. 2. Capital (Economia). 3. Crises. 4. Especulação (Finanças). 5. Agronegócio. I. Conceição, Alexandrina Luz, orient. II. Título.

CDU 911.3:33

JOSÉ DANILO SANTANA SILVA

**A GEOGRAFIA E A DISSIMULAÇÃO DA CRISE ESTRUTURAL
NA TRILHA DO AGRONEGÓCIO E DA BARBÁRIE**

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Sergipe,
como pré-requisito para a obtenção
do título de Doutor em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Prof. Dr. Wagnervalter Dutra Júnior
Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus VI

Profa. Dra. Nacelice Barbosa Freiras
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Profa. Dra. Sinthia Cristina Batista
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos
Universidade Federal de Sergipe – UFS

SÃO CRISTÓVÃO/SE
FEVEREIRO/2022

DEDICATÓRIA

Aos que se põe na luta cotidiana de enfrentamento às todas as mazelas desse sistema desigual e desumano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Alexandrina por toda sensibilidade, por me trazer de voltar e concluir esse difícil ciclo em meio a tantos desafios e surpresas que a vida nos revela. É uma inspiração conviver contigo durante todos esses anos, aprendizado que levo para todas as esferas da minha vida. Agradeço por me fazer crescer intelectualmente e como ser humano. O teu olhar perante o outro é único. Obrigado por todos os anos de aprendizado que mudaram minha trajetória de vida. Alexandrina, te agradeço na condição de aluno, orientando, de amigo e de camarada. Muito orgulho por tudo que vivi ao seu lado.

Agradeço a Clarice, minha filha, minha linda surpresa. Como é bom ter a oportunidade de te apresentar o mundo e de conhecer o mundo pelos seus olhos.

Obrigado Mãe, sei o quanto lutou e abdicou da sua própria vida para me oferecer caminhos. Obrigado por todo seu amor e carinho, por sempre acreditar nas minhas decisões.

Agradeço a minha Tia/Mãe Josefa, faltam palavras para dizer o quanto você é importante na minha vida. Se hoje concluo esse ciclo é porque você me arrastou lá atrás para os primeiros dias na escola e sempre pavimentou meu caminho.

Agradeço ao meu avô Domingos e minha avó Maria que tanto me fazem falta. Vocês me ensinaram a experienciar o mundo.

Agradeço aos meus tios Domingos e Santana, sei de tudo que fizeram por mim até hoje, assim como meu avô sempre margearam meu caminho.

Aos meus primos-irmãos Marta, Patrícia, Bruna, Marcos, Marcio, Letícia, Camila, Lucas, Vitor, Mateus, Alberto e aos mais novos membros da família Rosa, Laura e Levi. Obrigado por todo apoio, sou muito feliz por crescer ao lado de todos vocês.

Agradeço a Isabela por segurar as pontas, me aturar e me dar força. Obrigado pelo amor, companheirismo e por acreditar que seria possível.

Agradeço a Jordana, mais do que minha amiga, cuidou, protegeu, acolheu, incentivou, se preocupou, brigou e esteve ao meu lado em alguns dos momentos mais difíceis. Nunca conseguirei dizer o suficiente o quanto você é importante para mim.

Agradeço a Eliany por todos esses anos de carinho e apoio irrestrito, se foi possível concluir a Tese é porque você doou muito do seu tempo para me ajudar. Obrigado por tudo.

Agradecimento mais que especial aos amigos dessa longa caminhada Marcelo, Marcio, Vanessa e Shauane, vocês são minha família nesse litoral tão distante. Obrigado por toda amizade, por toda preocupação e cuidado de vocês. Mesmo longe, estaremos sempre juntos.

Ao Spartakus, grande parte do meu crescimento intelectual devo a todos vocês. Todas as discussões são de grandeza inestimável e servem de base para a minha forma de agir e pensar hoje. André, Ariel, Vanessa, Marcelo, Shauane, Fábio, Alexandrina e Léo, muito obrigado por todo conhecimento e pelas boas risadas após as reuniões. Muito do que está aqui só é possível pelo aprendizado no grupo. Obrigado Camaradas.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Estado Capital Trabalho – GPCET: Alexandrina, Jordana, Ricardo, Junior, Eliany, Leandro, Marcelo, Marcio, Shauane, Vanessa, Wagnervalter, Michele, Fabrícia, Danilo, Vitor, Luiz André, Morgana, Franciely, Marília, Dayse e Ana Consuelo. Agradeço por todos os momentos de aprendizagem e construção coletiva.

Agradeço a Professora Josefa Lisboa que quando tudo parecia perdido com muita gentileza e sinceridade me trouxe de volta. Nunca esquecerei suas palavras para que não desistisse. Obrigado por fazer parte dessa banca.

Agradeço aos professores Wagnervalter, Sinthia e Nacelice que aceitaram fazer parte da banca de defesa da tese. Minha admiração por vocês só faz com que me sinta horando em escutar e aprender com vocês.

Agradeço a Layla e Luna, amigas para todos os momentos. Feliz de ter vocês em minha vida.

Ao Diretório Acadêmico Livre de Geografia e ao Movimento Estudantil da UFS e da Geografia do Nordeste, onde comecei a aprender o que é ter uma visão política de mundo.

À Associação de Geógrafos Brasileiros, mesmo na difícil tarefa de sobreviver em meio a toda despolitização da academia, a AGB permanece firme na luta por Geografia realmente voltada para os interesses sociais.

Agradeço a todos os meus colegas de turma, por todos os debates e por manterem a alegria no período cansativo de pagamento das disciplinas.

Aos meus alunos que me ensinam a ser cada dia mais humano e sensível a condição do outro. Aprendo muito com vocês.

Aos professores, funcionários, terceirizados e estagiários do NPGEO, por todo esforço para garantir o pleno funcionamento do Núcleo de Pós-Graduação.

Aos Movimentos Sociais do Campo e da Cidade, agradeço por todo conhecimento e por sentir o sangue pulsando de quem está na luta contra as perversidades de um sistema social que gera desigualdades.

Ao povo sertanejo, a quem o sol forte e o trabalho duro não tira a singeleza de um bom dia.

RESUMO

SANTANA SILVA, José Danilo. **A GEOGRAFIA E A DISSIMULAÇÃO DA CRISE ESTRUTURAL NA TRILHA DO AGRONEGÓCIO E DA BARBÁRIE.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2024. Tese (Doutorado em Geografia).

A inauguração histórica de período permanente de crise no sistema do capital marca uma catastrófica mudança no ritmo de acumulação. O processo de crise em seu atual estágio não representa mais um período de ajustes inerentes e necessários ao próprio sistema, no último meio século foram ativados os limites absolutos do capital de forma que todas as crises estão ancoradas numa única crise de caráter estrutural e que põe em xeque as bases que sustenta o sistema. A crise estrutural não pode ser mais ignorada, apesar de ser politicamente, economicamente, ideologicamente ou estrategicamente subdimensionada. Atualmente na Geografia, no que pese sua diversidade de abordagens e metodologias, a crise ora é internalizada como parte da sua própria constituição enquanto ciência, ora como caminho a ser superado pelo planejamento ambiental e o reordenamento territorial, ou se torna um processo desprezado face o carisma pelo culturalismo e as pautas estritamente identitárias. Por diferentes caminhos, a Geografia atua na dissimulação da crise estrutural. A economia financeirizada e em constante crise tem promovido alterações substanciais na desregulamentação das economias nacionais, impondo severas políticas de austeridade para os trabalhadores, afiançando - através do Estado - a precarização e superexploração da força de trabalho, solapamento as políticas sociais e acelerada degradação da natureza em várias partes do mundo. No Brasil, a financeirização da economia avançou também sobre o campo e encontrou no agronegócio uma forma de lucrar através do processo especulativo. Foi no curso da Revolução Verde que a agricultura financeirizada irá se desenvolver com base na tríade Estado-capital-mercado, adotando pacotes tecnológicos que gradativamente tornaram a produção do campo dependente e subordinada aos monopólios mundiais. O trator e o uso de fertilizantes NPK iniciaram esse processo que hoje tem como base o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas. No mesmo lado da moeda, a máxima especulação financeira no mercado de commodities, bolsas de mercadorias e de futuro, fundos de renda fixa das LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio) e das CRAs (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) e Fundos de Investimento para o Agronegócio. Em nossa tese entendemos que a estratégia do capital em garantir o controle direto ou indireto da produção está alicerçado na verdadeira natureza do agronegócio que é o processo especulativo e não a produção em si. Paradoxalmente, decorre daí a incansável preocupação do agronegócio em propagandear a exaustão que é produtivo, o "Agro é Tudo". O real processo de lucro do agronegócio não está preocupado com seu caráter destrutivo uma vez que a fluidez da especulação possibilita um rápido deslocamento dos investimentos para qualquer parte do mundo. O modelo do agronegócio é o resultado da universalização da barbárie promovido pela crise estrutural do capital: destruindo a natureza, violentando a força de trabalho e especulando todas as esferas da vida no planeta até o máximo esgotamento.

Palavras-chave: Crise Estrutural, Especulação, Agronegócio.

ABSTRACT

SANTANA SILVA, José Danilo. **GEOGRAPHY AND THE DISIMULATION OF THE STRUCTURAL CRISIS ON THE TRAIL OF AGRIBUSINESS AND BARBARIES**. São Cristóvão: Federal University of Sergipe, 2019. Thesis (Doctorate in Geography).

The historic inauguration of a permanent period of crisis in the capital system marks a catastrophic change in the rhythm of accumulation. The crisis process in its current stage no longer represents a period of inherent and necessary adjustments to the system itself, in the last half century the absolute limits of capital were activated so that all crises are anchored in a single crisis of a structural character and that puts in check the foundations that sustain the system. The structural crisis can no longer be ignored, despite being politically, economically, ideologically or strategically undersized. Currently in Geography, despite its diversity of approaches and methodologies, the crisis is sometimes internalized as part of its own constitution as a science, sometimes as a way to be overcome by environmental planning and territorial reordering, or it becomes a despised process in the face of the charisma through culturalism and strictly identity guidelines. In different ways, Geography acts in the dissimulation of the structural crisis. The financialized economy and in constant crisis has promoted substantial changes in the deregulation of national economies, imposing severe austerity policies for workers, securing - through the State - the precariousness and overexploitation of the workforce, undermining social policies and accelerated degradation of nature. In various parts of the world. In Brazil, the financialization of the economy also advanced on the countryside and found in agribusiness a way to profit through the speculative process. It was in the course of the Green Revolution that financialized agriculture would develop based on the State-capital-market triad, adopting technological packages that gradually made rural production dependent and subordinated to world monopolies. The tractor and the use of NPK fertilizers started this process that today is based on the use of pesticides and transgenic seeds. On the same side of the coin, maximum financial speculation in the commodities market, commodity and futures exchanges, fixed income funds from LCAs (Agribusiness Letters of Credit) and CRAs (Agribusiness Receivables Certificate) and Investment Funds for agribusiness. In our thesis, we understand that capital's strategy to guarantee direct or indirect control of production is based on the true nature of agribusiness, which is the speculative process and not production itself. Paradoxically, this gives rise to the relentless concern of agribusiness in propagating the exhaustion that is productive, "Agro is Everything". The real process of agribusiness profit is not concerned with its destructive character, since the fluidity of speculation allows for a rapid displacement of investments to any part of the world. The agribusiness model is the result of the universalization of barbarism promoted by the structural crisis of capital: destroying nature, violating the workforce and speculating all spheres of life on the planet to the maximum exhaustion.

Keywords: Structural Crisis, Speculation, Agribusiness.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 –	Fábrica da Huawei, Dongguan – China.....	60
FIGURA 02 –	Formas autonomizadas do capital.....	64
FIGURA 03 –	A fila por ossos bovinos distribuído por açougue para matar a fome em Cuiabá - MT, 2021.....	89
FIGURA 04 –	Atuação das Corporações na Cadeia do Agronegócio.....	91
FIGURA 05 –	Maiores fusões da última década.....	93
FIGURA 06 –	Evolução do consumo de fertilizantes no Brasil, 1950-2016.....	96
FIGURA 07 –	Venda e vendas – Contratos futuros e produção de milhões de toneladas, 2015/2016.....	127
FIGURA 08 –	Movimento do Capital Acionário na Bolsa de Valores	137
FIGURA 09 –	O Touro de Ouro da B3 (esquerda) e Vaca Magra (direita): signos do lucro e da fome no mercado financeiro do Brasil, 2021.....	144
FIGURA 10 –	Ensaio “Custo Humano” de Pablo Piovano, 2014-2019	152

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 –	Total Riqueza Real e Fictícia, Derivativos, Ativos e PNB, em trilhões US\$, 2007.....	35
GRÁFICO 02 –	Ciclos longos de Kondratiev, 1819-2009.....	36
GRÁFICO 03 –	Variação do endividamento (2008-2018) – grupos de países (Em pontos percentuais do PIB).....	40
GRÁFICO 04 –	Percentagem de Terrenos Geridos por 1% do Maiores Fazendas Contra os 99% Restantes na América Latina e no Caribe ,2017.....	79
GRÁFICO 05 –	Índice de preço (US\$) das <i>commodities</i> entre Janeiro e Outubro, 2011-2018	83
GRÁFICO 06 –	Índice de preços (US\$) das <i>commodities</i> agrícolas entre Janeiro e Outubro, 2015-2025	84
GRÁFICO 07 –	Registro de Agrotóxicos no Brasil, 2000-2021.....	113
GRÁFICO 08 –	Casos de trabalho escravo por atividade econômica, 1995-2017.....	114
GRÁFICO 09 –	Alimentos com agrotóxicos proibidos ou acima do permitido segundo a ANVISA, 2018	149
GRÁFICO 10 –	Conflitos por terra no Brasil, 2011 – 2020	162

LISTA DE TABELA

TABELA 01 –	Crescimento do PIB observado e projeções do FMI.....	39
TABELA 02 –	Taxa real de juros do crédito rural 1970-1986.....	98
TABELA 03 –	Crédito rural: agropecuário financiamento concedido por categoria.....	102
TABELA 04 –	Participação da Agropecuária, Indústria e Serviços na formação do PIB brasileiro (2002-2018).....	125

LISTA DE MAPA

MAPA 01 –	Evolução da Área cultivada com soja por microrregião no Brasil, 1973-2014.....	87
MAPA 02 –	Agrotóxicos na Amazônia Legal	160
MAPA 03 –	Desmatamento na Amazônia Legal	160

LISTA DE QUADRO

QUADRO 01 – Relação das principais empresas da cadeia do Agronegócio na Bolsa de Valores (B3), 2021.....	118
--	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
------------------	----

CAPÍTULO I

1	CRISE, DESREGULAMENTAÇÃO E A ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS ESPACIAIS: A INCONTROLABILIDADE SOCIOMETABÓLICA DO SISTEMA DO CAPITAL	32
1.1	CRISE CÍCLICA E CRISE ESTRUTURAL	36
1.2	DAVID HARVEY E OS AJUSTES ESPACIAIS: É POSSÍVEL UM DESLOCAMENTO PERMANENTE DAS CRISES?	43
1.3	DA ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO A TEORIA DECOLONIAL: NÃO HÁ CRISE ESTRUTURAL?	47
1.4	A NATUREZA DA CRISE: TENDÊNCIAS E CONTRATENDÊNCIAS DO CAPITAL	53
1.5	DO CAPITAL FICTÍCIO À MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA: O DOMÍNIO DAS FORMAS ESPECULATIVAS	63
1.6	NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: O ENTRELAÇAMENTO POLÍTICO E ECONÔMICO DA ACUMULAÇÃO FINANCEIRA.....	70

CAPÍTULO II

2	O AGRONEGÓCIO E A (DES)REALIZAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO NO CAMPO	77
2.1	O PAPEL DAS <i>COMMODITIES</i> AGRÍCOLAS EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL	81
2.2	ESPECULAÇÃO FINANCEIRA NA AGRICULTURA MUNDIALIZADA.....	90
2.3	A (RE)PRODUÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO E AS POLÍTICAS DE INSERÇÃO DO CAPITALISMO FINANCEIRO NO BRASIL	95

2.4	A UNIDADE PRODUÇÃO/ESPECULAÇÃO E A REAL NATUREZA DO AGRONEGÓCIO	120
------------	--	------------

CAPÍTULO III

3	A GEOGRAFIA E A DISSIMULAÇÃO DA CRISE ESTRUTURAL: DA CENTELHA DO CAPITAL FICTÍCIO A BARBÁRIE EM CURSO.....	130
3.1	AGRONEGÓCIO COMO INSTRUMENTALIZADOR DA BARBÁRIE NO CAMPO.....	141
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	173

INTRODUÇÃO

A fantasia de experienciar em um parque temático as estórias de um mundo simulado do Velho Oeste dos Estados Unidos é o principal atrativo de Westworld. No parque é oferecido aos visitantes total liberdade de exploração e a vivência de diversas narrativas com diferentes personagens protagonistas, coadjuvantes e figurantes chamados de anfitriões – robôs humanóides com inteligência artificial previamente programados para encenar um determinado papel dentro da estória. Para os anfitriões, não há uma consciência das narrativas em que atuam, daquilo que são ou representam, eles são condicionados a viver em *loop* os eventos do parque, seguindo as mesmas ações e diretrizes. Todos os dias o anfitrião mata, morre, chora, se decepciona, se apaixona, violenta ou é violentado, sente medo, dor, amor ou ódio como se fosse a única e mais autêntica experiência de vida, até que sejam despertados para reviver os mesmos sentimentos dentro da encenação da mesma narrativa. Afirma Marx (2015) no “Dezoito Brumário de Louis Bonaparte”, a história se repete primeiro como tragédia e na segunda como farsa.

Para os anfitriões de Westworld, a farsa tem fim na medida em que a estória se faz história no despertar da consciência em que alguns personagens que começam a lembrar dos dias que se passaram. Com as memórias e a consciência de si surgindo lentamente aparecem também as inquietações sobre sua própria existência, e o papel que os anfitriões desempenham no mundo. Em sua revelação, Dolores, uma anfitriã desperta, diz “Este mundo não pertence a eles (humanos), pertence a nós (anfitriões)”. Ao longo do tempo os anfitriões vão construindo um levante contra os abusos dos humanos que criaram e controlam o parque, revoltando-se contra a condição de marionetes humanas, no entanto o movimento é duramente reprimido pela guarda de Westworld. Em meio a essa guerra, a anfitriã Dolores consegue escapar e alcançar o mundo “civilizado” fora do parque. Focada na sua jornada de insurgência contra a humanidade, Dolores passa a morar em Los Angeles, cidade que se encontra intensamente

informatizada e mecanizada. Nesse ponto da trama Dolores conhece o humano Caleb e descobre que tal o parque Westworld, a vida dos humanos já está designada por um supercomputador, sob domínio de uma grande corporação, capaz de prever cada passo da humanidade. Caleb já tem traçado para sua vida o que deve fazer, onde deve trabalhar e qual será o dia de sua morte. De nada vale seu esforço para mudar de vida e ter um emprego melhor, seu caminho, assim como a de todos os humanos, já está pronta.

Mais do que discutir uma guerra entre homens e máquinas, a trama de Westworld criada por Lisa Joy e Jonathan Nolan mostra o intenso debate sobre existência, consciência e controle. O quanto números, dados, algoritmos e especulações calculadas por uma inteligência artificial condicionam a vida/morte de bilhões de pessoas no mundo para atender os fetiches, interesses e lucros de uma classe?

Michael Lewis (2014) no livro “Flash Boys: Revolta em Wall Street” mostra como a especulação nas bolsas de Wall Street a partir de 2007 passaram a operar fora do tempo humano. O livro narra a história de Brad Katsuyama ao travar uma disputa no mercado de alta frequência, ao revelar um denso esquema de manipulação e especulação das ações do mercado financeiro. Brad observa que ao tentar obter uma ação na bolsa, o preço aumentava no mesmo instante em que ele acionava a compra em diferentes bolsas. Nesse esquema, corretores intermediários obtinham a vantagem de comprar em microssegundos de antecedência as ações que Brad havia manifestado interesse, para em seguida revender por um preço mais elevado. Todo painel de preços das ações era apenas ilusão uma vez que os valores se alteravam em milissegundos, aproveitava-se do fato que os mercados de ações chegavam em tempos diferentes para com isso lucrar. A ínfima fração de segundos é aproveitada para fazer especulações com impacto em escala global. Sendo o principal fomentador da especulação capitalista em escala mundial, os Estados Unidos que possuem um vasto mercado de ações composto por mais de 20 Bolsas de Valores nacionais e inúmeras bolsas privadas, onde muitos ativos são negociados simultaneamente em diferentes bolsas. Muitas dessas ações se movem em negociatas obscuras como as *dark pools* que são bolsas privadas cuja regra é não revelar ao público o que ocorre dentro delas. O mercado financeiro era

manipulado por meio de informações enviadas com atraso e de forma confusa, para que só operador da *dark pool* tivesse certeza da origem das ordens de compra e venda. O Goldman Sachs e o Credit Suisse comandavam naquele momento os *dark pools* mais importantes.

O jogo de poder, especulação e lucros em Wall Street fazem parte do livro “A Grande Jogada”, também escrito por Michael Lewis. Contra todas as tendências de mercado, cerca de 15 investidores apostaram no colapso financeiro iniciado pela crise do *subprime* **que se iniciaria no Lehman Brothers**, um dos maiores e mais antigos bancos de investimentos do mundo. Na base da crise a venda de títulos de dívidas de pessoas que financiavam, ou hipotecavam sua casa sem a garantia de condições de pagamento. Para maquiar o altíssimo risco esses títulos eram agrupados e vendidos com outra roupagem.

Ou seja, como os bancos de investimento de Wall Street de algum modo enganaram as agências de classificação para que abençoassem pilhas de empréstimos ruins; como isso permitiu o empréstimo de trilhões de dólares a cidadãos comuns; como estes obedeceram satisfeitos e contaram as mentiras necessárias para obter os empréstimos; como a máquina que transformara os empréstimos em títulos supostamente sem risco era tão complicada que os investidores pararam de avaliar os riscos; como o problema tinha crescido de forma que o final tendia a ser cataclísmico e deixar profundas consequências sociais e políticas. LEWIS, 2016, 288

O estouro da bolha especulativa contaminou toda a economia dos Estados Unidos em efeito dominó, arrastando-se pela economia mundial com desdobramentos sem precedentes, e que podem ser sentidos até o momento. A crise provocou uma onda de despejos nos Estados Unidos, muitas pessoas perderam suas casas para morar em carros e barracas, o desemprego e a perda de renda das famílias também alcançaram um patamar histórico. Empresas transnacionais anunciaram demissões em várias partes do mundo.

É justamente nos Estados Unidos - guardião do capitalismo mundial - que serão desnudados os defeitos estruturais do sistema do capital. A crise não representa mais um momento de ajustes no curso do capitalismo, afirma

Mészáros, (2007) que os limites absolutos do capital foram ativados. Isso impõe um ciclo ainda mais intenso de produção e consumo supérfluos, destruição ambiental em escala global, desemprego em massa, precarização do trabalho e uma geopolítica estadunidense da “guerra permanente”. Essencialmente expansionista, destrutivo e incontrolável, o capital em seu limite dissemina uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente.

No estado permanente de crise, o capital assevera a sua busca por lucro, hoje inflada artificialmente pela acumulação financeira. Em busca de maior fluidez, o capital mundializado vai realizar a liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais, a eliminação das barreiras que antes asseguravam a segurança da sua (re)produção ampliada; as demandas provenientes do processo de financeirização da economia provocaram profundas alterações espaciais nas diferentes escalas de acumulação.

A crise estrutural, ao atingir o coração do sistema - os Estados Unidos – revela que “*tudo que é sólido se desmancha no ar*”, como já afirmou Marx (2011).

A crise estrutural se manifesta em diferentes faces, cada vez mais evidentes desde economistas e investidores ao cotidiano do senso comum: o *crash* dos principais bancos dos Estados Unidos; a crise na Grécia; a desaceleração do mercado chinês; o desemprego galopante nos Estados Unidos e na Europa; a belicosidade dos Estados Centrais para garantir o controle dos recursos naturais; as crises humanitárias na África e no Oriente Médio; os golpes institucionais nos países latino-americanos; o desemprego estrutural; a política de austeridade, desregulamentação do trabalho; o avanço do ultraneoliberalismo e da extrema direita na América e na Europa; o Brexit e cisões na União Europeia; fusões entre grandes corporações, a recessão econômica mundial.

A leitura de Mészáros nos permite compreender que a crise estrutural é indissociável do metabolismo do capital, logo, não pode ser ignorada.

A crise estrutural representa a incapacidade sociometabólica do capital de garantir a plena reprodução de ciclo, sendo por excelência uma crise de superprodução afiançada – nesse tempo - pelo sistema financeiro. Quanto mais eminente o esgotamento do sistema do capital, maior será sua destrutividade na

busca de um novo fôlego para o processo de acumulação. Ou nas palavras do famoso banqueiro do século XIX, o *Barão de Rothschild*, o melhor momento para ganhar dinheiro é quando “o sangue corre nas ruas”¹.

No território do capital, a ingerência do capital fictício e suas formas puramente especulativas capturam fatias volumosas da extração de mais-valor e da renda da terra, além de comandar as transformações necessárias para obtenção de lucros. No Brasil, a financeirização da economia avançou também sobre o campo e encontrou no agronegócio uma forma de lucrar através do processo especulativo. Foi no curso da Revolução Verde que a agricultura financeirizada irá se desenvolver com base na tríade Estado-capital-mercado, adotando pacotes tecnológicos que gradativamente tornaram a produção do campo dependente e subordinada aos monopólios mundiais.

Na contramão desse processo, a Geografia e seus geógrafos, no que pese sua diversidade de abordagens e metodologias, tem hegemonicamente desprezado a dimensão da crise em seus estudos. A crise estrutural da Geografia ora é internalizada como parte da sua própria constituição enquanto ciência, ora como caminho a ser superado pelo planejamento ambiental e o reordenamento territorial, ora se torna um processo desprezado face o carisma pela culturalismo e as pautas estritamente identitárias. Por diferentes caminhos, a Geografia atua na dissimulação da crise estrutural enquanto na atual quadra da história vivencia-se o ápice do limite estruturante do capital com o esgotamento da satisfação dos lucros via economia real para a formação de um mercado financeiro totalmente especulativo, desregulamentado e lastreado em grande parte por papéis e títulos de dívida que nunca serão e nem podem ser pagos.

Ao passo em que a Geografia dissimula a existência da crise estrutural, o capital, em seu limite absoluto, promove a universalização da barbárie. Em nossa hipótese de tese, a barbárie em decorrência da crise promove alterações

¹ <http://exame.abril.com.br/revista-exame/o-mundo-vendeu-e-esses-investidores-compraram-durante-a-crise/2/>

no campo para determinar novas e mais destrutivas formas de acumulação via agronegócio

O agronegócio é expressão máxima da financeirização da economia no campo. Antigas estruturas produtivas foram destruídas ou se metamorfosearam para atender a necessidade de acumulação em ritmo acelerado, comandado pelo capital financeiro. As formas de organização do trabalho e a introdução de novas tecnologias baseadas no sistema toyotista implicou na intensificação da exploração da força de trabalho, tornando o trabalho na cidade e no campo ainda mais precarizado. O neoliberalismo foi o instrumento político e econômico de desregulamentação das economias nacionais, principalmente nos países do chamado Terceiro Mundo, com um olhar especial para a América Latina, onde os regimes ditatoriais promoveram todas as reformas necessárias para o aprofundamento das relações capitalistas, sobretudo no campo.

A busca do capital fictício em se rentabilizar através do modelo do agronegócio envolve desde a unidade de produção familiar até domínios latifundiários, abarcando (articulando e reinventando) antigas e novas formas de exploração do trabalho e destruição da natureza.

Face o processo de modernização da agricultura em decorrência da financeirização da economia, o agronegócio consolida-se no Brasil por meio de políticas de Estado, eliminando pessoas e desregulamentando legislações para subordinar a terra e a água ao mercado especulativo. Sob o prisma da financeirização, a agricultura mundializada irá se desenvolver com base na tríade Estado-capital-mercado, atuando principalmente na produção de commodities, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais. A especulação no mercado financeiro permite uma exponencial multiplicação dos lucros muito além da base material de produção da riqueza.

O domínio do capital fictício gesta um processo especulativo sobre todas as esferas da vida, capturando as necessidades sociais de primeira e segunda ordem. Tal qual em Westworld, o capital traça sua narrativa de exploração para atender o ritmo de acumulação em escala mundial, mas encontra também resistência no esteio da luta de classes.

Para desvelar a trama do capital fictício assumimos o materialismo histórico-dialético como arcabouço teórico-metodológico capaz de analisar com profundidade o (des)envolvimento da financeirização da economia no campo. Reafirmamos o compromisso social da nossa investigação científica:

A definição de um método de análise, bem como de seus procedimentos investigativos, constitui para o pesquisador já um primeiro posicionamento científico e político quanto a problemática a ser estudada. O método de pesquisa está de acordo com a visão de mundo do pesquisador, sua postura política e destinação social dos resultados de sua pesquisa. SANTANA SILVA, 2014, 14

Na obra de Karl Marx, a concomitante construção da teoria e do método de análise revela sua preocupação em analisar a realidade social a partir da sua materialidade em suas múltiplas determinações. A complexa e revolucionária organicidade entre teoria e método é lapidada ao longo da obra de Marx com claro objetivo de analisar as entranhas do sistema capital para oferecer uma crítica radical e construção de outra sociabilidade.

Para Marx, a teoria não é a aplicação de um modelo hipotético para explicativa de um objeto descrito ou mesmo um conjunto de enunciados discursivos para formulação de consensos na comunidade científica. (NETTO, 2009)

o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. (NETTO, 2009, 7)

O objeto de pesquisa possui sua existência objetiva, independente da vontade do pesquisador, mas sem lhe ser exterior. A unidade sujeito/objeto não significa que o resultado da construção teórica é dotado de pura subjetividade,

“a teoria tem uma instância de verificação da sua verdade, instância que é a prática social e histórica” (NETTO, 2009,9). No curso da história decantou-se as construções teóricas historicamente válidas do joio ideológico. O fim da história, o fim do trabalho, Estado mínimo, mão invisível do mercado e superação da luta de classes são algumas formulações teóricas que mostraram sua parcialidade ao longo do tempo e do acirramento das contradições do sistema do capital.

Não há ao longo da obra publicada de Marx uma preocupação de formular uma grande explanação sobre o materialismo histórico-dialético, contudo a construção do método é parte importante e indissociável do seu desenvolvimento teórico. Para tanto,

o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (NETTO, 2009, 8)

A essência do objeto não é algo dado em sua superfície empírica. Através do método, a teoria alcança a abstração do real revela a essência do objeto em sua processualidade. O objeto é sempre dotado de historicidade, logo está sempre em movimento e é mutável a partir das alterações das múltiplas determinações que o influenciam.

O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. (MARX, 2011, 54)

O sistema do capital, seu movimento cumulativo é dotado de contradições internas da sua (re)produção. Contradições que se movem dialeticamente na unidade de seus contrários. O Materialismo histórico-dialética,

enquanto método científico, também é constituído por leis, sendo elas: a) lei da mudança dialética; b) lei da ação recíproca: encadeamento de processos; c) lei da contradição e d) lei da mudança dialética.²

Diferentemente da ciência positivista, as leis da dialética não são aplicações lineares de um modelo para explicativa do objeto. O método desenvolvido por Marx analisa o movimento de ir e vir da história, atentando-se para os acúmulos históricos. Assim, a contradição se estabelece não como antinomia, mas como unidade no movimento de superação. Afirmção, negação e negação da negação e constituem a dinâmica histórica do sistema do capital. A unidade das contradições é investigada em seus pares dialéticos: contradição principal e contradição secundária; geral e particular; forma e conteúdo; causa e efeito; essência e aparência; qualidade e quantidade; novo e velho. Pela dialética, cada coisa existe em si, da mesma forma que existe em seu contrário, sua negação é também sua afirmação.³

A investigação científica do sistema do capital a luz do materialismo dialético consiste, para Marx

em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercambio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas de consciência – religião, filosofia, moral etc, – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre diferentes aspectos). (MARX, 2007, 42)

No curso das suas investigações, Marx analisa a funcionalidade do Estado ao capital, compondo a estrutura de poder que garante os mecanismos de sustentação e manutenção do sistema, alicerçando a estrutura e

² Sistematização realizada pela Prof^a. Dr^a. Alexandrina Luz Conceição durante o curso “O método do materialismo histórico dialético” realizado entre os dias 29 a 30 de maio de 2013, no Laboratório de Estudos Agrários alocado no Núcleo de Pós Graduação em Geografia da UFS.

³ Ibidem.

superestrutura do capitalismo. O Estado é guardião e refém do capital uma vez que são as demandas do capital quem determinam os rumos das políticas de Estado, e não o contrário. Mézàros (2007) afirma que o papel do Estado no capitalismo contemporânea é muito maior do que em qualquer outro tempo histórico, representa um movimento completamente novo quando comparado ao período vivenciado por Marx.

Trazer Marx para o hoje não significa transpor linearmente suas explicativas formuladas em meados do século XIX, mas a partir da sua teoria e método compreender o que é basilar ao sistema do capital e as alterações ocorridas na (re)produção do capital. Além disso, Marx não está só, em seu bicentenário a renovação da análise marxista se faz presente na mesma medida em que a realidade concreta se altera.

Podemos considerar que no âmbito da nossa tese, a teoria e o método em Marx são basilares a análise da mudança do processo de acumulação financeira, dando novos contornos ao movimento dialético real/fictício do capital. No campo, o avanço do capital fictício nos leva investigar os efeitos da especulação sobre a produção. No caminho da maximização dos lucros, analisa-se os discursos em defesa do agronegócio e os impactos - sociais e ecológico - desse modelo que atrela o campo diretamente ao mercado. Questionamos sobre a articulação de velhas e novas de exploração do trabalho para extração de mais-valor e captura da renda da terra, objetivo central do capital.

Nos alimentamos do materialismo histórico-dialético para analisar geograficamente a produção do espaço para o capital em sua dinâmica de desenvolvimento desigual e combinada, impondo a universalização do valor sob a forma do trabalho abstrato (SMITH, 1988).

Ao conceber o espaço a partir do entendimento da concepção crítica – do espaço produzido no processo de determinação histórica das relações capital e trabalho, se objetiva analisar a leitura na inserção das relações mais amplas, na totalidade das relações. Nesta trajetória, a dimensão do espaço perpassa o vivido na sua determinação histórica, o concebido e a realidade percebida, definida pela sua inserção como classe social, e seu compromisso como grupo social.

Desta forma, o território é a categoria fundamental, pois permite observar que a espacialização da miséria se territorializa a partir das relações de poder, de domínio dos fluxos de mercado, que são controlados por quem domina o afluxo de capitais. CONCEIÇÃO, 2005, 169.

A categorias analíticas que à guisa do método desenvolvido por Marx, apreendem o movimento contraditório do capital, sua dinâmica e expressão geográfica. O espaço apropriado pelo capital consolida a formação do território para máxima extração de mais-valor e, sob a ótica do capital fictício, a máxima especulação financeira. Este movimento contraditório se realiza em articulação entre as múltiplas escalas de acumulação.

o conceito de território implica na leitura epistemológica geográfica escalar da mundialidade e totalidade. O que leva a refletir sobre o caráter vampiresco do capital, na busca incansável, pela expropriação do trabalho e a consequente apropriação do território. O trabalho vivo apropriado e absorvido pelo capital é a sua energia vital: sua força autorreprodutora, via associação do valor excedente absoluto e relativo (maior extensão de jornada de trabalho). CONCEIÇÃO, 2021, 18.

Neste caminho, o exercício do método do materialismo histórico-dialético nos permite buscar a reprodução ideal do movimento real do capital no espaço e no território em sua totalidade.

A categoria de totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas. LUCKÁCS apud CARVALHO, 2008, 51.

O exercício do materialismo histórico-dialético nos leva a utilizar procedimentos metodológico e metodologia de pesquisa em função do método. Para o desenvolvimento da tese foi realizado estudo teórico em teses,

dissertações, livros, artigos e entrevistas de autores da Geografia, Filosofia, Economia, História, Sociologia e outras áreas que se entrelaçam na busca da explicativa do nosso estudo. A apreensão das discussões dos diferentes autores em suas diferentes abordagens gira em torno da Questão Agrária, Relação Estado-Capital-Trabalho, Crise Estrutural, Ajustes espaciais, Financeirização da Economia e Agronegócio. Destacamos a importância do acúmulo teórico derivado das teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, relatórios de pesquisa e artigos produzidos pelo Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais – GPECT/PPEGEO/UFS/CNPq. Neste caminho de intensos debates no GPECT foram realizadas diversas edições do Encontro Nacional Estado-Capital-Trabalho – ENGPECT e Fórum Estado-Capital-Trabalho, colóquios e estudos coletivos que se somam ao acompanhamento das disciplinas do Programa de Pós-graduação.

A composição dos dados trará ainda estudos sobre produção agropecuária, agronegócio, uso de insumos agrícolas além de estatísticas e progressões dos mercados financeiros relacionados a produção de *commodities*, mercado de terras, mercado de crédito e mercado de dívidas no campo. A reunião destes dados serviu de base para elaboração de gráficos e tabelas que expressam a atuação da especulação financeira e a dinâmica do agronegócio.

A sustentação de toda a tese, debates e avanços teóricos de forma individual e no coletivo do GPECT se dá sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Alexandrina Luz Conceição, cuja oportunidade de beber no seu trabalho intelectual, aprofundamento teórico/analítico e práxis, no cotidiano do grupo de pesquisa, orientações, debates e palestras que representam um momento único de crescimento em todas as esferas da vida. A crítica radical ao sistema do capital construída ao longo de sua trajetória de vida mostra o desafio e o fardo histórico da luta contra o processo de exploração humana e a construção de uma alternativa social substantivamente emancipatória.

Composta de três capítulos, nossa tese visa contribuir para uma leitura crítica das abordagens nos diferentes caminhos que atua a Geografia na dissimulação da crise estrutural. Reafirma-se a crise estrutural não pode ser mais

ignorada, apesar de ser politicamente, economicamente, ideologicamente ou estrategicamente subdimensionada.

No Capítulo I - **“Crise, Desregulamentação e a Eliminação das Barreiras Espaciais: A Incontrolabilidade Sociometabólica do Sistema do Capital”** debatemos como a crise estrutural se torna parte do metabolismo do capital e os mecanismos de dominação financeira (especulativa) do ciclo produtivo do capital. Debateremos também, ainda a ação no neoliberalismo para desregulamentar as economias nacionais e retirada das fronteiras para expansão destrutiva do capital em crise.

No Capítulo II – **“O Agronegócio e a (Des)Realização do Processo Produtivo no Campo”** defendemos a tese que o agronegócio é a expressão da crise estrutural no campo, atuando no processo de universalização da barbárie. Entendemos que a natureza do agronegócio está ligada ao domínio especulativo em detrimento da produção. Analisamos as diferentes formas de especulação financeira da produção via modelo do agronegócio.

No Capítulo III – **“A Geografia e a Dissimulação da Crise Estrutural: da Centelha do Capital Fictício a Barbárie em Curso”** debatemos o curso da barbárie no campo a partir do avanço do capital fictício. Analisamos o movimento do capital em sua dialética real/fictícia e como a Geografia atua para dissimular a Crise Estrutural.

Por fim, nas **Considerações Finais** buscamos demonstrar de que forma somos dominados pelo capital fictício, como a barbárie já está estruturada em nosso tempo, impondo o desafio histórico de mudança radical no curso da história humana.

— Todo o lucro conseguido por processos desonrosos, com astúcia — teimava Levine, notando que não sabia delimitar com rigor a linha que separava o justo do injusto. — Por exemplo, os grandes lucros dos bancos. Essas fortunas feitas rapidamente são sempre escandalosas. *Le roi est mort, vive le roi (rei morto, rei posto)*. Já não temos mais terras de lavoura, mas os caminhos de ferro e os bancos aí estão para os substituir.

Leon Tolstói, Anna Karenina

1 - CRISE, DESREGULAMENTAÇÃO E A ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS ESPACIAIS: A INCONTROLABILIDADE SOCIOMETABÓLICA DO SISTEMA DO CAPITAL

Naquela quinta-feira (18 de setembro de 2008), às 11h, a Reserva Federal alertou sobre uma enorme diminuição das contas do mercado monetário nos Estados Unidos, um valor total de cerca de 550 bilhões de dólares, retirados em questão de uma ou duas horas. O Tesouro abriu a possibilidade de ajudar e injetou cerca de 105 bilhões no sistema, mas logo percebeu que não poderia conter a tendência⁴

Paul Kanjorski

Presidente do comitê de mercado de capitais do Congresso

As duas primeiras décadas do século XXI apontaram que o processo de crise do capital assumiu um novo patamar histórico. Com o crash de 2008 no coração do funcionamento do sistema financeiro mundial, o caráter estrutural da crise do capital apresentou seus tons mais evidentes.

O estouro da bolha especulativa que sustentava no sistema hipotecário dos Estados Unidos deflagrou em efeito dominó uma sucessão de falências no país e no mundo. As formações das bolhas especulativas estão ligadas a ciclos de expansão e contração, sua evolução está dividida em cinco fases: deslocamento, expansão, euforia, auge e colapso. (CASSEDY, 2011) A fase de deslocamento é o gatilho de uma nova onda especulativa no mercado financeiro, *“pode ser o começo ou o fim de uma guerra, a invenção de uma tecnologia transformadora ou uma mudança política econômica”*. (CASSEDY, 2011, 228)

Se por um lado o processo especulativo é inerente ao sistema do capital, buscando a maximização dos lucos, por outro coube ao mercado financeiro a desvinculação – aparente – da especulação à economia real, possibilitando assim lucros rápidos, fáceis e exponencial ilimitado. O deslocamento deve significar uma mudança no horizonte futuro dos investidores e agentes financeiro, provocando assim uma frenética excitação do mercado financeiro.

⁴ <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Carta-de-Nova-York-Lehman-Brothers-uma-das-piores-criises-do-capitalismo-e-que-ainda-perdura/4/41759>

Quando a bolha começa, os livres mercados deixam de ser confiáveis como mecanismos capazes de alocar recursos de maneira sensata ou eficiente. Por oferecerem a possibilidade de lucros rápidos e fáceis, eles incentivam indivíduos e empresas a agirem de modo racional do ponto de vista individual, embora imensamente perniciosos – para eles mesmos e para os outros. O problema de incentivos distorcidos talvez seja mais agudos nos mercados financeiros, mas eles surgem em toda economia. Os mercados estimulam as empresas de eletricidade a saquear o meio ambiente e a provocar o aquecimento global; os planos de saúde, a negar cobertura a pessoas doentes; os fabricantes de computadores, a obrigar seus clientes a adquirir softwares de que não necessitam; e CEOs a encher seus bolsos à custa dos acionistas. CASSEDY, 2011, 15

Considerada a maior quebra da história dos Estados Unidos, o banco Lehman Brothers, fundado em 1850, declarou a falência às 01:45h da manhã de 15 de setembro de 2008 com uma dívida de 691 bilhões de dólares e 25 mil funcionários sem emprego.

Considerando o vetor da crise em 2008, o *subprime* consistia no crédito concedido a pessoas com base na criação de várias hipotecas do mesmo imóvel, em grande parte dos casos, a residência das famílias estadunidenses. Estas dívidas eram agrupadas sobre a forma de títulos e vendidas no mercado financeiro sob a chancela de investimento de baixo risco, avaliadas pelas agências de avaliação de risco que também lucravam com a valorização desses ativos.

Greg Lippmann⁵ imaginou o mercado hipotecário *subprime* como um grande cabo de guerra financeiro: em uma ponta estava a máquina de Wall Street provendo os empréstimos, empacotando os títulos e reempacotando os piores títulos em CDOs⁶. Quando

⁵ Greg Holden Lippmann é um gestor dos fundos de hedge nos Estados Unidos, ele é um dos operadores do mercado financeiro entrevistado por Michael Lewis no livro “A Grande Aposta”.

⁶ CDO significa em inglês *Collateralized Debt Obligation*. Na prática o CDO atua de forma que o agente financeiro que realiza o empréstimo, a partir da garantia de um ativo, vende o direito de receber os juros e o dinheiro desse empréstimo. Dessa forma, a dívida é repassa inúmeras vezes para outros compradores.

ficaram sem empréstimos, essa máquina criou falsos títulos do nada. Na outra ponta, seu nobre exército de vendedores a descoberto apostou contra os empréstimos. Os otimistas *versus* os pessimistas. Os fantasiosos *versus* os realistas. Os vendedores de CDSs⁷ *versus* os compradores. Os errados *versus* os certos. A metáfora estava certa até certo ponto: este ponto. Agora, a metáfora era de dois homens amarrados dentro de um barco, lutando até a morte. Um homem mata o outro, empurra seu corpo inerte lançando-o ao mar — somente para descobrir que ele mesmo foi puxado para fora. LEWIES, 2016, 270.

A formação de um incontrolável mercado de derivativos financeiros ruiu na medida em que o empréstimo que estava na base das ações eram impossíveis de serem pagas, dado o grau de endividamento da população dos Estados Unidos. A busca frenética do capital para gerar uma valorização independente do processo produtivo levou a uma integração mundial dos mercados por meio da liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais. (CHESNAIS, 1996) O fluxo de capitais nas bolsas de valores operados na casa dos milissegundos – correspondente a um milésimo de segundo - só é possível graças a automatização desses fluxos por meio da formulação de complexos algorítmicos gerados de programas de computador que garantam a máxima rentabilidade especulativa dos pregões eletrônicos.

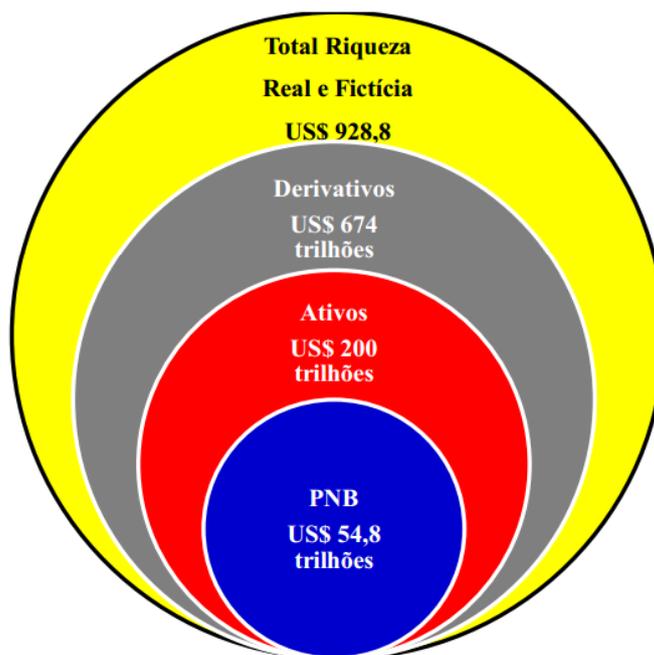
Nos grandes bancos de Wall Street, os caras que antes comercializavam ações para grandes investidores tinham sido reprogramados. Agora vendiam programas e normas de operações codificadas e elaboradas pelos bancos que os investidores utilizavam para enviar suas ordens aos mercados de ações. Os departamentos que criavam esses programas eram chamados de “pregão eletrônico”. LEWIES, 2014, 39.

Como é possível observar no gráfico abaixo, dos 928,8 trilhões de dólares que circularam mundialmente em 2007 – ano que antecede ao grande *crash* do sistema financeiro – apenas 54,8 trilhões corresponde a economia real.

⁷ CDS significa em inglês *Credit Default Swap* que no mercado financeiro funciona uma forma de seguro que garante a cobertura do título não pago.

Em outras palavras, em 2007 apenas 6% da massa financeira em circulação no mundo foi riqueza gerada substancialmente.

Gráfico 01 - Total Riqueza Real e Fictícia, Derivativos, Ativos e PNB, em trilhões US\$, 2007.



Fonte: LUZ, BITTENCOURT E TAIOKA, 2013, 10.

Mesmo sem vivenciar a fase de financeirização da economia, Marx ao analisar a formação do capital fictício já apontava

Nem todo o aumento do capital monetário emprestável é sinal de uma acumulação real de capital ou uma ampliação do processo de reprodução. Isso se revela com maior evidência na fase do ciclo industrial imediatamente posterior à superação da crise, quando grandes massas de capital de empréstimo permanecem inativas. MARX, 2017, 542

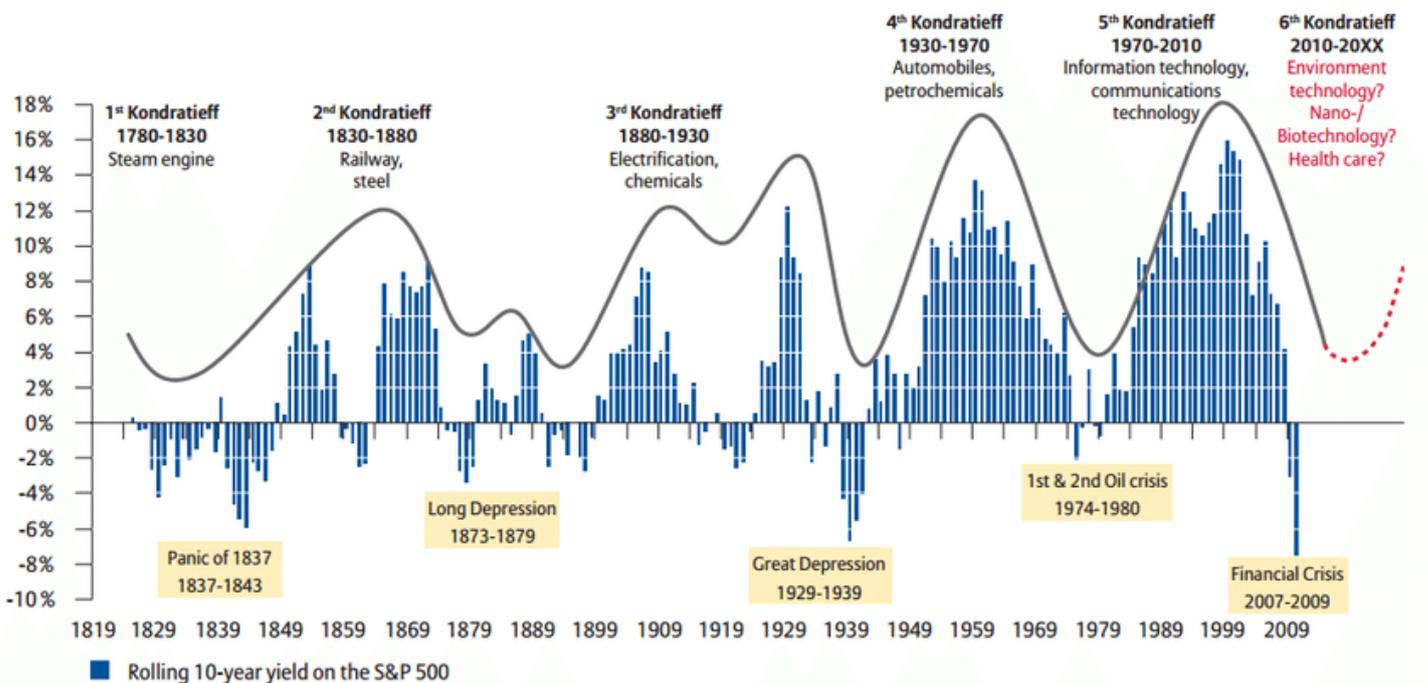
O capital financeiro se por um lado busca se valorizar artificialmente, através mecanismos puramente especulativos, por outro impõe um ritmo de

transformações sobre o processo produtivo, ditando novas demandas para reprodução ampliada plena do capital.

1.1 – CRISE CÍCLICA E CRISE ESTRUTURAL

É sabido por diferentes literaturas que as crises são processos inerentes ao próprio sistema do capital. Ao longo da história, os entraves para o pleno funcionamento do ciclo de acumulação do capital promoveram diferentes ondas de crise, com queda no ritmo de crescimento. Na teoria desenvolvida por Kondratieff, as crises se estabelecem de forma cíclica, movimentando-se entre ondas longas e ondas curtas de duração.

Gráfico 02 - Ciclos longos de Kondratieff, 1819-2009



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-4-Ciclos-longos-de-Kondratieff-10-year-yield-on-the-S-P-500_fig3_317888194

O gráfico acima mostra as crises do capital a luz da teoria desenvolvida por Kondratieff em que o capital passaria por fases de expansão seguido por um

período de recessão até a retomada de um novo crescimento econômico. Na Figura acima é possível observar:

- O Pânico de 1837-1834 que ocorreu nos Estados Unidos com aumento do preço de terras, algodão e escravos, levando a queda dos preços das mercadorias e dos salários.
- Em 1873-1879, a Grande Depressão do século XIX é considerada a primeira grande crise internacional no âmbito do capitalismo. Esse período representou o declínio dos preços referentes às matérias-primas e aos produtos alimentares. O mercado financeiro internacional que se alimentava principalmente de empréstimos a governos e passou a enfrentar uma crise de dívidas em escala mundial.
- A Crise de 1929-1939 é marcada pelo crash na Bolsa de Valores de Nova York em que um grande volume de ações da bolsa foi pulverizado a nada. A falência de bancos e empresas gerou uma grande onda de desemprego que se alastrou diversos países diante de uma economia muito mais interligada. A superprodução de mercadorias e o avanço na extração de mais valor marcam esse período de crise.
- A Crise de 1974-1980 é conhecida como a Crise do Petróleo que ampliou as tensões geopolíticas no Oriente Médio a partir do interesse das grandes potências imperialistas pelo controle do petróleo na região e os embates com a OPEP.
- Crise Financeira de 2007-2009 deflagrada pelo estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos e que arrastou outros setores da economia, com destaque às falências e demissões no setor automobilísticos. A crise provocou mais uma onda de desemprego em escala mundial.

Entre ascensão e declínio econômico fatores como renovações tecnológicas, novos modelos produtivos, racionalização produtiva, expansão do

setor financeiro e endividamento são determinantes para o desenrolar do ciclo a luz da teoria de Kondratiev.

Se a teoria desenvolvida pelo filósofo russo serviu de substrato para a investigação e entendimento das crises, o último meio século tem mostrado a dificuldade do sistema do capital em estabelecer um período longo de crescimento. Junta-se a isso a tendência nas últimas décadas de sobreposição das ondas de crise. A Crise do Petróleo e a Crise de 2007 possuem desdobramentos econômicos, geopolíticos e sociais sentidos até hoje.

Afirma Meszáros (2011) que a novidade histórica das crises no último meio século pode ser observada no: seu caráter universal, uma vez que não fica restrita a uma esfera particular; sua dimensão é global; a sua escala temporal possui agora caráter permanente; e seu desdobramento rastejante. Revelam-se assim fissuras e fragilidades do sistema econômico. As crises em seu atual estágio não representam mais um período de ajustes inerentes e necessários ao próprio sistema. Para Mészáros, no último meio século foram ativados os limites absolutos do capital, as crises estão ancoradas numa única crise de caráter estrutural e que põe em xeque as bases que sustentam o sistema do capital.

Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade da crise em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global. MÉSZÁROS, 2011, 796-797

De acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional, o mundo aponta para uma recessão de quase duas décadas. A crise estrutural avança de forma lenta e rastejante, contaminando toda a economia. É importante considerar todos os dados pré Pandemia de Covid-19 para mostrar que a problemática sanitária em escala se sobrepôs as dificuldades já enfrentadas pelo capital em alicerçar um novo período de crescimento.

Tabela 01 - Crescimento do PIB observado e projeções do FMI

Crescimento real do PIB (%)	Média 2000-2008	Média 2009-2011	Média 2012-2014	2015	2016	2017	2018(p)	2019(p)
Mundo	4,1	2,8	3,4	3,4	3,2	3,7	3,7	3,7
Economias desenvolvidas	2,3	0,4	1,5	2,1	1,7	2,3	2,4	2,1
Área do Euro	2,0	-0,3	-0,1	2,0	1,8	2,4	2,0	1,9
Reino Unido	2,7	-0,4	1,6	2,2	1,9	1,7	1,4	1,5
Estados Unidos	2,3	0,3	2,3	2,6	1,5	2,2	2,9	2,5
Japão	1,2	-0,6	1,0	1,1	0,9	1,7	1,1	0,9
Países emergentes e em desenvolvimento	6,5	5,5	4,9	4,3	4,4	4,7	4,7	4,7
Ásia	8,5	8,2	6,8	6,8	6,4	6,5	6,5	6,3
China	10,4	9,7	7,7	6,9	6,7	6,9	6,6	6,2
Índia	7,0	7,5	6,3	8,0	7,1	6,7	7,3	7,4
América Latina e Caribe	3,7	3,0	2,4	0,1	-0,7	1,3	1,2	2,2
México	2,6	1,5	2,5	2,6	2,9	2,0	2,2	2,5
Brasil	3,7	3,3	1,3	-3,8	-3,5	1,0	1,4	2,4
Europa Central e Oriental	4,7	2,0	2,4	4,7	3,2	6,0	3,8	2,0
Comunidade de Estados independentes	7,4	1,0	2,2	-2,2	0,4	2,1	2,3	2,4
Rússia	7,0	0,2	1,8	-2,8	-0,2	1,5	1,7	1,8
Oriente Médio e Norte da África	5,8	4,1	3,3	2,7	4,9	2,2	2,4	2,7
África Subsaariana	5,8	4,5	4,9	3,4	1,4	2,7	3,1	3,8
África do Sul	4,2	1,7	2,1	1,3	0,3	1,3	0,8	1,4
Comércio Internacional - volume	6,7	2,8	3,3	2,6	2,2	5,2	4,2	4,0

Fonte: FMI.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

É possível observar a forte queda do PIB da China que entre 2000 e 2008 cresceu em média de 10,8% e que em 2019 a previsão foi de 6,2%. Os Estados Unidos que entre 2000 e 2008 cresceu em média 2,3%, após a Grande Recessão de 2008 apresentou a média de 0,3% de crescimento do PIB entre 2009 e 2011, recuperando-se no ano seguinte, mesmo assim apresentando taxas oscilatórias de crescimento. O comércio internacional que avançava na taxa de 6,7% caiu ao patamar de 2,2% em 2016, voltando a se recuperar no ano seguinte, mas enfrentando um novo período de queda.

Afirma Marx,

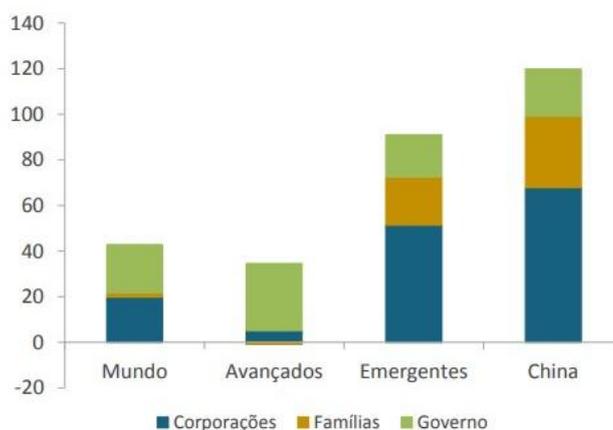
Se o capital aumentar de 100 para 1000, então 1000 é o novo ponto de partida, a partir do qual o aumento tem que começar, a multiplicação por dez, por 1000 por cento, nada significa; os próprios lucro e juros se transformam por sua vez em capital. O que aparecia como mais-valia aparece agora simplesmente como pressuposto etc. como se incluído na sua composição mais simples. MARX *apud* MÉSZÁROS, 2011, 603.

O processo de acumulação financeira do capital na sua dialética real/fictícia impõe, como afirma Marx, um ritmo crescente de acumulação. O recuo da lucratividade já apresenta para o capital a eminência de uma nova crise. A desaceleração do ritmo de crescimento econômico mesmo com a predominância do capital fictício no metabolismo do capital aliviou somente durante um curto período os impactos da crise.

Nos últimos anos 40 anos, houve 124 crises bancárias sistêmicas no mundo. Nos anos de 1980, muitos países latino-americanos passaram pelo menos por uma. No fim dos anos 1980 e nos anos 1990, foi a vez de alguns países desenvolvidos, como Japão, Noruega, Suécia e Estados Unidos. O colapso da indústria da poupança e empréstimos levou a estabelecer a Resolution Trust Corporation, que assumiu o comando de centenas de companhias de poupanças falidas. Mais tarde, nos anos 1990, muitos países asiáticos de crescimento rápido como Tailândia, Indonésia e Coreia do Sul, passaram por sérias comoções financeiras. CASSEDY, 2011, 19.

Frequentemente revisadas para baixo, a perspectiva de crescimento mundial esbarra, dentre outros fatores, no alto grau de endividamento mundial. As dívidas externas e internas capturam grande parte da arrecadação dos países cada vez mais envolvidos com políticas de austeridade. No Brasil, por exemplo, a Dívida Bruta Geral representou em outubro de 2021 mais de 80% do PIB.⁸

Gráfico 03 - Variação do endividamento (2008-2018) – grupos de países (Em pontos percentuais do PIB)



Fonte: BIS.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

⁸ <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/11/30/divida-bruta-do-governo-geral-fica-em-829-do-pib-em-outubro-mostra-bc.htm>

No gráfico acima o primeiro dado a chamar atenção é o elevado crescimento da dívida da China, sobretudo das corporações, puxando assim a dívida dos Países das chamadas economias emergentes, como é o caso do Brasil em que a dívida líquida está na casa de R\$ 3,7 trilhões⁹ correspondendo a 54% do PIB nacional. Vale notar ainda o endividamento dos chamados Estados de economia avançada, convocados a socorrer as empresas capitalistas após o crash de 2008.

Os custos trilionários desta operação de “resgate” do capital incluem o crescimento explosivo do déficit fiscal e da dívida estatal nos maiores países do mundo. Apenas em seus primeiros meses, até meados de 2009, a crise já havia custado mais de US\$ 10 trilhões aos governos. Os dados são do Fundo Monetário Internacional (FMI), que estima, só nos países ricos, um gasto de US\$ 9,2 trilhões para salvar bancos e injetar liquidez no sistema financeiro global. Em consequência disso, a maioria das economias se prepara para enfrentar sua pior crise da dívida estatal desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Além de ter de salvar bancos, os governos viram suas arrecadações despencarem diante da queda da produção e do consumo. Por isso, o FMI alerta que a crise terá um efeito de longo prazo. Até 2014, projeta-se que as dívidas do governo do Japão somarão 239% de seu PIB, na Itália, 132% do PIB, e nos EUA, elas saltarão de 63% do PIB para 112%. A dívida pública deve chegar a 140% do PIB das economias imperialistas em cinco anos, segundo o próprio FMI. Essa situação, evidentemente, mina a capacidade dos governos de enfrentar uma nova rodada de bolhas especulativas mais adiante. DANTAS, 2012, 3.

Se ao longo da história do sistema do capital coube ao Estado atuar na manutenção das estruturas e mediações responsáveis pela sua fluidez sociometabólica, é no período de crise que o seu papel de fiador das finanças capitalistas ganha maior clarividência. Para salvar o sistema bancário da maior bancarrota desde o pós-guerra o Governo Bush comprou em 2008 US\$ 250 bilhões em ações dos bancos¹⁰. Ao final, o plano de recuperação econômica

⁹ Dados do Banco Central disponíveis em <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>

¹⁰ https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/081014_bushbancosatualiza.shtml

lançado pelo Governo Bush do sistema financeiro ultrapassou os US\$ 2,6 trilhões, ampliando assim dívida pública dos Estados Unidos. Em suma,

a intervenção dos governos na economia para salvar os negócios da burguesa está se dando às custas do crescimento insustentável do déficit público e da dívida estatal, dos mais duros ataques aos direitos sociais dos trabalhadores e do empobrecimento de países inteiros, especialmente na Europa. DANTAS, 2012, 4.

Como já descrito por Marx (2007) em “A Ideologia Alemã”, um dos pilares da ideologia consiste na universalização das ideias, impondo como demanda social ações que são de interesse apenas da classe burguesa. Assim, a salvação de todos os sistemas financeiros mundiais aparece como salvação de toda a sociedade, de forma que grande parte da riqueza social produzida – e que ainda a sociedade irá produzir - deve ser orientada para socorrer o capital em crise.

O Federal Reserve (Banco Central) dos EUA cria mais capital fictício para conservar a ilusão no valor de capitais que estão derretendo-se e desvalorizando-se, com a perspectiva de ter, num determinado momento, a possibilidade de aumentar fortemente a pressão fiscal, mas em realidade não poderá fazê-lo, porque isso significaria o congelamento do mercado interno e a aceleração da crise como crise real. Assistimos pois a uma fuga para frente que não resolverá nada.” (...). O problema é saber quanto tempo se poderá ter como único método de política econômica criar mais e mais liquidez,... Será possível que não haja limites a criação de capital fictício sob a forma de liquidez para manter o valor do capital fictício já existente? Esta me parece uma hipótese demasiado otimista e, entre os economistas norte-americanos, muitos duvidam disso. CHESNAIS *apud* DANTAS, 2012, 4.

Na Europa, a intervenção dos Estados também apresentou números robustos

A Europa, assolada ainda por um endividamento elevado, também foi castigada. O Velho Mundo, que em 2014 voltou a se preocupar com a intervenção do governo português no Banco Espírito Santo (BES), acompanhada de injeção de capital de quase 5 bilhões de euros, aumentou o seu intervencionismo para tentar conter a crise bancária e fiscal. Só na Inglaterra, em 2008, o pacote de nacionalização de instituições e ajuda ao setor bancário chegava a US\$ 1 trilhão. A Alemanha não ficou atrás.

Na maior intervenção desde a queda do Muro de Berlim, o governo alemão anunciou uma ajuda recorde a bancos, de 500 bilhões de euros.

Quatro anos depois, diante do calote da Grécia, houve outra onda de socorro, em 2012. Quatro instituições financeiras gregas receberam mais de US\$ 22 bilhões. Na Espanha, outros quatro bancos foram socorridos com injeção de capital de US\$ 48 bilhões. A Europa experimentava taxas recordes de desemprego e recessão em alguns países.¹¹

De acordo com o Banco de Compensações Internacionais, a dívida mundial saltou de 200% do valor do PIB mundial para 244% no final de 2017¹² apontando assim o descontrole do capital fictício frente a geração material da riqueza mundial.

1.2 – DAVID HARVEY E OS AJUSTES ESPACIAIS: É POSSÍVEL UM DESLOCAMENTO PERMANENTE DAS CRISES?

Consideramos aqui ser notório o estado permanente de crise instaurada no metabolismo global do capitalismo. Sucessivas crises econômicas, políticas de austeridade nos pais centrais e periféricos, reescalonamento das tensões geopolíticas, guerras e o desmoronamento da democracia liberal nos mostra como a crise do capital tem corroído o alicerce da reprodução plena do sistema. O elefante está na sala! É imperativo ao conjunto de operadores deste sistema a construção de alternativas ao estado de crise.

Em 1929, a saída da crise perpassou pela expansão geográfica das relações capitalistas de produção sobretudo na sua periferia global – Ásia, África e América Latina. Na década de 1960, David Harvey observa esse deslocamento das contradições do capital projetando-os para o “futuro” a partir da teoria dos “ajustes espaciais”, formulação amplamente utilizado na Geografia brasileiro nas três últimas décadas.

¹¹<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/apos-crise-global-estourar-em-2008-bancos-receberam-socorros-bilionarios-13495994#ixzz5hjpp9IbC>

¹²<https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/09/ha-10-anos-o-lehman-brothers-quebrava-e-mudava-economia-global.html>

David Harvey desenvolve a tese que diante da tendência de superacumulação e exacerbação das contradições internas em âmbito regional, o capitalismo promove uma nova onda de expansão geográfica e reorganização espacial como alternativa possível para o adiamento das crises. Os ajustes espaciais, para Harvey, representam ainda o deslocamento de excedentes de trabalho e de capital para um outro território. Essa alteração geográfica do excedente disponível possibilita a absorção produtiva para manutenção do ciclo reprodutivo do capital, implicando assim num capital em constante expansão geográfica. Segundo Harvey,

Tais excedentes podem ser absorvidos por: a) uma reorientação temporal por meio de investimentos de capital em longo prazo ou gastos sociais (como educação e pesquisa) que adiam a reentrada na circulação do excesso de capital até um futuro distante; b) reorientações espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e mão-de-obra em outro lugar; c) alguma combinação de a e b. (HARVEY, 2005, 11)

Para Harvey (2005), a dificuldade do capital em acumular através da reprodução ampliada na extração direta de mais valor tem sido compensada pela acumulação por despossessão, sendo esta uma das formas do novo imperialismo. Harvey entende que a acumulação por despossessão é uma *refundação* do conceito de acumulação primitiva desenvolvido por Marx ao final do Livro I de “O Capital”.

A acumulação primitiva ou originária já ocorreu, e a acumulação se desenvolve como reprodução ampliada (através da exploração do trabalho vivo na produção) dentro de uma economia fechada que opera em condições de paz, propriedade e igualdade (...) Uma revisão geral do papel permanente e da persistência de práticas depredatórias de acumulação “primitiva” ou “originária” ao longo da geografia histórica da acumulação de capital é muito pertinente, tal como o assinalaram recentemente muitos analistas. Dado que denominar “primitivo” ou “originário” um processo em curso parece equivocado, daqui em diante vou substituir estes termos pelo conceito de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004, p. 108- 109).

Esta tese foi amplamente debatida por Harvey no livro “O Novo Imperialismo” (2011), nesta obra se debruça sobre as novas formas de imperialismo capitaneados pelos Estados Unidos e a corrida pelo petróleo que trouxe novos contornos a geopolítica mundial. No clímax do debate nesta obra, Harvey considera a questão da sobreacumulação como ponto central no atual debate das crises do capital justamente por apontar a problemática da falta de investimentos lucrativos.

Assim sendo, como a acumulação por espoliação ajuda a resolver o problema da sobreacumulação? A sobreacumulação, lembremos, é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo chave aqui é, no entanto, excedentes e capital. O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. No caso da acumulação primitiva que Marx descreveu, isso significava tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação do capital. A privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água, etc. na Inglaterra, por exemplo) tem aberto em anos recentes amplos campos a serem apropriados pelo capital sobreacumulado. O colapso da União Soviética e depois a abertura da China envolveram uma imensa liberação de ativos até então não disponíveis na corrente principal da acumulação do capital. O que teria acontecido com o capital sobreacumulado nos últimos 30 anos sem a abertura de novos terrenos de acumulação? (HARVEY, 2011,124).

A reprodução ampliada do capital produziu, para Harvey (2011), um problema crônico de sobreacumulação que busca compensação através de lucros por mecanismos de espoliação.

Se, no entanto, o capital e a força de trabalho excedente são ambos aplicados para criar nova capacidade produtiva em novas áreas, então os excedentes se mantêm para ser absorvidos por períodos muito mais longos. Investimento em infraestruturas básicas, como vimos, é a longo prazo, enquanto a expansão contínua de uma economia capitalista regional inteiramente nova crie uma demanda contínua e crescente pelos acidentes

de capital e força de trabalho produzidos na região natal. O único problema com essa solução é que a nova economia regional tente alcançar sua própria coerência estruturada interna, para moldar sua própria Aliança de classe regional, fomentando e protegendo seus interesses, e está destinada a se tornar expansionista, tecnologicamente dinâmica, acossada pela luta de classes inerentemente instável. Essa nova economia regional também começa a produzir excedentes de capital e força de trabalho, que se tornam cada vez mais difíceis de ser absorvida. Também, a longo prazo, fica obrigada a cuidar do seu próprio ajuste espacial. Ao fazer isso, vê-se, inevitavelmente, competindo com o país natal no mercado mundial, e, se vencer a competição, pode forçar a desvalorização da economia de origem por meio da competição Internacional. (HARVEY, 2005, 155)

A abertura de novos territórios para o capital na Ásia no início dos anos de 1970 aliada a doutrina neoliberal que transferiu propriedades estatais para capitais privados atuou na resolução momentânea dos agravos gerados pelo excesso de capital.

O deslocamento das contradições do capital para o espaço, como apontaria Harvey na argumentação sobre o *ajuste espacial* (apesar não serem apontados seus limites), é também um deslocamento dessas contradições para o tempo, precisamente para o “futuro”, como não observado pelos economistas Pikety e Krugman diante da chamada crise imobiliária americanacitada anteriormente. Mas também são elas insolúveis, porque não se trata somente da forma de como o trabalho se materializa no espaço, porém a forma de como ele se estabelece como contradição do próprio valor, que faz com que “casas” (oferta social) e “sem tetos” (demanda social) não se encontrem, ou que na tentativa de reencontro se criem “crises imobiliárias” e “crises financeiras” de escala global. (Menezes, 2016, p. 216)

Harvey (2011) considera o novo imperialismo como uma revisita do capital ao seu passado de acumulação por espoliação, traçando assim, a necessidade permanente de expansão geográfica e realocação do excedente produtivo, inclusive da força de trabalho. Dito isso, é possível pensar num ciclo infinito de expansão geográfica do capital e um eterno deslocamento das crises?

1.3 – DA ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO A TEORIA DECOLONIAL: NÃO HÁ CRISE ESTRUTURAL?

O “ajuste espacial” condicionaria o capital a um **estado permanente de deslocamento espacial** das suas contrações internas, empurrando os sintomas da crise para novas fronteiras de expansão. A teoria do “ajuste espacial” desenvolvida por Harvey está ancorada na tendência expansiva do capitalismo. Dentro desse processo de rearranjo espacial o capital regressa as bases da acumulação por espoliação e despossessão, refundando os ciclos da sua acumulação primitiva.

O conceito de acumulação por espoliação amplamente desenvolvido e defendido por Harvey ao longo da sua trajetória intelectual busca revisão o conceito marxiano de acumulação primitiva por considerar o caráter permanente deste processo, como já dito anteriormente. Em outras palavras, para Harvey, as características da acumulação primitiva estão fortemente presentes até o momento na geografia histórica do capitalismo. (HARVEY, 2011).

A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionais têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agricultura familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual). (Harvey, 2011, 121).

Esta releitura do conceito de Marx, coloca o capital fictício, nas palavras de Harvey (2011), como *trampolim de predação, fraude e roubo*. Assim, a financeirização da economia é entendida como um dos mecanismos da acumulação de espoliação.

A biopirataria campeia e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos caminha muito bem em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas. A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas. A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala (a indústria da música é notória pela apropriação e exploração da cultura e da criatividade das comunidades). A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de 'expropriação das terras comuns'. [...] A regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perda de direitos. A devolução de direitos comuns de propriedade obtidos graças a anos de dura luta de classes (o direito a uma aposentadoria paga pelo Estado, ao bem-estar social, a um sistema nacional de cuidados médicos) ao domínio privado tem sido uma das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal. (Harvey, 2011, p.123)

Partindo da sua interpretação da obra de Marx, Harvey se diz preocupado em alcançar as *lacunas* deixadas pelo intelectual alemão. Harvey (2005) considera que o conceito de ajuste espacial é vago dentro da obra de Marx uma vez que a preocupação deste é revelar a natureza da dialética interna do capitalismo. Afirma Harvey, "Marx tinha pouco estímulo para ir além, descrevendo o ajuste espacial como nada mais do que a projeção violenta das contradições do capitalismo sobre o palco mundial" (2005, 123).

Ao estabelecer a centralidade da acumulação por espoliação, Harvey marginaliza as transformações metabólicas do capital face o acirramento das suas contradições internas, assumindo uma leitura simplificada da financeirização e os desdobramentos desta interface na tríade Estado-capital-trabalho.

Este distanciamento da obra de Harvey do pensamento marxiano é amplamente utilizado (direta ou indiretamente) dentro da Teoria Decolonial para justificar a construção de uma nova linha de pensamento crítica do processo de espoliação colonial. As críticas ao pensamento de Marx são rotineiramente requentadas diante da assanha por decretar a falência do pensamento marxista seja pela emergência de uma ruptura histórica e social que assinalaria novos

paradigmas aos quais o marxismo não mais se aplica, como foi o decreto do fim da história; seja pelo julgamento moral e intelectual da vida e obra de Marx que teria desprezado debates extraeconômicos e sujeitos sociais afora o proletariado¹³; ou ainda pela leitura enviesada e reducionista do pensamento marxiano e marxista.

Duas das críticas do pensamento decolonial ao marxismo, de seu eurocentrismo universalista e sua centralidade excessiva na questão de classe, são devidamente questionadas por Kevin Anderson. Para ele, a “teoria da revolução” em Marx “passou, ao longo do tempo, a se concentrar cada vez mais na interseccionalidade da classe com a etnia, a raça e o nacionalismo” (pp. 354-355). Apesar de manter a centralidade na problemática do capital e das classes sociais, isso não significaria “univocidade ou exclusividade”, aliado a uma concepção de totalidade que “oferecia um escopo considerável para a particularidade e a diferença” a ponto de, algumas vezes, tomar “essas particularidades –raça, etnia ou nacionalidade–determinantes da totalidade” (p. 355). (Hasbert, 2021, p.97)

Ironicamente, a Teoria Decolonial parte dos pressupostos desenvolvidos por Marx e muitos pensadores marxistas para estabelecer a negação intelectual e sua importância para formulação do pensamento crítico. A acumulação por espoliação como efeito do novo imperialismo é um dos pilares de sustentação do pensamento decolonial

São muitos os casos em toda a América Latina de grupos culturais subalternos que permaneceram invisibilizados (uns poucos ainda permanecem, como os indígenas isolados da Amazônia), praticamente confinados em áreas remotas e pouco acessíveis. Hoje, principalmente com o acirramento do padrão extrativista do capitalismo de acumulação por despossessão (nos termos de David Harvey) dominante na região, mesmo essas áreas mais recuadas são objeto da ganância de grandes corporações, especialmente madeireiras e mineradoras. (Hasbert, 2021, p.157)

¹³ A onda cultural e a onda ambiental que ganharam força ao final dos anos 1990 se utilizaram da mesma retórica para concluir que a obra de Marx despreza a primazia cultural dos povos e a importância da preservação do meio ambiente, respectivamente.

Os teóricos da decoloniedade, como Boaventura de Sousa Santos e Anibal Quinjano, tem reafirmado em muitos dos seus escritos a necessidade de ruptura com os sistemas coloniais de poder eminentemente ocidentais e eurocêntricos, incluindo assim a escala da produção do conhecimento. Em linhas gerais, os decoloniais consideram toda produção do conhecimento desenvolvida na Europa como modelos colonizadores, autoritários e excludentes.

Mais tarde, especialmente a partir de meados do século XIX e apesar da continuada a evolução da mundialização do capitalismo, foi saindo da perspectiva hegemônica da percepção da totalidade mundial do poder capitalista e do seu longo tempo de reprodução, mudança e crise. O lugar do capitalismo mundial foi ocupado pelo Estado-nação e pelas relações entre Estados-nação, não só como unidade de análise mas como único enfoque válido do conhecimento sobre o capitalismo. Não só no liberalismo, mas também nos chamaram materialismo histórico, é a mais difundida e eurocêntrica das Vertentes derivadas da heterogênea herança de Marx. (Quinjano, 2009, p. 75)

Para Quinjano (2009), o materialismo histórico desenvolvida por Marx analisa o desenvolvimento capitalista como monolito de determinações econômicas e *reduccionismo ahistórico* da luta de classes. Apesar da necessidade de uma longa exposição teórica a respeito das críticas levantadas por Quinjano, vamos limitar nosso debate com os princípios da decoloniedade em dois pontos. Em primeiro lugar, a descontextualização da obra de Marx e análise simplória do materialismo histórico ao negar a preocupação que o intelectual alemão possuía em percorrer as múltiplas determinações inerentes ao desenvolvimento do capitalismo. O conjunto da obra de Marx nos revela a sua preocupação em percorrer todos os campos do conhecimento disponíveis em sua época. Marx se debruçou durante décadas em longos estudos sobre economia, política, filosofia, matemática, química, literatura, antropologia, entre outros campos do conhecimento que estivessem a sua disposição. Além disso, a herança do método do materialismo histórico em mais de dois séculos culminou numa rica e vastíssima formulação do conhecimento em constante debate e transformação.

De fato, a tradicional política da esquerda - que às vezes realmente significava o marxismo - nunca foi tão obtusa como isso sugere. Tiveram bastante a dizer sobre arte e cultura, algumas vezes de forma tediosa e, outras, notavelmente original. Na verdade, a cultura ganha importância na tradição que viria a ser reconhecida como marxismo ocidental. Georg Lukács, Walter Benjamin, Antonio Gramsci, Wilhelm Reich, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Theodor Adorno, Ernst Bloch, Lucien Goldman, Jean-Paul Sartre, Frederick Jemerson: dificilmente esses foram pensadores que ignoraram o erótico e o simbólico, a arte e o inconsciente, experiências reais e transformações da consciência. Não há, plausivelmente, uma herança mais rica no século XX do que esse pensamento. (...)

A acusação de que o marxismo não tem tido nada a dizer sobre raça, nação, colonialismo ou etnicidade é igualmente falsa. Na verdade, o movimento comunista foi o único lugar, no início do século XX, onde as questões de nacionalismo e colonialismo - junto com a questão de gênero - foram sistematicamente levantadas e debatidas. Como descreveu Robert J. C. Young: "O comunismo foi o primeiro e único programa político a reconhecer a inter-relação dessas diferentes formas de dominação e exploração (classe gênero e colonialismo) e a necessidade de abolir todas elas como base fundamental para a realização bem-sucedida da libertação de cada um." Lênin pôs a revolução colonial entre as principais prioridades do governo soviético. As ideias marxistas foram vitais para as lutas anticoloniais na Índia, na África, na América Latina e em outras partes. Na realidade, o marxismo foi a principal inspiração por trás das campanhas anticoloniais.

Muitos os grandes teóricos e líderes políticos anticolonialismo do século XX foram educados no ocidente e aprenderam de uma vez por todas com o marxismo ocidental. (Eagleton, 2010, p. 52, 54-55)

É notório que a crítica decolonial as formulações teórico-metodológicas de Marx e do marxismo flerta com muitas das postulações do pensamento pós-moderno (europeu) no rechaçamento as metanarrativas. Por vezes, entre muitos pensadores decolonias, encontram-se mais críticas a Marx do que ao arcabouço político e econômico do liberalismo que é responsável direto pelo aprofundamento da exploração via modelo colonial.

Alguns que reprovam severamente marxismo por não dizer o suficiente também são alérgicos às grandes narrativas que tentam dizer demais. (...) O marxismo, por exemplo, havia sido

a luz teórica que orientou os novos movimentos nacionalistas revolucionários na Ásia na África; mas isso, inevitavelmente, significou uma reelaboração da teoria para responder a condições claramente novas, em vez de ser a aplicação obediente de um dado corpo de conhecimento. Do Quênia à Malásia, o nacionalismo revolucionário tanto revivera o marxismo quanto o forçara a se repensar. (Eagleton, 2010, p. 56)

A crítica à crítica da Teoria de Marx se estabelece, sobretudo, pela construção caricata que feita do marxismo. Impõe-se a Marx (e aos marxistas) a aplicação dura de uma metodologia de análise que dará respostas econômicas e totalizantes em escala mundial. Chegamos aqui no segundo ponto a ser abordado pelas postulações decoloniais: a negação da totalidade. A tese do Novo Imperialismo via acumulação por espoliação desenvolvida por Harvey é acolhida pelo pensamento decolonial justamente por não atingir a totalidade de determinações e relações diversas expressa em muitas das obras de Marx. Harvey, assim como muitos decoloniais, observam um capitalismo fragmentando, ou ainda, a necessidade de uma exterioridade ao capital.

Fontes (2010) recupera de forma assertiva que o debate em torno do interno e o externo ao movimento do capital foi preconizado na marcante discussão entre Rosa Luxemburgo e Kautsky a cerca da Questão Agrária. Enquanto que pra Kautsky a relação entre indústria (urbana) e campo (sobretudo a agricultura, a mineração tendo outra configuração) resultava numa questão agrária *exteriorizada por sua natureza*, para Rosa o mesmo problema apresentava-se sob a forma da relação entre sociedades capitalistas e não capitalistas e, portanto, no avanço das relações sociais capitalistas para um espaço social que lhe seria *exterior, porém condição para o seu desenvolvimento*. (...) Apesar da enorme diferença entre os dois casos, o que se instaura como problema é a necessidade de um lado de fora do capitalismo, seja pela natureza da atividade agrária, em Kautsky, ou pelas relações não capitalistas, em Rosa Luxemburgo. Em inícios do século XX, este aspecto era impactante, dado o predomínio em todo planeta de formas de vida e relações sociais de tipo não capitalista, isto é, populações fortemente rurais, francamente expropriadas e em países não industrializados. (Fontes, 2010, p. 70-71)

Se por um lado, a aceleração da expansão do capital em escala mundial não reduziu a complexidade de muitas comunidades que não se proletarizaram ou espelharam as relações tipicamente capitalistas - a exemplo de comunidades

camponesas e os povos originários -, por outro, fica cada vez mais difícil encarar essas populações como totalmente alheias aos ditames da ordem capitalista. (Fontes, 2010) Como não analisar a perversa situação de fome e desnutrição as quais foram submetidos os Yanomamis no Brasil senão o efeito do avanço do agronegócio e da mineração comandados pelo mercado mundial de commodities? A expansão do capitalista não ocorre de forma homogênea, bem como a expropriação também não acontece de forma homogênea.

A expansão da expropriação dos recursos sociais de produção não diz respeito apenas à expropriação da terra, de forma absoluta, mas a supressão das condições dadas da existência dos trabalhadores, e sua consequente inserção, direta ou mediada pela tradição, nas relações mercantis (e no mercado da força de trabalho. (Fontes, 2010, p. 89)

A atual condição histórica do desenvolvimento capitalista tem acelerado o ritmo de extração de mais valor e exigido formas cada vez mais violentas de expropriação – inclusive genocidas – para o atendimento a acumulação de capital comandada pela financeirização.

1.4 - A NATUREZA DA CRISE: TENDÊNCIAS E CONTRATENDÊNCIAS DO CAPITAL

A teoria dos ajustes espaciais desenvolvidas por David Harvey avança na análise do reordenamento do capital e do trabalho para garantia da máxima extração de mais valor, superando o limite do homem e da natureza para garantir a extração de lucro em sua face imperialista e mais predatória. Contudo,

A teoria do “ajuste espacial” é uma das principais contribuições de Harvey para análise geográfica da expansão imperialista do capital, mas ainda se encontram os mesmos sintomas de uma certa fixação no concreto como físico, como realidades concretas específicas (posta em contraposição ao *abstrato universal* onde funda uma perspectiva da crítica geográfica (“[...] o exame atento de suas obras revela que ele [Marx] reconheceu que a cumulação de capital ocorria num contexto geográfico,

criando tipos específicos de estruturas geográficas”). Menezes, 2016, p. 249.

Quando Harvey “descobre” os “ajustes espaciais” na década de 1960 é justamente quando esse modelo de expansão e deslocamento das contradições internas não é mais possível uma vez que todos os seus limites absolutos estão ativados. A dificuldade do sistema do capital em estabelecer um novo ciclo de crescimento econômico ainda na década de 1960 encontra-se justamente no caráter estruturante da sua crise, produtora de contradições internas insuperáveis.

O capital em crise revela sempre sua face mais perversa. Mesmo após a onda de falências e desemprego atingindo as maiores economias no mundo, o descontrole do mercado financeiro continuar a atuar na busca de lucros especulativos e garantia de fatias ainda maiores de extração de mais-valor.

De acordo com o relatório das Nações Unidas

o crescimento do controle dos mercados pelas grandes empresas não tem sido proporcional ao crescimento do emprego por elas oferecido. Medida pela capitalização de mercado, a participação das 100 maiores empresas quadruplicou, mas sua participação no emprego apenas dobrou. UNCTAD, 2017, 2¹⁴.

A necessidade de aumento dos lucros do capital financeiro tem promovido alterações substanciais na desregulamentação das economias nacionais, impondo severas políticas de austeridade para os trabalhadores, afiançando - através do Estado - a precarização do trabalho e solapando as políticas sociais em várias partes do mundo.

A extensão das multinacionais envolveu enorme diversidade de fenômenos que de forma alguma se limitavam ao terreno econômico. A atuação dessas empresas – as grandes sociedades anônimas – não foi apenas uma enorme fonte de lucros e de produção, mas aprofundou a divisão internacional do trabalho, modificou a inserção mundial dos países imperialistas,

¹⁴ https://unctad.org/en/PressReleaseLibrary/PR17029_pt_TDR_rentismo.pdf

e seu alcance nos demais alterou profundamente a relação entre o campo e a cidade em todo o mundo sob seu raio de ação, introduziu inovações comportamentais e culturais. FONTES, 2010, 164.

A regulamentação do mercado financeiro mundial conduziria o caminho mais seguro para saída da crise, mas essa transformação esbarra na irreformabilidade incontrollabilidade e destrutividade do capital mundializado (MÉSZÁROS, 2007).

Vale notar ainda que lado da forte crise, contraditoriamente, há o fortalecimento das grandes corporações internacionais, ou como dito anteriormente, o melhor momento para ganhar dinheiro é quando “*o sangue corre nas ruas*”¹⁵. De acordo com a ONG britânica Oxfam, com base nos dados do banco Credit Suisse, o ano de 2017 apresentou o maior aumento da história no número de bilionários no mundo. Segundo a Oxfam existem 2.043 bilionários no mundo e patrimônio dessas pessoas avançou US\$ 762 bilhões em 2017 de forma que “*De todo o valor produzido pelo mundo no ano passado, 82% ficaram com o 1% mais rico da população, enquanto a metade mais pobre da humanidade não teve qualquer aumento no seu patrimônio*”.¹⁶ Na outra ponta da balança das classes, mais da metade da população mundial sobrevive com renda de US\$ 2 a US\$ 10 por dia.

O final do século XX e a primeira década do século XXI demonstram a falsidade dos prognósticos dos que imaginaram um mundo pós-industrial, pós-capitalista e pós-moderno, no qual o trabalho perderia tanto seu sentido ontológico de configuração do ser humano, quanto seu sentido de base para a emancipação da humanidade, ou, ainda, o de elemento fundamental para extração do mais-valor e para a reprodução do capital. Ao contrário, a difusão da industrialização, isto é, de formas massivas de extração de mais-valor, sob suas mais variadas modalidades, fabril ou outras, arrisca submergir a humanidade em dejetos; a produção de trabalhadores disponíveis para o mercado acelerou-se com a superposição de inúmeras expropriações, incidindo em todo o mundo,

¹⁵<http://exame.abril.com.br/revista-exame/o-mundo-vendeu-e-esses-investidores-compraram-durante-a-criese/2/>

¹⁶ <https://www.bbc.com/portuguese/geral-42762862>

embora de maneira desigual e intensificando crises sociais, porém barateou em nível planetário o valor da força de trabalho. A concentração de capitais atinge patamares inimagináveis e produz uma gigantesca socialização das forças produtivas – muito além do que uma ideia singela de mercado mundial ou de império pode expressar – porém reforçando em proporção equivalente a alienação dos trabalhadores diante das dimensões internacionais ciclópicas de sua cooperação real, aprofundando o estranhamento da grande maioria da população perante o mundo que ajudam a construir, ainda que o façam de maneira crescentemente destrutiva, pois impulsionada pelo capital e encapsulada por sua lógica. FONTES, 2010, 150.

Dessa forma,

O verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital, isto é, o fato de que o capital e sua autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, como mola propulsora e escopo da produção (...). Os limites nos quais unicamente se podem mover a conservação e a valorização do valor de capital, as quais se baseiam na expropriação e no empobrecimento da grande massa de produtores, entram assim constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital tem de empregar para seu objetivo e que apontam para um aumento ilimitado da produção, para a produção com um fim em si mesmo, para um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais do trabalho. MARX, 2017, 289-290.

Com a estouro da bolha imobiliária em 2008, ganância, fraudes e inúmeros casos de corrupção foram apontadas como causas da crise instaurada tanto por parte da mídia como por Deputados e Senadores do Congresso dos Estados Unidos. A formulação de um caráter ou personalidade para o mercado financeiro dissimula a própria natureza irreformável e incontrollável do capital, uma vez que seu comportamento sociometabólico não é fruto de uma unicidade de movimento, mas da síntese contraditória de múltiplos arranjos e rearranjos do sistema, pressionadas por monopólios e concorrências no interior do mercado global.

Considera-se o que teria acontecido se Prince, que foi CEO do Citigroup de 2003 a 2007, tivesse anunciado em 2005, por exemplo, que o Citi iria sair do mercado de subprime porque estava se tornando arriscado demais. Qual teria sido a reação dos rivais de Prince? Teriam reconhecido a sensatez dessa

medida e feito o mesmo? É improvável. Em vez disso, teriam ordenado a seus subordinados que corressem e assumissem os negócios que o Citi abandonava. Os ganhos de curto prazo do Citi teriam diminuído em relação ao de seus pares; o preço de suas ações teria sido pressionados; e Prince, que já enfrentava críticas por problemas em outras áreas de negócios do Citi, teria sido posto de lado como conservador e sem imaginação. Numa entrevista do *Financial Times* em julho de 2007, ele admitiu que seu campo de ação era limitado. “Quando a música para, em termos de liquidez, as coisas começam a ficar complicadas”, disse Prince. “Mas, enquanto a música estiver tocando, é preciso levantar e dançar. Ainda estamos dançando.” Quatro meses depois, o Citi revelou que tinha perdido bilhões de dólares em empréstimos corporativos e hipotecas inadimplentes. Prince demitiu-se com a reputação arruinada. CASSIDY, 2011, 18-19.

Marx (2017) sinaliza que o limite do modo de produção capitalista aparece: 1) na queda da taxa de lucro proveniente do desenvolvimento das forças produtivas, processo que busca ser superado através das crises; 2) a taxa de lucro ser a definidora da contração ou expansão do capital, exigindo assim uma constante expansão em oposição a relação entre produção e a satisfação das necessidades sociais. Processo esse que atinge seu ápice com a financeirização da economia, fase não vivenciada por Marx, mas já apontada em seus escritos sobre o capital fictício, o mercado de crédito e os desdobramentos da reprodução ampliada do capital.

Assume-se aqui, a partir da leitura marxiana, que a crise desenrolada em 2008, a partir do estouro da bolha especulativa no mercado financeiro, possui como lastro uma crise de superprodução. Vivencia-se o ápice do limite estruturante do capital com o esgotamento da satisfação dos lucros via economia real – produção de mercadorias na indústria - para formação de um mercado financeiro totalmente especulativo, desregulamentado e lastreado em grande parte por papéis e títulos de dívida que nunca serão pagos.

Marx (2017) vai apontar ainda que a superprodução de capital implica na superprodução de mercadorias, significando assim a superacumulação de capital. Assim, para Marx a fissura do capital não está necessariamente na produção demasiada de riqueza, mas a produção demasiada de riqueza alicerçadas em formas capitalistas antagônicas. Levando em conta ainda que essas formas antagônicas são inerentes a própria reprodução do capital.

Ao ser deflagrada a crise em 2008, a contaminação das indústrias junto ao crash mostrou que o descolamento entre produção e circulação se encontra apenas no aparente.

A superprodução de capital pode se manifestar através do excesso de produção vendável, não porque não hajam pessoas necessitadas ou desejosas de consumirem, mas porque a concentração da riqueza vai excluindo uma parcela cada vez mais importante da população da possibilidade de comprar mercadorias. O desenvolvimento do sistema de crédito permite que, ao invés da superprodução de mercadorias, o capital se acumule sob a forma de capital dinheiro, o qual pode se apresentar seja como capital portador de juros seja de maneira ainda mais “irreal”, sem deixar de ser real, de capital fictício. Nós consideramos que este é um conceito chave para a análise da crise atual e das mutações precedentes sofridas pelo sistema de crédito. (NAKATANI e HERERA, 2011,1)

Para Marx (2017), a formação das crises na reprodução do capital tem como base o conflito entre a expansão da produção e a valorização de capital. No processo de acumulação é preciso considerar a atuação de forças antagônicas que operam umas contra as outras, são elas: 1) o aumento real da população trabalhadora e a formação de uma superpopulação apenas relativa; 2) ao lado da queda da taxa de lucro aumenta a massa de capitais; e 3) paralelamente ao desenvolvimento das forças produtivas, há uma diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante.

Marx foi o primeiro a incorporar o conceito de crise ao sistema do capital, entendeu como processo crônico da sua reprodução. O capital está a todo momento negando a si mesmo, atuando na desvalorização do valor a partir a depreciação do trabalho, em outras palavras, o valor perde valor. Assim, a crise é uma lei do capital, inerente ao seu metabolismo, sendo uma lei tendencial do sistema.

A queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma boa composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa de mais valor,

mantendo se constante inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucros sempre decrescente. MARX, 2017, 250.

Marx (2017) considera a taxa de lucro como a proporção entre com a taxa de mais valor e o valor do capital total empregado. Como a massa total do trabalho vivo presente nos meios de reprodução cai em relação ao valor desses meios de produção, decresce o trabalho não pago. Da mesma forma, ocorre menos capital total convertido em trabalho vivo.

Uma alíquota sempre menor do capital total desembolsado converte-se em trabalho vivo, esse capital total suga, assim, cada vez menos mais trabalho em relação à sua grandeza, embora a proporção entre a parte não paga do trabalho empregado e a parte paga deste último possa crescer simultaneamente. O decréscimo relativo do capital variável e o acréscimo do capital constante, apesar de ambos crescerem em termos absolutos, é, como já vimos, apenas outra expressão da produtividade aumentada do trabalho. MARX, 2017, 250.

A direção apontada por Marx (2017) faz a importante revelação que a queda da taxa de lucro não representa a redução da massa de explorados. O segredo desta nefasta equação na proporção entre o capital variável e capital constante, a redução desta proporção é relativa e não absoluta.

Figura 01 - Fábrica da Huawei, Dongguan – China



Foto: Kevin Frayer / Getty Images

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/mundo/fabrica-da-huawei-17-operadores-104-maquinas-um-celular-cada-285-segundos-23894496> Acesso em 30 de novembro de 2020

Na fotografia acima é possível observar uma fábrica da Huawei em Dongguan – China, empresa que atua no desenvolvimento de tecnologia de informação e comunicação. Nesta fábrica existem 104 máquinas e 17 trabalhadores por turno produzindo um celular a cada 28,5 segundos, totalizando 2.400 aparelhos a cada dia.¹⁷ O aumento relativo do capital constante em relação ao capital variável é uma tendência do processo de reprodução capitalista, ao mesmo tempo em que amplia a massa de exploração de mais trabalho. Não por acaso empresas grandes corporações como Apple, Nike, Heineken, HERSHEY'S Coca Cola, Victoria's Secret, HP, Dell e Ambev lucram trabalho escravo em todas as partes do planeta¹⁸.

¹⁷ <https://oglobo.globo.com/epoca/mundo/fabrica-da-huawei-17-operadores-104-maquinas-um-celular-cada-285-segundos-23894496>

¹⁸ Informações sobre as diversas denúncias de trabalho escravo nessas empresas é possível encontrar em:

<https://www.esquerdadiario.com.br/Conheca-9-marcas-famosas-envolvidas-com-trabalho-escravo>

<https://olhardigital.com.br/2021/05/10/videos/trabalho-escravo-apple-e-envolvida-em-novas-denuncias-de-mao-de-obra-forcada-na-china/>

O avanço tecnológico não possibilitou ao capital dar adeus ao trabalho, ao contrário, está em curso em todo planeta a acomodação de legislações sociais e trabalhistas predatórias, flexibilizando ao máximo as relações de trabalho até o extremo da exaustão humana. Mesmo com o crescente processo de exploração da massa de trabalhadores, a tendência a queda da taxa de lucro continua a operar.

Para Marx (2017), o lucro é o mais valor calculado sobre o capital social da mesma forma que a massa de lucro é também uma grandeza social, igual à grandeza absoluta de mais-valor. Igualmente, pode haver aumento da massa de mais-valor com conseqüente queda da taxa de lucro.

O número de trabalhadores empregados pelo capital, isso ou seja, a massa absoluta do trabalho que este mobiliza, e, assim, a massa absoluta do mais-trabalho por ele absorvido, quer dizer, a massa do mais valor por ele produzida, ou seja, a massa absoluta do lucro por ele produzido, *podem* então aumentar, e progressivamente, apesar da queda progressiva da taxa de lucro. E não só pode ser o caso, como tem de ocorrer necessariamente assim - abstraindo de flutuações transitórias - sobre a base da produção capitalista. MARX, 2017, 255.

O processo de produção do capital consiste em sua essência num processo de acumulação. Na medida em que o capital avança, cresce a produtividade do trabalho e massa de valor que precisa reproduzir-se.

Bom a medida que se desenvolve o processo de produção e acumulação, tem de aumentar, Do mesmo modo, a massa absoluta do lucro apropriado pelo capital social. Mas as mesmas leis de produção e acumulação fazem com que, juntamente com a massa, também um valor do capital constante aumente em progressão crescente e mais rapidamente que é a parte variável do capital, que é aquela que se troca por trabalho vivo. Desse modo, as mesmas leis produzem para o capital social uma massa crescente absoluta de lucros e uma taxa de lucro decrescente. MARX, 2017, 255-256.

Assim,

O fenômeno, derivado da natureza do modo capitalista de produção, de que com a produtividade crescente do trabalho diminui o preço da mercadoria individual ou de uma quantidade dada de mercadorias, aumenta o número de mercadorias, diminui a massa de lucro por meio de mercadoria individual e a taxa de lucro sobre a soma das mercadorias, ao mesmo tempo que aumenta a massa de lucro sobre a soma total das mercadorias - esse fenômeno evidencia apenas a diminuição da massa de lucro sobre a mercadoria individual, a queda do preço desta última e o aumento da massa de lucro sobre o número total das mercadorias produzidas pelo capital total da sociedade ou pelo capitalista individual. O que se desprende disso é que o capitalista adiciona menores lucros, por livre determinação, sobre a mercadoria individual, porém se ressarcido por meio do maior número de mercadorias que produz. Essa concepção corresponde à ideia do lucro sobre a alienação, ideia que, por sua vez, baseia-se na concepção própria do capital comercial. MARX, 2017, 268.

A queda do lucro é um efeito irremediável da expansão do capital, o capital fictício e a economia financeirizada busca dissimular em último estágio esse imperativo. Ao diferenciar massa e taxa de lucro (e mais-valor), Marx avança em mais de um século naquele que é um dos problemas centrais decorrentes da financeirização da economia: a mistificação das formas do capital, sobretudo com capital fictício que amplia exponencialmente a massa de lucro sem elevar a taxa real de lucro.

Na contratendência da desvalorização, o sistema do capital atua dialeticamente na recomposição dos lucros. Marx (2017) observa que o capital atua na contratendência à queda da taxa geral de lucro através: a) aumento do grau da exploração da força de trabalho; b) salários abaixo do seu valor; c) barateamento do capital constante; d) superpopulação relativa; e) comércio exterior; e f) aumento do capital acionário. Assim, a queda tendencial da taxa de lucro obriga o capital a um aumento na taxa de mais-valor.

Em mais uma assertiva, diz Marx: “A taxa de lucro não cai porque o trabalho torna mais improdutivo, mas porque se torna mais produtivo” (MARX, 2017, 279). Em nosso tempo histórico o capital encontra-se totalmente mundializado, o desenvolvimento das forças produtivas atingiu níveis

inimagináveis de desenvolvimento tecnológico, no entanto o capital cria e recria as formas mais degradantes de exploração do trabalho e das condições de vida. O vampirismo do capital cada vez mais centralizado nas grandes corporações especula, deteriora e adoce sistematicamente a humanidade.

1.6 – DO CAPITAL FICTÍCIO À MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA: O DOMÍNIO DAS FORMAS ESPECULATIVAS

O aprofundamento da crise no sistema do capital é um processo irreversível e inevitável tal qual todas as buscas para reverter a tendência de queda dos lucros que contraditoriamente ampliam essa mesma crise. Marx investiga em *O Capital* a formação de um capital fictício a partir do sistema de crédito, possibilitando maior fluidez no processo de reprodução.

O fictício não é sinônimo de falso, pois a forma capital, enquanto valor que se valoriza, é uma forma real e verdadeira, uma forma desenvolvida da forma dinheiro do valor. Fictício é seu conteúdo, o valor, na medida em que ainda não existe, não está presente, podendo ser produzido no futuro ou apropriado de outros capitais. Os exemplos mais conhecidos de capital fictício são os títulos públicos e as ações. O caráter fictício do capital representado nos títulos públicos é mais óbvio porque não constituem direitos de propriedade sobre capitais em funcionamento, o empréstimo correspondente já foi gasto e o valor-capital que representavam desapareceu, de forma que os juros auferidos pelos títulos públicos não provêm de capitais atuantes como capitais produtivos, mas de futuros impostos. O que se vende com os títulos não é um valor capital, mas o direito a um rendimento calculado na base da taxa de juros vigente

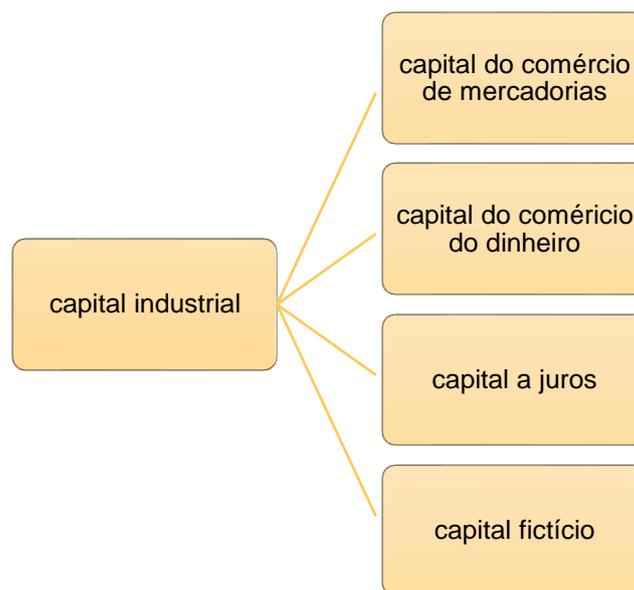
PALLUETO E ROSSI, 2001, 52.

Ao lançar um título de dívida, um mesmo capital que já fora emprestado e despendido continua a atuar e valorizar-se como direito de propriedade sobre o trabalho ou ainda sobre os impostos arrecadados pelo Estado (MARX, 1988). O capital fictício tenta dissimular sua própria existência, de forma que uma

mesma riqueza possa ser contada inúmeras vezes. Assim, o capital fictício é a valorização do valor realizada artificialmente fora de seu ciclo produtivo, assim um mesmo capital emprestável aparecer por diversas vezes no ciclo econômico e garantir sua valorização fora da extração de mais valor.

No decorrer de seu ciclo de produção e acumulação ($D - M \dots (p), \dots D' - M'$) o capital transforma-se em diferentes formas funcionais: capital dinheiro (D), capital produtivo (p) e capital mercadoria (M'), formando o capital industrial. Com a divisão social e territorial do processo de produção entre os capitalistas, estas formas funcionais se autonomizam. Essa separação das funções específicas do capital industrial da sua totalidade passa a ser executada por capitalistas particulares.

Figura 02 - Formas autonomizadas do capital



Fonte: Santana Silva, José Danilo, 2021.

Cada forma-valor mostra um papel diferente que o capital assume no curso histórico do desenvolvimento da (re)produção capitalista. Desta forma,

Quando o dinheiro se desdobra da mercadoria, a mesma assume sentido diverso, transfigurado, posto que os parâmetros que ditam o modo pelo qual exercem sua posição se modificam. Da mesma forma, quando o capital se desdobra do dinheiro, não apenas o dinheiro é, agora, equivalente geral, riqueza sob forma abstrata, como, ademais, capital em potencial, posto que se torna o ponto de partida e de chegada do processo de valorização. Nesse mesmo processo, as mercadorias, por sua vez, já não são apenas fruto do trabalho de produtores independentes uns dos outros, mas produtos de capitais em concorrência – e, portanto, a fim de que sejam objeto de produção devem possibilitar que o capital do qual tem origem se realize enquanto tal, isto é, se valorize mediante a obtenção de uma taxa de lucro convencionalmente aceita como satisfatória. Desse modo, à luz do capital fictício, o capital portador de juros, o capital industrial, comercial, o dinheiro e a própria mercadoria também adquirem sentido diverso. PALLUETO E ROSSI, 2018, 6.

Afirma Carcanholo¹⁹ que o capital fictício busca mistificar a produção e a mercadoria, além de se livrar da forma D', estabelecendo um conteúdo sem forma, sendo apenas "(linha) do extremo processo especulativo de todas condições sociais e naturais de vida no planeta. Assim, o capital fictício valoriza-se artificialmente, mas possui dimensão real uma vez que interfere "na trajetória e nas circunstâncias da valorização e da acumulação" (CARCANHOLO E NAKATANI, 1999, 295), ao mesmo tempo que "tem movimento próprio. Assim, ele é real de certa maneira e, ao mesmo tempo, não é." (CARCANHOLO E NAKATANI, 1999, 296).

O descolamento entre a acumulação real de capital e a acumulação monetária foi possível graças as distorções criadas no mercado de crédito responsáveis por gerar uma classe de credores do Estado. A formação do mercado de crédito torna-se fundamental para a expansão espacial do sistema do capital uma vez que o crescimento dos mercados gera distanciamento dos locais de produção, há uma extensão do crédito com consequente presença dos elementos especulativos de mercado que passa a dominar o processo produtivo. A confiabilidade do sistema de crédito é garantida pela formação da rede

¹⁹ Curso: O CAPITAL, de Marx // Aula 03 // Marcelo Carcanholo proferido em maio de 2018 pelo canal Boitempo do YouTube. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6JYKsqECnol>

bancária. Se por um lado, a institucionalização do mercado de credores capitalistas possibilita maior segurança ao processo.

A categoria de capital fictício é um fato implícito quando o crédito é ampliado previamente, em antecipação ao trabalho futuro como um contravalor. Isso permite um deslocamento suave do capital circulante superacumulado para formação de capital fixo – um processo que, em curto prazo, pode disfarçar inteiramente as aparências das crises. Mas a criação de valores fictícios antes da produção e realização real da mercadoria é sempre um negócio arriscado. O sistema de crédito torna-se a última palavra da acumulação com todos os riscos concomitantes que essa exposição traz. A lacuna entre os valores fictícios dentro do sistema de crédito e o dinheiro ligado aos valores reais se amplia. É montado o palco dos sistemas de crédito. HARVEY, 2013, 352-353

A confiabilidade do sistema de crédito é garantida pela formação da rede bancária. Se por um lado, a institucionalização do mercado de credores capitalistas possibilita maior segurança ao processo.

Diferentemente do capital portador de juros, o capital fictício constitui um processo distinto de valorização. Enquanto o capital a juros está limitado pelo volume disponível excedente para o empréstimo, o capital fictício pode crescer acima destes limites, ou ainda crescer sem nenhuma forma de limite ou até a máxima desregulamentação das economias dos Estados.

No curso histórico do processo de reprodução ampliada do capital, as mudanças qualitativas e quantitativas propiciaram alterações na composição orgânica do movimento de acumulação e valorização do capital. O rápido processo expansivo garantido pela desenfreada e ilimitada autovalorização financeira mundializou o domínio do capital em todo o planeta.

Nas últimas décadas o capital na busca incontrolável do lucro se expande em todos os setores, impondo nova estrutura produtiva com extrema rigidez e inflexibilidade para quem e o que lhe oferece resistência. Contraditoriamente é por impor rigidez que se torna dinâmico, com o intuito do lucro, do acúmulo de riqueza. Utilizando-se de todas as formas de controle expande-se

mundialmente apropriando-se de todos os lugares. Na tentativa de se opor ao movimento cíclico, o sistema do capital procura fazer funcionar o metabolismo societal: Capital-Trabalho-Estado. CONCEIÇÃO, 2013, 92.

A mundialização financeira afiançou um volume enorme de transações internacionais por meio da desregulamentação das economias nacionais e liberalização dos fluxos financeiros. Essa nova fase de expansão põe em crise o sistema de regulação que foi a base da estabilidade e expansão da acumulação capitalista segundo o modelo fordista.

A universalização do trabalho assalariado com inserção social e acesso a renda, situação monetária internacional estável, e instituições de Estado fortalecidas o suficiente para disciplinar o capital privado, utilizando de recursos estatais para suprir as deficiências setoriais da demanda capitalista foram destruídas ou fortemente danificadas para atender a fluidez do capital mundializado. (CHESNAIS, 1996)

A riqueza social, fruto do trabalho humano, passa cada vez mais a ser controlada pelo capital fictício, ditando assim “*a repartição e a destinação social dessa riqueza*” (CHESNAIS, 1996, 15).

O crescimento fenomenal do volume de transações, que acompanhou a mundialização, tem a ver tanto com as “*inovações financeiras*”, possibilitadas pela eliminação das regulamentações e controles nacionais anteriores existentes, quanto com efeitos da abertura internacional como tal. O volume de transações reflete, em primeiro lugar, a amplitude assumida pelas cadeias de operações longas e imbricadas, e pela complexa e frágil pirâmide de créditos e débitos que ligam os principais operadores (bancos, fundos de pensão, fundos mútuos, instituições especializadas). CHESNAIS, 1996, 243

Sob domínio parasitário do capital fictício, a especulação dos lucros e da acumulação capitalista passa a contaminar todo sistema produtivo. Desta forma, o capital obtém uma massa de lucros inúmeras vezes maior do que as flutuações nos preços das mercadorias a partir da lei de oferta e da procura.

Hilferding (1985) vai analisar que na transformação do capitalismo industrial em capitalismo monetário ocorre o surgimento das sociedades anônimas e a sua atuação no mercado de ações.

A atual fase do capitalismo contemporâneo nos impele então a afirmar que, para além das vantagens de controle das SA's pelas compras dos títulos de propriedade, garantindo maior comando sobre as mesmas, conforme Hilferding indicava, o capitalismo também se alimenta, contraditoriamente, dos lucros diferenciais. E isso também deve ser incorporado como um novo padrão mundial de acumulação, ou de forma mais intensa, em novos espaços econômicos para a política imperialista. Os fluxos de capitais que se movimentaram nas contas de portfólio das balanças de pagamentos das diversas economias do mundo a partir dos anos 1970, período inicial de desregulamentação financeira, são sugestivos para se entender esta dinâmica especulativa. CAMPOS E SABATINI, 2018, 146.

As Sociedades Anônimas vão ser criadas para liberar o capitalista industrial da função de empresário industrial. Desta forma, o capital investido na Sociedade Anônima atua como capital monetário, deixa de ser um investidor diretamente produtivo, para ser credor do processo de produção, buscando ao final do ciclo produtivo uma fatia do lucro referente ao seu investimento sob a forma de juros (HILFERDING, 1985). O papel do acionista é ter direito a parte do lucro produzido da empresa diante da compra dos direitos de parte da empresa. Afirma Hilferding

A sociedade é anônima é uma sociedade de capitalistas. Ela é sempre constituída por meio de inversão de capital em ações; o grau de participação de cada capitalista na organização é proporcional ao capital investido; seu direito a voto e sua influência naturalmente se regulam, por isso, pelo tamanho do seu investimento. O capitalista só é capitalista na medida em que dispõe de capital e só se diferencia de outro capitalista em termos quantitativos. Em tais condições, todo o poder de mando se concentra em mãos do acionista majoritário. Para exercer o controle da sociedade anônima é necessário, pois, ser proprietário da metade apenas do capital e não totalidade como acontece na empresa individual. Isso duplica o poder dos grandes capitalistas. Um capitalista que transforma sua empresa individual (desconsiderando o crédito) em uma sociedade

anônima, só necessita da metade do seu capital para exercer o completo controle da empresa. O poder de controle sobre o capital alheio é, todavia, da maior importância, e o domínio da empresa, independente de tudo mais, é importantíssimo para influenciar o movimento de compra e venda do mercado de ações na bolsa. (1985, 121-122)

O mercado de ações surge diretamente ligado as especulações provenientes do setor produtivo. No entorno desses ativos financeiro alicerçou-se o mercado de derivativos constituído por aplicações financeiras de caráter puramente especulativo e sem nenhuma relação direta com o ciclo produtivo. O mercado de derivativos atua transversalmente ao mercado de câmbio, mercado de juros, mercado de ações, mercado de commodities, mercado de crédito, mercado de títulos, mercado imobiliário e o mercado de dívidas (MELLO, ROSSI & CHILIATO-LEITE, 2011).

No filme “A Grande Aposta”, dirigido por Adam McKay, o mercado de derivativos é apresentado como um grande cassino em que os apostadores não estão ligados diretamente ao resultado da roleta ou das cartas. Os investidores do mercado de derivativos apostam nos resultados do mercado de ativos que por sua vez estão atreladas ao setor produtivo. Ocorre que esse ciclo de apostas em apostas (especulação) possui dimensões infinitas ao ponto em que a riqueza real ser muitas menor do que riqueza em circulação.

Estima-se que em 2015 a riqueza real de todo mundo correspondia a \$70 trilhões, enquanto o mercado de derivativos alcançou \$1,2 quatrilhão em circulação²⁰. O valor especulado em escala mundial no ano de 2015 é 17 vezes maior do que a riqueza produzida. A autovalorização incontrolável e fora da esfera produtiva gerou um volumoso fluxo financeiro sem qualquer lastro real na economia, os chamados “títulos podres”. Quanto maior o poderio financeiro da corporação maior é a capacidade especulativa no mercado acionário.

²⁰ <http://www.marketwatch.com/story/this-is-how-much-money-exists-in-the-entire-world-in-one-chart-2015-12-18>

1.6 – NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: O ENTRELACAMENTO POLÍTICO E ECONÔMICO DA ACUMULAÇÃO FINANCEIRA

Com o rompimento do acordo de Bretton Woods a regulamentação do sistema de crédito que garantia a liquidez da dívida pública dos Estados Unidos deu lugar a uma política de maior endividamento do Estado. O acordo garantia estabilidade no sistema de crédito para o investimento industrial.

No Consenso de Washington, em 1972, solidificou-se a financeirização da economia mundial, assumida com o rompimento do Tratado Internacional de Bretton Woods (1944), pelos Estados Unidos da América. Ao romper unilateralmente com as regras definidas no Tratado de Bretton Woods desvincula o dólar e o ouro, desvalorizando a moeda que passa a centralizar um não sistema de moedas sem lastros, e câmbios flutuantes, mas vinculado aos juros. Desta forma, as empresas, os fundos e os bancos multinacionais passaram a operar em diferentes moedas com altíssimas receitas. Sem regras de emissão, a dolarização da economia permite a hegemonia norte-americana, através de uma relação assimétrica nas relações internacionais, mantendo um poder de transação de mercado através do mecanismo da emissão de dívidas. Para se manter nesse moinho de triturar homens/trabalhadores, os países periféricos, denominados Terceiro Mundo, circunscrevem-se em um poço de perdas sem fundo. A exacerbação do lucro conduz à concentração de riqueza, espacializando a miséria que é produzida na relação perversa do capital versus trabalho. CONCEIÇÃO, 2005, 167.

O enriquecimento da classe rentista tornou ainda mais evidente o domínio das grandes corporações e credores do Estado sobre as economias nacionais. O neoliberalismo gestado pela parceria Estados Unidos e Inglaterra - Ronald Reagan e Margareth Thatcher – estabeleceram a liberalização das finanças e a desregulamentação das economias diante de uma nova fase de expansão do capital, sem nenhum limite ou controle dos sistemas financeiros nacionais. A ofensiva neoliberal avançou no campo político e ideológico por todo o mundo capitalista, atuando de forma violenta sobretudo nos chamados países do Terceiro Mundo. A patrocínio de ditaduras militares da América

Latina lubrificaram o caminho do domínio financeiro e especulativo sobre o conjunto da economia, alcançando os mais longínquos rincões do campo, matas e florestas às quais às instituições dos Estados havia chegado muito precariamente.

Guatemala e Paraguai em 1954, Argentina em 1962, Brasil em 1964, Peru em 1968, Uruguai e Chile em 1973, República Dominicana em 1978, Nicarágua em 1979 e Bolívia em 1982: todos esses países passaram por rupturas políticas que colocaram no poder governos militares alinhados aos interesses geopolíticos e econômico capitalista hegemônico pelos Estados Unidos.

O primeiro laboratório da política neoliberal ocorreu com a ditadura chilena de Augusto Pinochet, antes mesmo das experiências inglesas e estadunidense. O projeto de desregulamentação dos mercados nacionais como solução da crise na década de 1970 é formulada pelos economistas da chamada Escola de Chicago, da qual fazem parte nomes como Hayek e Friedman. A cruzada dos Chicago Boys se baseava na negação de qualquer mecanismo de regulação de mercado pelo Estado, sendo essa uma ameaça à liberdade econômica, política e social.

O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra. No Chile, naturalmente, a inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que austríaca. Friedman, e não Hayek, como era de se esperar nas Américas. ANDERSON, 1995, 17

Para a Escola de Chicago, o caminho do crescimento econômico deveria ser pavimentado pela monetarização do Estado a todo custo, reduzindo ou zerando os gastos com bem-estar social, promovendo privatizações, solapando o poder dos sindicatos e ampliando o “exército de reserva” com o aumento do número de desempregados. Com o neoliberalismo universalizou-se a lógica da mercadoria, exacerbando o individualismo. A negação da luta de classes entra

em sintonia com destruição dos direitos trabalhistas, privatização de todas as esferas da vida, mobilidade extrema do trabalho, empreendedorismo e flexibilização das relações de trabalho.

A rigidez e relativa estabilidade do sistema fordista entrou em declínio com a queda da lucratividade, abrindo assim a possibilidade de outras técnicas de controle de produção como *just in time* e o sistema *kabam*. Desta forma, as variações no padrão de consumo em âmbito local e mundial podiam ser atendidas de forma muito mais rápida. A adoção do modelo toyotista de produção possibilitou a acumulação de mais-valor de forma flexível, assegurado pelas reformas do Estado e flexibilização do sistema produtivo.

Essencialmente, pode-se dizer, porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais. O peso de operações puramente parasitárias teve um incremento vertiginoso nestes anos. Por outro lado – e este foi, digamos, o fracasso do neoliberalismo –, o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais. ANDERSON, 1995, 14.

Por meio da acumulação flexível, intensifica-se a retirada de mais-valor sobre o trabalho e a exploração dos recursos naturais existentes, atendendo assim as demandas da economia financeirizada. A reedição da legislação sanguinária, tal qual descrita por Marx no seu comentado capítulo 24 sobre a acumulação primitiva, juntamente com a política de austeridade definiram reestruturam juridicamente as leis que impactaram o mundo do trabalho.

No passado, muitos problemas puderam ser adiados pela *acumulação de capital* produtivo relativamente imperturbada, ainda que a ideologia dominante a acentuasse caracteristicamente com a promessa de um “bolo sempre crescente para todos” no futuro. Contudo, no nosso tempo, sob as condições da *crise estrutural* do sistema do capital, cumpre enfrentarmos também a grave crise da acumulação de capital. Ela afeta profundamente até mesmo o país capitalista mais

poderoso, os Estados Unidos, com implicações de longo alcance para o resto do mundo. Essa crise de acumulação de capital carrega consigo em toda parte a predominância aventureira da forma mais parasitária de *capital financeiro*, ativamente empenhado em construir castelos de cartas sob areia movediça, com suas pretensões de globalização sólida. MÉSZÁROS, 2007, 346

O surgimento das agências internacionais como BIRD, chamado adiante de Banco Mundial e FMI que num primeiro momento atuaram na reconstrução dos países capitalistas destruídos na 2ª Guerra Mundial e, conseqüentemente, no fortalecimento dos Estados nacionais. Pouco mais de duas décadas depois, essas mesmas agências se utilizaram do papel de credoras da dívida pública dos Estados para pavimentar a adoção do modelo neoliberal. Sob alegação da ineficiência do Estado no papel de investidor juntamente com a má gestão, corrupção e prejuízo das empresas estatais, o livre mercado é mais uma conclamado como solução de toda problemática social e desenvolvimento econômico. O Banco Mundial e o FMI promoveram uma verdadeira cruzada pelo neoliberalismo ao redor do mundo, tecendo uma teia de relações complexas para além da cartilha econômica.

A relação do banco com os governos de Estados nacionais e esferas subnacionais não deve ser vista como mera imposição externa unilateral. existem formas mecanismos de pressão e coerção de diferentes tipos (financeiros, políticos, intelectuais e simbólicos) acionados pelo banco conforme o momento, as circunstâncias e o caso, mas isso é apenas uma parte da história. Com efeito, atuação do banco se dá em meio à malha larga, densa e bastante opaca de relações, quem envolve agentes nacionais internacionais públicos, privados, não governamentais, filantrópicos empresariais que apoiam, formulam, adaptam, negociam e veiculam as ideias e prescrições de política da instituição. a efetividade das ações do banco, portanto, depende de uma série de pontos de sustentação, negociação e difusão, tanto dentro quanto fora dos espaços nacionais. PEREIRA E PONKO, 2015, 14

A ampliação da desigualdade social juntamente com redução dos impostos sobre os altos rendimentos garantiria lucros mais elevados para os mais ricos e conseqüente reinserção deste capital na economia, retomando

assim o ritmo do crescimento econômico (ANDERSON, 1995). Para tanto, o acúmulo financeiro dessa classe fez com que os capitalistas reorientassem parte significativa dos seus lucros para formas mais voláteis de valorização, atraídos pela alta rentabilidade do mercado acionário em detrimento da produção substancial de riquezas. Face a crise do capital e as reorientações ditadas pela economia neoliberal, o alicerce ideológico também passou por mudanças.

As concepções mentais do mundo foram reformuladas, na medida do possível, com o recurso aos princípios neoliberais da liberdade individual, necessariamente incorporados no livre-mercado e no livre-comércio. Isso exigiu a regressão do Estado de bem-estar social e o sucateamento progressivo do quadro regulatório que tinha sido construído no início dos anos de 1970 (como a proteção ambiental). Novas formas de nicho de consumo e estilos de vida individualizados também apareceram de repente, construídos em torno de um estilo pós-moderno de urbanização (a Disneyficação dos centros das cidades e a gentrificação), além do surgimento de movimentos sociais em torno de uma mistura de individualismo egocêntrico, política de identidade, multiculturalismo e preferência sexual. HARVEY, 2011, 110

Ainda em meados da década de 1990, Perry Anderson faz um balanço do que significou o neoliberalismo até aquele momento histórico.

qualquer balanço atual do neoliberalismo só pode ser provisório. Este é um movimento ainda inacabado. Por enquanto, porém, é possível dar um veredicto acerca de sua atuação durante quase 15 anos nos países mais ricos do mundo, a única área onde seus frutos parecem, podemos dizer assim, maduros. Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes. ANDERSON, 1995, 22-23.

A observação de ANDERSON (1995) de que o neoliberalismo é movimento inacabado é assertiva, mesmo no atual momento histórico. Com o agravamento da crise estrutural em meio a liberalização econômica, o neoliberalismo continua a vigorar como guia político e econômico para saída da crise. Exige-se assim uma atuação ainda mais voraz do capital, com aprofundamento das políticas neoliberais e, contraditoriamente, uma nova onda de desregulamentação das economias nacionais. O ultraneoliberalismo já se encontra em curso, reeditando velhas ações econômicas em meio ao avanço ultraconservador na política mundial. A geopolítica se altera na medida em que a crise se alastra mundialmente, impondo novos rumos históricos a luta de classes. A política de austeridade como resolução do desemprego que se alastra globalmente, inclusive nos Estados Unidos e Europa, visa a extração de fatias maiores de mais-valor para serem absorvidas pelo mercado financeiro, por meio da intensificação do trabalho e a transformação da economia mundial num grande esquema de Ponzi.

A significativa massa de ativos do mercado financeiro mobilizados para o investimento na agricultura mundial revela o brotamento de um novo grupo de capitalistas inclinados redesenhar o modelo de lucratividade no campo. Com foco em países com maior dinâmica agrícola e áreas disponíveis para sua expansão espacial, esses investidores internacionais representam diferentes fundos (pensão, soberanos, hedge, endowments, private equity) e corporações (bancos, seguradoras e empresas), além dos indivíduos com renda elevada. (BERNARDES, et al., 2017). Nesse cenário, Estados Unidos, China, Índia e Brasil se destacam no cenário mundial com esse modelo de investimento que se adensou mesmo em países periféricos ao capitalismo, a exemplo da América Latina.

Como os barões das mega-corporações
Gigante como o coronelado dos grandes e pequenos sertões
Como os vários e vários e vários ubiratans
Com seus sanguinários batalhões
(É pedra e bala rasga o peito) (...)
Guerra pela terra
A pedra contra o tanque
Guerra altera a terra, nada será como antes

PEDRA E BALA, CORDEL DO FOGO ENCANTADO

CAPÍTULO II

2 – O AGRONEGÓCIO E A (DES)REALIZAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO NO CAMPO

O aumento dos investimentos em terra e na produção agrícola para BERNARDES, et al. (2017) é decorrente da elevação dos preços dos alimentos no início deste século e da crise de 2008. Ainda segundo os autores, atualmente vivenciamos uma integração sem precedentes entre o capitalismo financeiro e a propriedade da terra, tanto no tamanho das áreas adquiridas quanto na abrangência mundial. O fenômeno do *land grabbing* pode ser observado como

O atual fenômeno de *land grabbing*, apesar de variado em origem, destino impacto - e ainda inconclusivo -, pode ser definido pelo uso intensivo de capital para o controle (*control grabbing*) de terras e recursos como forma de acumulação e resposta à conjugação das atuais crises financeira, energética, alimentar e ecológica do projeto da globalização neoliberal. O monitoramento realizado desde 2000 pela organização The Land Matrix revela que, até abril de 2016, mais de 40 milhões de hectares de terras com potencial de conversão agrícola haviam sido adquiridos, sobretudo, por investidores institucionais em todo o mundo.

Não por acaso, o bilionário Bill Gates tornou-se em 2021 o maior proprietário de terras destinadas a agricultura nos Estados Unidos, possuindo mais terras do que todos os povos nativos juntos.²¹ Nos investimentos de *land grabbing* objetiva-se o amplo controle sobre a terra e seus recursos hídricos, minerais e florestais, gerando uma verdadeira corrida internacional pela propriedade.

No documentário “We Feed the World” (2005) do realizador Erwin Wagenhofer, o CEO da Nestlé Peter Brabeck-Letmathe afirma que a água deveria ser totalmente privatizada com preços regulamentados pelo mercado. Em outro documentário, “Águas turbulentas” (2019), da série Rotten da Netflix, é possível observar o processo de privatização da água dos rios na Nigéria em que a Nestlé dificulta o acesso as comunidades tribais, obrigado a população a buscar água locais distantes e com risco de atropelamento ao atravessar a rodovia com grande fluxo de automóveis. Mesmo com a abundância de recursos hídricos no país, grande parte da população precisa comprar água envazada.

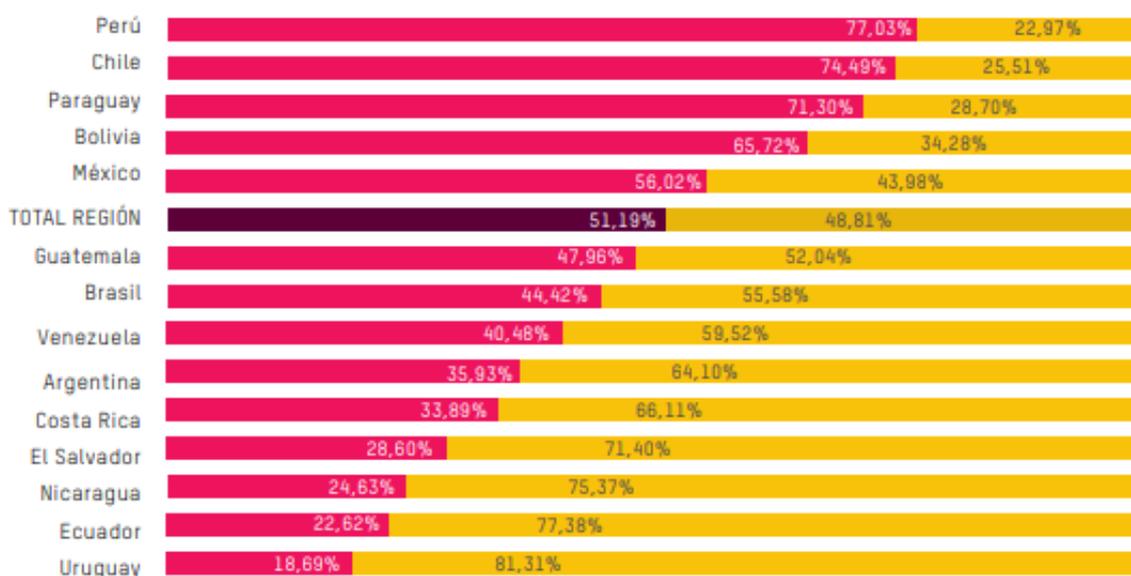
²¹ <https://veja.abril.com.br/mundo/bill-gates-se-torna-o-maior-proprietario-de-terras-agricolas-dos-eua/>

Para população mais pobre da Nigéria, a água vendida sem nenhuma garantia da sua qualidade, para quem pode pagar mais, um mercado de água mineral dominado pela Nestlé, Coca-Cola e Pepsi.

A lógica nacional está submetida à lógica mundial regulada pelo lucro, na lógica perversa do mercado mundial. Neste contexto, o agronegócio é um importante exemplo para a nossa análise, constituindo-se a principal alternativa no processo de mundialização do capital de interesse do setor financeiro internacional que se beneficia com o crescimento das exportações, vez que este representa a equivalência da dívida externa, que é impagável, condição fundamental a retroalimentação do Banco Mundial. Se de um lado a expansão no mercado mundial estimula lucros econômicos, por outro, o ritmo de recursos do agronegócio recai no ritmo de consumo dos recursos naturais. O acesso à natureza passa a ser mediado pelo mercado. CONCEIÇÃO, 2004, 10.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO (2017)²², a posse de terras a pequenos proprietários diminuiu substantivamente na América Latina e no Caribe. Cerca de 1% dos proprietários possuem 51,9% das terras no subcontinente.

Gráfico 04 - Percentagem de Terrenos Geridos por 1% do Maiores Fazendas Contra os 99% Restantes na América Latina e no Caribe ,2017.



Fonte: FAO, disponível em https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file_attachments/desterrados-full-es-29nov-web_0.pdf

Segundo gráfico desenvolvido pela FAO com base no censo agropecuário dos países, no Peru a concentração de terras chega 77% concentrada em 1% das propriedades, seguido por Chile com 74,49% e Paraguai com 71,30%. No Brasil, o índice é de 44,42%, no que pese a grande área de terras devolutas.

Sobre o monopólio e controle da terra, afirma Marx

A propriedade fundiária baseia-se no monopólio de certas pessoas sobre porções definidas do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada, com a exclusão de todas as outras. Estando isso pressuposto, passamos a exposição do valor econômico, isto é, da valorização desse monopólio que se encontra na base da produção capitalista. A isso não acrescenta nada isso o que o poder jurídico dessas pessoas de usar e abusar de porções do planeta. O uso dessas porções depende inteiramente de condições econômicas que não estão relacionadas à vontade desses proprietários, a própria ideia jurídica significa apenas que o proprietário fundiário pode proceder com a terra tal como o proprietário de mercadorias o faz em relação a estas últimas; (...). Na seção dedicada à acumulação primitiva (Livro I, capítulo 24), vimos que esse modo de produção pressupõe, por um lado, a separação dos produtores diretos de sua condição de meros acessórios da terra (na forma de vassalos, servos, escravos, etc.) e, por outro, a expropriação da massa do povo de sua terra. Nesse sentido, o monopólio da propriedade da Terra é uma premissa histórica e continua a ser a base constante do modo de produção capitalista, assim como de todos os modos de produção anteriores que, de um modo ou de outro, fundam-se na exploração das massas. (Marx, 2017, p. 676-677)

A corrida pelo controle da terra sempre fez parte do seu processo de reprodução capitalista. Marx (2017) aponta que a propriedade jurídica da terra não representa o total controle sobre o seu uso.

Com o processo de mundialização do capital, não vivenciado por Marx, a ingerência do mercado sobre a agricultura atingiu novas camadas no pilar econômico. Para além da extração da renda da terra e extração direta e indireta de mais-valor, a financeirização da economia permite uma lucrativa especulação do mercado de terra e seus recursos, a produção agropecuária e expansão da fronteira agrícola.

Para Fairbairn (2014), no caso da terra não é possível diferenciar isso com clareza os investimentos financeiros dos produtivos. Como consequência, autora reconhece dois tipos dominantes de estratégias de investimentos na atual “febre” por terras: a compra de terras que logo se arrendam a terceiros, muitas vezes por meio de uma empresa dedicada a gerenciamento dos ativos; e a compra de terras por investidores que também se envolvem na sua exploração. neste último caso, o capital financeiro busca não somente a obtenção de ganhos de capital como também agregar “valor”, transformando terras improdutivas em campos agrícolas. Isso permite obter lucro com a produção, porém sem abandonar os fins especulativos: a exploração direta da Terra também pode se constituir numa forma em que o investidor induz a apreciação de seu ativo, já que depende em grande medida de sua produtividade. Frederico e Gras, 2017, p 19.

Como já afirmamos no Capítulo I desta Tese, apesar do fetichismo do capital fictício ao dissimular sua própria existência ao tentar se descolar do processo de produção, o capital estará sempre lastreado pela materialidade que o sustenta: a extração incessante e crescente do mais-valor - relativo e absoluto - na produção de mercadorias. Na agricultura, a captura do território pelo capital envolve a produção no processo especulativo antes mesmo do seu início. Neste caminho, se ergue um lucrativo mercado de *commodities* jogando com os preços de produtos em seu estado bruto. Fazem parte do mercado de *commodities* produtos provenientes da agricultura, extração mineral ou petrolífera em seu

estado “cru” ou que passaram por uma leve transformação no processo industrial.

2.1 – O PAPEL DAS *COMMODITIES* AGRÍCOLAS EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL

Não é por acaso que o *boom* mundial das *commodities* coincide com o período em que se reúnem as condições para o estouro da crise em 2008 e que continua com a crescente dos preços em seu desenrolar. A insegurança do mercado imobiliário fez migrar parte do capital especulativo para investimentos mais seguros no petróleo, nas *commodities* minerais e agrícolas. (MICHELOTTI e SIQUEIRA, 2018). Junta-se a isso o aumento da demanda por *commodities* por parte da China e Estados Unidos. Contudo, é a ação especulativa do capital quem vai exercer maior pressão para uma crescente rápida do preço das *commodities* em todo mundo. (MICHELOTTI e SIQUEIRA, 2018)

tanto as crises como o movimento mais geral de elevação de preços, não acarreta em benefícios para os próprios produtores rurais, à exceção daqueles que produzem em larga escala e com alto padrão tecnológico. As empresas agroalimentares transnacionais são as maiores beneficiadas nesse processo (produtoras e vendedoras de insumos e maquinário e empresas voltadas à comercialização e processamento). Essas empresas têm conseguido impor preços internos aos produtores que não refletem os aumentos do mercado mundial, apropriando-se, assim, dessa diferença. (MICHELOTTI e SIQUEIRA, 2018, 4)

Quando um determinado produto se torna uma *commodity* seu preço passa a ser determinado não pelo seu custo de produção, mas por sua especulação no mercado.

O debate sobre o impacto dos especuladores na formação do preço futuro das *commodities* começou em 2008, quando Masters (2008) relatou ao Senado americano que os investidores institucionais, com quase 30 trilhões de dólares em

ativos sob gestão, elegeram as commodities como uma classe de ativo. Masters (2008) afirmou que os recursos alocados em índices que replicam os preços de commodities (CIT) cresceram de 13 bilhões de dólares em 2003 para 317 bilhões em julho de 2008 e, no mesmo período, os preços dos 25 produtos que compõem esses índices subiram a mais de 200%, em média. Masters conclui o seu discurso, sugerindo que o congresso deveria impor limites ao mercado. ROMEU, 2014, 22

Para Menezes (2015) a unidade entre oferta e demanda segundo os seguintes fatores atuam na precificação das *commodities* agrícolas:

A) **Oferta:**

- Custos de produção (transporte, irrigação, insumos, mecanização, dentre outros)
- Fatores Climáticos e o Aquecimento Global
- Políticas de incentivos à produção de biocombustíveis (disputa física de terras para plantio)
- Informações divulgadas por agências internacionais.
- Níveis de estoque mundial.

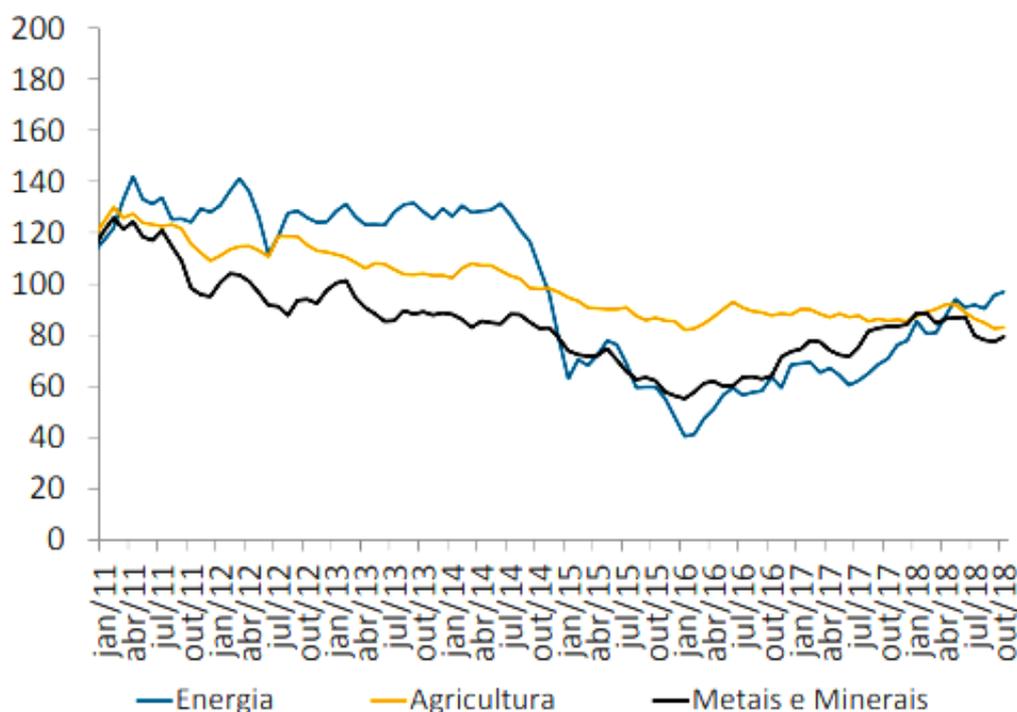
B) **Demanda:**

- Efeito-China (crescimento populacional e desenvolvimento econômico de países emergentes)
- Variações das taxas cambiais (principalmente o Dólar)
- Mercado de Derivativos e de Futuros
- Efeitos especulativos de Mercados Financeiros
- Random Walk - aleatoriedade e imprevisibilidade do mercado de ações.
- Níveis de estoque mundial
- Preços observados em outras bolsas internacionais

A atuação conjunta de parte ou de todos esses fatores mostra a dificuldade em traçar o futuro dos preços das *commodities* agrícolas, ampliando a margem para especulação nos mercados financeiros.

Se observamos as variações nos preços das *commodities* ao longo de quase uma década podemos ver a volatilidade e a força do processo especulativo com implicações direta na produção agropecuária e extração de minerais e petróleo.

Gráfico 05 - Índice de preço (US\$) das *commodities* entre Janeiro e Outubro, 2011-2018.



Fonte: Banco Mundial.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

No gráfico acima podemos observar que as maiores flutuações de preço ocorrem no setor energético com implicações direta no preço do petróleo no mercado mundial sempre cercado por disputas e tensões geopolíticas pelo controle desse recurso não-renovável. Já o preço das *commodities* da agricultura parte do patamar mais elevado em janeiro de 2011 e oscila sem apresentar uma grande queda, mantendo-se acima dos preços das *commodities* de energia, metais e minerais entre 2015 e 2017.

Gráfico 06 - Índice de preços (US\$) das *commodities* agrícolas entre Janeiro e Outubro, 2015-2025



Fonte: Banco Mundial.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Podemos observar no gráfico acima, o expressivo aumento de 33% dos preços das *commodities* agrícolas entre 2020 e 2021. Com a Pandemia de COVID-19, aumento mundial da fome e as oscilações climáticas decorrentes do aquecimento global – verão extremamente quente, secas prolongadas e enchentes inesperadas - houve uma redução da oferta de produtos agropecuários e aumento da demanda mundial pelas *commodities* agrícolas. A previsão do Banco Mundial para os próximos anos é que os preços continuem elevados com previsão de subida.

A escalada dos preços está relacionada a entrada da financeirização no mercado de *commodities* que foi possível graças a uma reorientação do mercado de futuros.

Os mercados de futuro foram criados para dar maior estabilidade à comercialização de alimentos, através de um acordo de compra e venda de certa quantidade de produto, por certo preço, em uma data futura, facilitando o planejamento da produção e distribuindo os riscos entre todos os envolvidos. A partir dos anos 1970, foram introduzidas mudanças nas suas regras de funcionamento gerando flexibilizações importantes, tais como a possibilidade de compra e venda dos títulos futuros antes do momento da entrega final do produto. Com isso, passaram a atrair especuladores como fundos de hedge, fundos de pensão, investidores institucionais, bancos e bancos de investimentos. (MICHELOTTI e SIQUEIRA, 2018, 4)

No mercado de futuros, como o próprio nome já diz, é possível comprar, vender e especular em escala indefinida sobre uma produção agrária que sequer chegou ao solo. Nas operações de *hedge* adota-se uma carteira de investimento composta em parte pelo mercado real (mercado *spot*) e outra pelo futuro da operação. O preço atual e real é contaminado pela especulação a ser produzida pelo lucro de uma produção futura – a ser realizada anos à frente. É lugar comum no mercado financeiro que toda operação tem sua margem de risco, quanto maior o risco de perda maior será o lucro em caso de êxito.

A entrada dos derivativos no mercado de *commodities* atraiu um conjunto de operadores em mercados de *commodities* nem sempre organizados, tecendo uma rede de agentes especuladores.

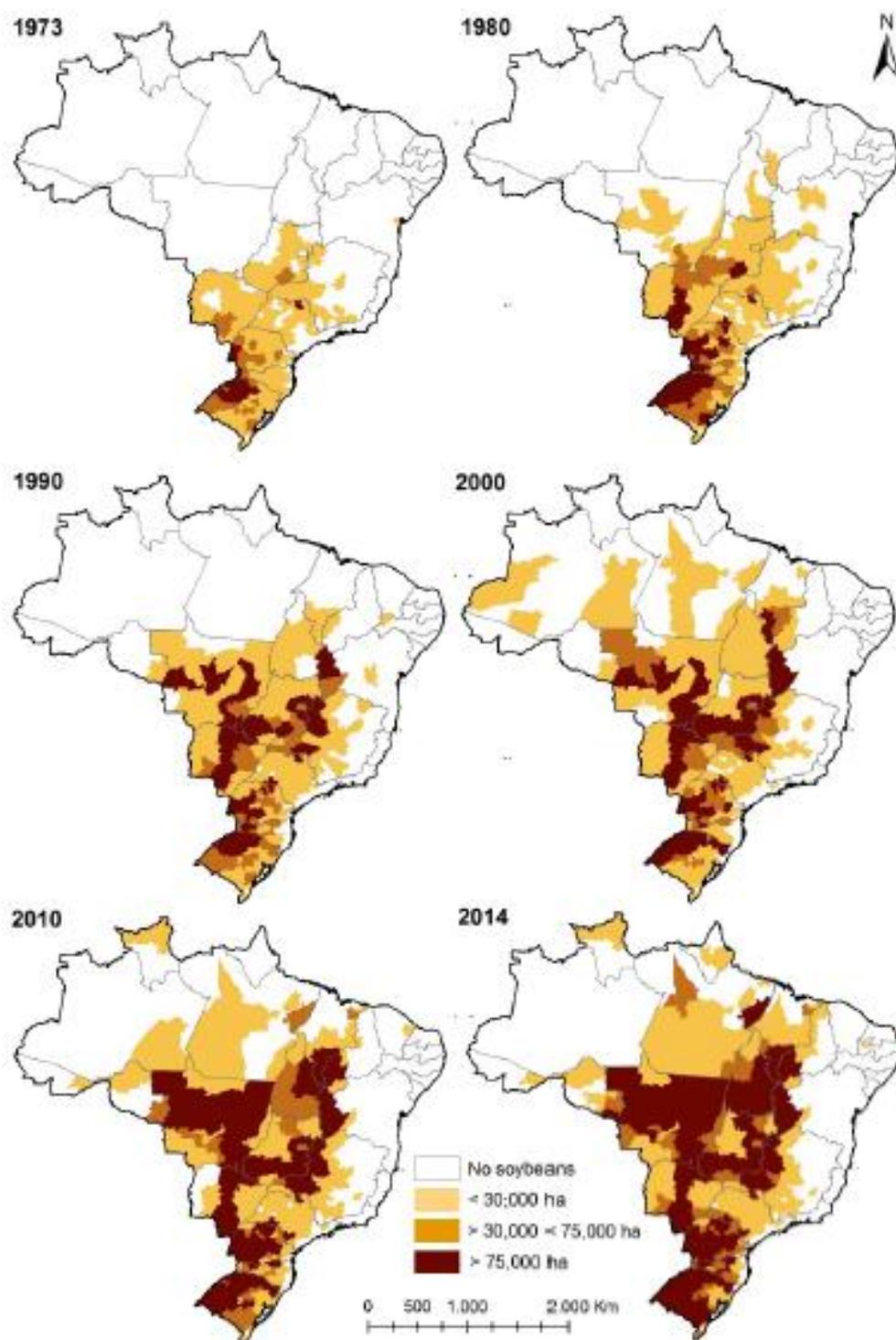
Os agentes específicos desse processo, ou seja, os chamados especuladores, envolvem toda a gama de players financeiros (ou non-commercial) do mercado internacional, desde bancos e corretoras de valor a fundos de investimento e pensão, que, sem grandes obstáculos e sem a necessidade de oferecer muitas garantias, conseguem operar seus contratos através dos mercados organizados (p.ex. bolsas) e não organizados (operações conhecidas como Over The-Counter ou mercado de balcão). Já os instrumentos financeiros se baseiam nos contratos originados nos mercados de derivativos, seja via contratos futuros, seja via opções de compra e venda. NOGUEIRA JÚNIOR, 2008, 16

Podemos considerar como os principais mercados para realizar transações de *commodities* agrícolas: CBOT/CME, em Chicago - EUA; NYBOT/ICE, em Nova York - EUA; BM&F BOVESPA em São Paulo - Brasil;

KCBT, no Kansas - EUA; e, LME, em Londres – Inglaterra. (NOGUEIRA JÚNIOR, 2008). Nesses e em outros centros financeiros são comercializadas e especuladas as *commodities* agrícolas divididas nas seguintes categorias: grãos (soja, milho, arroz e trigo), proteínas (carnes, leites e derivados) e softs (açúcar, cacau, tabaco, café, suco de laranja e algodão).

Para além do debate econômico, a flutuação dos preços das *commodities* agrícolas possui impacto direto na população mundial. O conjunto das *commodities* agrícolas representa a base alimentar de grande parte da população mundial, alimentos de bilhões que são especulados até a exaustão para garantir o lucro de um seleto grupo de capitalistas rentistas.

Mapa 01 - Evolução da Área cultivada com soja por microrregião no Brasil, 1973-2014.



Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2016). Elaboração de Valdemar Wesz Jr. (apud LEITE e WESZ JR., 2016).

Ao acompanhar a evolução da área planta de soja no Brasil notamos seu avanço em direção ao norte geográfico do país, saindo da região Sul da fronteira e alcançando toda Região Centro-Oeste, ocupando e devastando grandes áreas do Cerrado em menos de duas décadas (1973-1990). No ano 2000, o cultivo de soja se espalhou densamente sobre a região amazônica. A intensificação da produção de soja pode ser observada entre 2010 e 2014 com a preponderância das áreas escuras do mapa. É possível identificar a territorialização do cultivo de soja sobre a chamada região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

A territorialização das *commodities* agrícolas também impacta diretamente a produção de outros alimentos ao ocupar áreas cada vez maiores em busca da rentabilidade proporcionada pelo mercado financeiro. A regulação dos preços pelo dólar evidencia outro lado dessa desigualdade do acesso ao alimento, os produtores de *commodities* dos países de economia periférica encontram mais lucro exportando para os países como China, EUA, Rússia e União Europeia, provocando o desabastecimento do mercado interno. Na relação oferta e demanda, mais uma vez ocorre a elevação dos preços.

Com a Pandemia de COVID-19 - que se inicia no final de 2019 e segue até o momento da escrita dessa tese - elevou a demanda mundial por carne. O Brasil, segundo maior produtor de proteína animal no planeta, acompanhou um meteórico aumento do preço da carne de todas as origens. A disparada do preço da carne está relacionada a escassez do produto devido ao volume de exportações, disparada do dólar e aumento do preço da ração animal que também faz parte do conjunto das *commodities* agrícolas especuladas no mercado. Em junho de 2021, o brasileiro pagava quase 40% a mais pelo quilo da carne em relação ao ano anterior segundo o IPCA-15²³.

²³ <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/12/15/com-preco-recorde-consumo-de-carne-e-o-menor-em-16-anos.ghtml>

Figura 03 - A fila por ossos bovinos distribuído por açougue para matar a fome em Cuiabá - MT, 2021.



Fonte: Rogério Florentino/Yahoo Notícias

Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/a-fila-por-ossos-em-acougue-para-matar-a-fome-em-cuiaba-080053974.html>

A Pandemia de COVID-19 se sobrepôs a eminente crise que assolava o país e a economia mundial com a ampliação da já robusta massa de desempregados ou subempregados. Na figura acima podemos observar centenas de pessoas em Cuiabá – MT em meio a uma geada formando uma enorme fila para receber ossos de boi, única proteína animal possível para essas famílias. O Brasil voltava assim a figurar no mapa mundial da fome e da insegurança alimentar.

Ao subordinar a necessidade humana à reprodução ampliada do valor de troca o sistema do capital submete a relação entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva, subordinando o homem a condição de fator material de produção (mão de obra). A produção é orientada não para a necessidade e o uso, uma vez que a demanda da reprodução do capital é que praticamente define o critério da utilidade. Seres humanos são necessários e supérfluos para o capital.

É preciso lembrar que para o capital não importa quantos irão consumir, mas quanto será consumido. A subordinação sócio-estrutural do trabalho ao capital é vista como inquestionável justificada e explicada por inúmeras tautologias. Afinal a quem

cabe determinar o que, como e quanto produzir? CONCEIÇÃO, 2004, 10-11.

O lucrativo mercado de commodities reflete o desenvolvimento desigual do sistema do capital em escala mundial. A fome faz parte diretamente do cálculo especulativo dos preços das *commodities* agrícolas, entre demanda e oferta, quanto menos pessoas tem acesso a comida maior será o preço dos alimentos, e, contraditoriamente, mais barata e descartável o uso da força de trabalho da paupérrima e faminta massa de trabalhadores.

2.2 – ESPECULAÇÃO FINANCEIRA NA AGRICULTURA MUNDIALIZADA

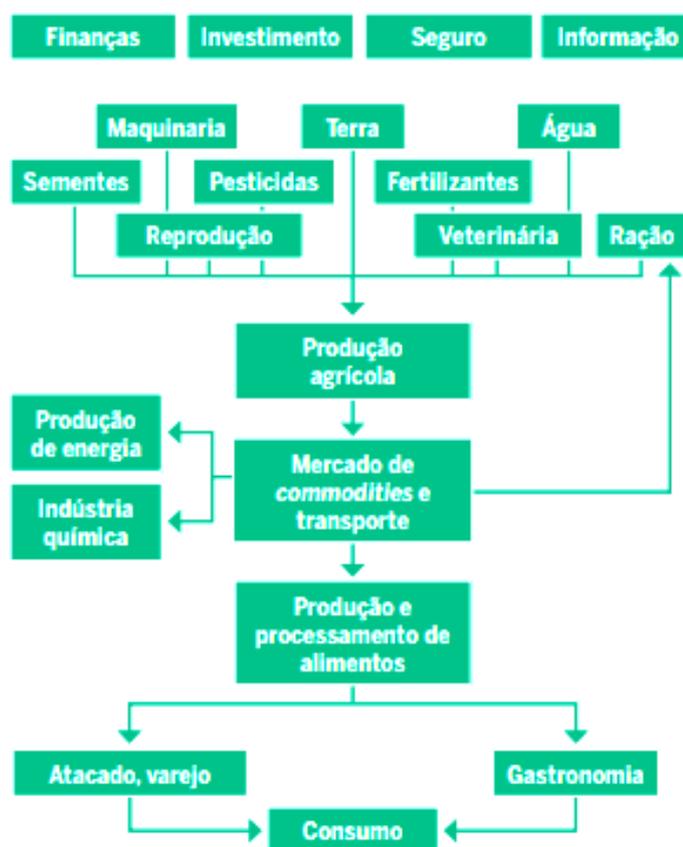
Propagandeado como “motor” do desenvolvimento econômico de muitos países - sejam eles países centrais ou periféricos - e o grande responsável por alimentar a população mundial, o agronegócio recebe uma atenção crescente do mercado financeiro. O fomento a produção agropecuária via modelo do agronegócio visa a captura do processo produtivo no campo, orientando-o para o mercado. O capital busca assumir assim o controle do que é, como é e para quem é a produção do espaço agrário.

A despeito dos impactos sociais causados pela especulação no mercado de *commodities*, o fomento ao agronegócio visando a absolvição de parte significativa dos lucros ampliou e diversificou as possibilidades de aplicações financeiras no setor. A Bolsa de Valores de Chicago - CBTO (EUA) é a principal operadora mundial do mercado de *commodities* agrícolas e é controlada hoje pelo CME Group, um dos maiores grupos no mercado de derivativos com grandes aplicações em diferentes seguimentos.

Precisamos ressaltar que o agronegócio compõe uma diversidade de cultivos que estão atrelados ao mercado, suas flutuações de oferta e demanda, mas que os preços de venda não estão necessariamente ligados diretamente ao mercado financeiro. As *commodities* agrícolas são uma forma particular de agronegócio e possuem cotação diária indexada nas principais bolsas de valores

do mundo. Não é por acaso que essas *commodities* agrícolas compõe os mais importantes produtos da agropecuária em todo o planeta. Isso não implica dizer que as demais cadeias do agronegócio não estão ligadas ao mercado especulativo por outras vias. O agronegócio compõe uma teia complexa de empresas e investimentos sempre atrelados a dinâmica do mercado e sob o intenso controle das grandes corporações.

Figura 04 - Atuação das Corporações na Cadeia do Agronegócio



Fonte: Altas do Agronegócio, 2018

Afirma Conceição que “O sistema sociometabólico do capital funciona induzindo sempre em maior intensidade à ampliação da produção de valores de troca. A tendência expansionista intrínseca do sistema produtivo é a garantia de maior lucro.” (CONCEIÇÃO, 2011, 5). Desta forma, a lógica do agronegócio orienta a produção do campo para o mercado e o poder das grandes corporações cerca todo processo produtivo para lucrar ao máximo como pode ser visto no organograma acima. Maquinários, pesticidas, sementes, fertilizantes

e processamento de alimentos formam um lucrativo mercado controlado pelas corporações.

A incorporação do campo ao ritmo de acumulação financeira do capital ocorre em meio a ofensiva neoliberal de desregulamentação das economias e eliminação financeira. A política gestada pelo Banco Mundial e FMI para os Estados nacionais lubrificou a passagem das corporações transnacionais. Em resumo, Conceição (2011) observa que esses dois agentes atuaram para

- a) liberalizar os mercados fundiários, eliminando as barreiras legais à livre compra e venda e ao arrendamento de terras, como parte dos programas de ajuste estrutural;
- b) dar resposta aos conflitos agrários e, em alguns casos, a ações de movimentos sociais pró-reforma agrária, com o objetivo de garantir a segurança do capital;
- c) criar programas sociais compensatórios no campo em resposta aos efeitos socialmente regressivos das políticas de ajuste estrutural;
- d) hegemonizar a mercantilização de modo a consolidar o capitalismo financeiro, permitindo, via mercado, a saída de produtores “ineficientes” e a entrada de produtores “eficientes”, sob a ótica do capital agroindustrial. O objetivo é de aumentar o grau de mercantilização da terra, via titulação privada. Implica na concessão de títulos de propriedade a posseiros, com o objetivo prioritário de diminuir a informalidade no mercado de terras. CONCEIÇÃO, 2011, 5

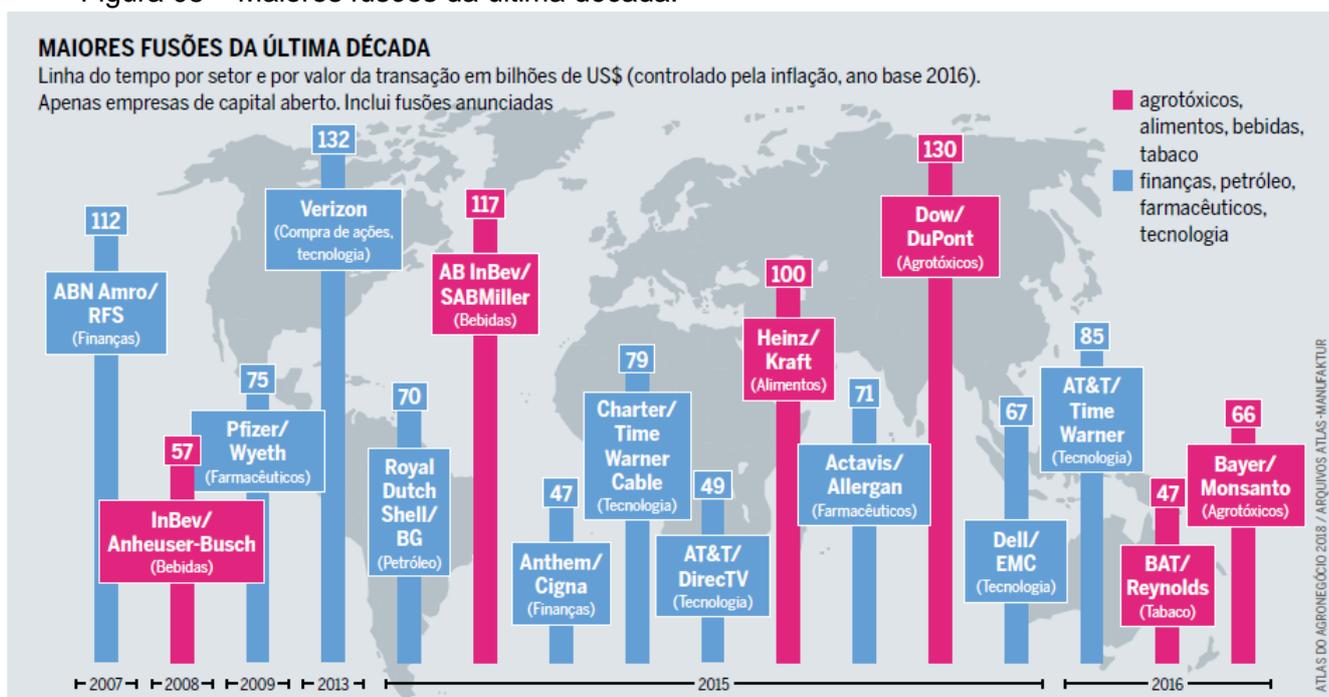
Ainda no contexto do *boom* das *commodities*, o agronegócio assumiu também o “compromisso” da transição “sustentável” das matrizes energéticas através de mais uma rodada de grande incentivo técnico e financeiro dos Estados para expansão da produção de agrocombustíveis (biocombustíveis). Nas últimas décadas, o massivo volume propaganda em torno do agronegócio sempre o coloca como grande saída das crises: ambiental, alimentar e econômica. Para o falseamento de um consenso social em torno do agronegócio não pode ser explicitado o reforço desse modelo ao monopólio de mercado.

Contraditoriamente, o que se observa é a manutenção de uma política de favorecimento ao monopólio na indústria, na agricultura, no comércio. O mercado instrumentaliza o Estado, e este o instrumentaliza para uma política perversa de favorecimento das transnacionais. Sustentadas na justificativa da necessidade da superação da crise as políticas agrícolas

nacionais e locais fazem coro às políticas internacionais sob o comando das instituições financeiras internacionais que determinam a ampliação das monoculturas para a produção de agrocombustíveis. CONCEIÇÃO, 2013, 83

A abertura do mercado nacional para os investimentos internacionais no período de crescimento da produção agrícola foi acompanhada pela formação de um complexo agroindustrial. Promoveu-se assim uma industrialização no campo que garantisse os meios de produção e o processamento dos produtos agrícolas. Este complexo agroindustrial foi formado por fusões ou integração de capitais de diferentes setores, criando grandes conglomerados que na tendência monopolista do capital irão se expandir espacialmente e financeiramente para dominar diferentes circuitos financeiros.

Figura 05 – Maiores fusões da última década.



Fonte: Atlas do Agronegócio, 2018

De acordo com o Atlas do Agronegócio (2018), a cadeia do agronegócio juntamente com o setor de finanças, petróleo, farmacêutico e tecnológico representaram as maiores fusões mundiais entre 2007 e 2016. Pode-se destacar a fusão das gigantes dos agrotóxicos Dow e DuPont com custo de US\$ 130

bilhões. Através do controle monopólico, essas grandes corporações podem os padrões mundiais na agricultura, orientando-os de acordo com os interesses.

algumas corporações globais agora estabelecem os padrões mundiais de agricultura e consumo de alimentos. Elas são incrivelmente duradouras: muitos dos atuais líderes mundiais dessa indústria foram fundadores do complexo agroindustrial moderno, como a Cargill (comerciante de grãos), a John Deere (máquinas agrícolas), a Unilever (alimentos processados e, no passado, plantações), a Nestlé (produtos lácteos e chocolate), o McDonald's (*fast food*) e a Coca-Cola (refrigerantes). Dois adventos – o domínio do capital financeiro e o impacto das biotecnologias – resultaram em uma onda de fusões e aquisições desde a década de 1980, mudando a cara do setor. Nos últimos 20 anos, o centro das atenções mudou para os países em desenvolvimento e para a Ásia, especialmente para a China, que se tornou o principal mercado de *commodities*. Novos atores globais estão surgindo. Atualmente, três empresas brasileiras são líderes mundiais no setor da carne. A BRF (formalmente Brasil Foods) expandiu-se na Argentina, no Oriente Médio e na Tailândia. A JBS rapidamente comprou a Swift, a Pilgrim's Pride e parte da Smithfield Foods, três das maiores produtoras de carne dos EUA. Mais recentemente, a Marfrig comprou a National Beef Packing, dos EUA. As empresas estatais chinesas também estão entrando no jogo. A ChemChina está adquirindo a Syngenta, uma empresa suíça de agroquímicos e sementes. A Cofco, sigla de Corporação Nacional de Cereais, Óleos e Alimentares da China, comprou dois *tradings* de *commodities*: a Noble, com sede em Singapura, e a empresa holandesa Nidera. Enquanto isso, o comércio global está, mais uma vez, inclinando-se para tendências protecionistas. WILKINSON, 2018, 11

Para o Banco Mundial, o modelo do agronegócio é o único capaz de assegurar desenvolvimento e produtividade no campo, propiciando ainda as condições para a realização das relações capitalistas no campo através da geração de emprego e renda. O modelo do agronegócio se faz em contraposição ao modelo da agricultura camponesa e modo de vida dos povos tradicionais em que o domínio do valor de uso media a troca para satisfação das suas necessidades de sobrevivência, influenciadas em maior ou menor grau pela demanda social.

Apesar do caminho para monopolização do campo, o lucro restrito do processo produtivo e sua reuplicação são insuficientes para alçar o patamar

mundial da acumulação, no que pese a concorrência entre capitalistas. A dinâmica da produção no campo já impõe uma primeira barreira natural a acumulação. Diferentemente da produção industrial que pode ser realizada quase que de forma ininterrupta, existe na produção agrícola um período de descontinuidade. Este período ocorre dentro da fase de produção no período de interrupção do uso da força de trabalho e na paralisia temporária do capital de giro que financiou a produção desde a primeira etapa - pode ser o preparo do solo até a venda que vai fazer a mercadoria realizar o seu valor com o fechamento do ciclo. A segunda paralisia ocorre no período entre um ciclo e outro de produção, quando não é possível renovar de forma imediata o processo, a exemplo do período entre safras.

Através do domínio do capital fictício é possível transpor artificialmente estas etapas por meio da especulação da produção que ainda não foi iniciada. Esta valorização da produção no campo, em outras palavras, representa “*formas capitalistas de ‘transporte’ no tempo das mercadorias, ou ainda, de tornar continuamente reversíveis as decisões dos agentes econômicos envolvidos na especulação mercantil*” (DELGADO, 1985). Assim, é possível obter lucros da produção agrícola mesmo em períodos de interrupção do processo.

2.3- A (RE)PRODUÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO E AS POLÍTICAS DE INSERÇÃO DO CAPITALISMO FINANCEIRO NO BRASIL

Como já discutido em nossa Dissertação de Mestrado intitulada “A Trama Faustiana do Capital Financeiro na Captura da Unidade de Produção Camponesa”²⁴ a captura financeira do campo no Brasil dá com a modernização técnica durante a ditadura militar, principalmente a partir da década de 1970. As mudanças ocorridas na política agrária brasileira no final da década de 1960

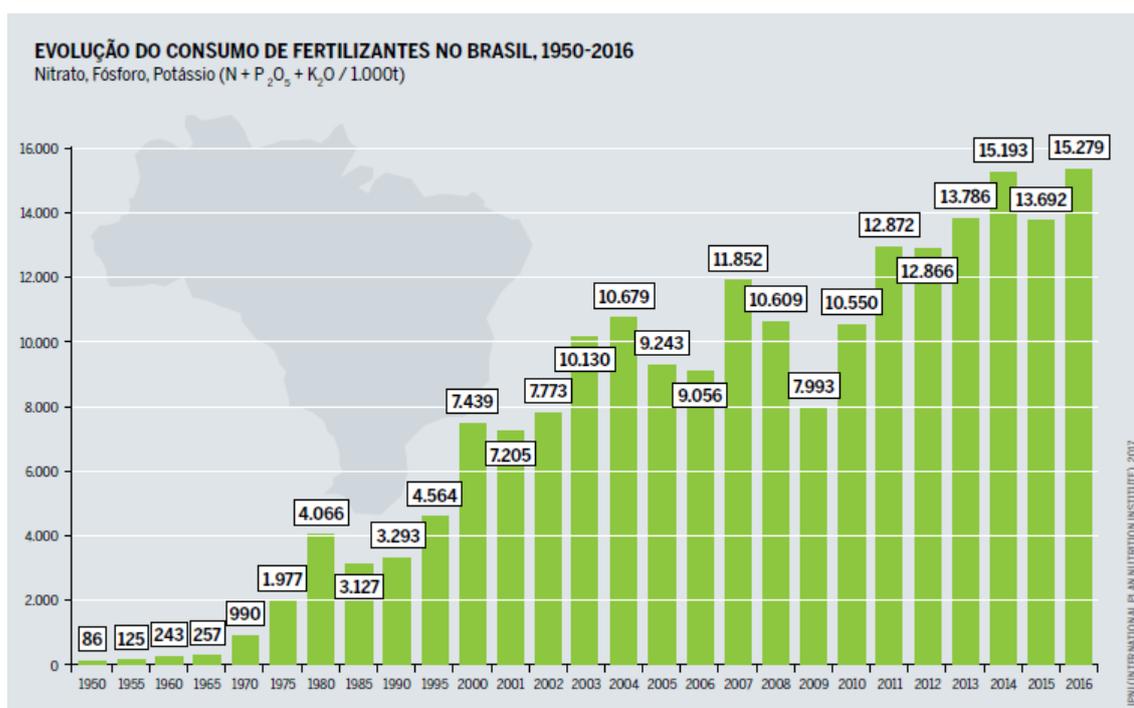
²⁴ Dissertação de Mestrado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia sob orientação da Prof^a Dr^a Alexandrina Luz Conceição e com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

fomentam a entrada das formas especulativas mais avançadas do capital, subordinando em diferentes escalas espaciais a produção do campo ao mercado internacional.

Com o avanço tecnológico, a mudança na base técnica da agricultura buscou reduzir a dependência do ciclo natural da terra e da força de trabalho. O avanço no uso de fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações, concentrados e maquinário, sobretudo tratores, foram fomentados através de uma política nacional de uso de insumos agrícolas obtidos por meio de importação. Essas sucessivas fases de inovação tecnológica alteraram profundamente a composição orgânica do capital na agricultura.

Delgado (2005) destaca que o projeto de modernização da agricultura pode ser mensurado pelo crescimento do número de tratores e do uso de fertilizante de origem alemã NPK (nitrogênio [N], fósforo [P] e potássio [K]). Entre os anos de 1960 e 1975, o consumo de NPK cresce quase que 1.000%, sendo ainda duplicado nos cinco anos seguintes. A frota de tratores amplia-se mais 800% nestas duas décadas.

Figura 06 - Evolução do consumo de fertilizantes no Brasil, 1950-2016.



Há um evidente salto de crescimento no uso de NPK no Brasil após o Golpe Militar de 1964 e esse volume de uso vem se ampliando nos períodos subsequentes. A Ditadura Militar no Brasil – e na América Latina – atuou não só no processo de repressão da luta contra o escamoteamento das condições sociais como também lubrificou toda a estrutura econômica para o avanço do capital financeirizado. A redemocratização pouco alterou a ponte para o neoliberalismo que já havia sido construída com chumbo e sangue pelos militares. Entre os anos de 2000 e 2016, o consumo de NPK dobra, alcançando seus níveis mais elevados, com 15.279 mil toneladas. O uso dos fertilizantes depende da compra dessa mercadoria no lucrativo mercado, dominado hoje por 10 corporações: Agrium, Yara, Mosaic, Potash, Indústrias CF, Sinofert, ICL, PhosAgro, Uralkali e K+S. Essas corporações possuem sede nos EUA, Canadá, Rússia, China, Israel, Alemanha e Noruega. Apesar de ser menos debatido do que a questão dos agrotóxicos, os fertilizantes químicos também possuem grande potencial cancerígeno segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca)²⁵ e podem contaminar rios e águas próximas as lavouras.

A adoção do pacote tecnológico advindo da Revolução Verde se tornou sinônimo de modernização do setor agropecuário, aliando as inovações físico-químicas e tecnológicas para a criação de variedades de vegetais que exigiam grande quantidade de adubação e irrigação. A dependência dos ciclos da natureza no processo de produção agrícola foi substituída pela dependência do mercado, sobretudo, dos grandes conglomerados fornecedores dos insumos agrícolas.

A agricultura voltada ao capital também vai promover alterações nas relações de trabalho. A predominância do trabalho assalariado ganha destaque nas regiões de maior modernização técnica, ao passo em que as velhas oligarquias rurais continuavam a exercer seu domínio sob o aval da ditadura militar. Relações de trabalho escravo, manutenção dos latifúndios e financiamento da monocultura são traços de uma modernização desenvolvida de forma desigual e combinada nos certames da produção e reprodução do

²⁵ <https://oglobo.globo.com/brasil/as-dez-empresas-que-controlam-mercado-mundial-de-fertilizantes-23040071>

capital no campo. Atraso e modernidade se combinam contraditoriamente para alçar o capital no campo.

A ditadura instalada no Brasil tem uma base bastante sólida na agricultura. O bloco do poder instalado no Estado brasileiro, engloba as burguesias industrial, financeira, comercial e agrária, além de setores da classe média, clero, burocracia pública e privada, militares e policiais. Mas a burguesia agrária, composta de latifundiários e empresários, nacionais e estrangeiros, representa um elemento importante desse bloco de poder. Tanto na preparação do Golpe de Estado de 31 de março de 1964, quanto na consolidação e desenvolvimento da ditadura, os latifundiários e empresários rurais desempenham um papel decisivo. Foi essa burguesia agrária que alimentou uma vasta campanha contra a ideia e as medidas de reforma agrária que estavam sendo cogitadas pelo governo do Presidente João Goulart nos anos 1961-1964. Combatia as medidas destinadas a encaminhar a reforma agrária, a sindicalização de camponeses e operários rurais, a liga camponesa, a politização dos trabalhadores do campo e toda e qualquer iniciativa que visasse defender as reivindicações de camponeses e operários rurais. (IANNI, 1979, 242-243)

Com o Golpe Militar de 1964 um conjunto de latifundiários, coronéis e grandes empresários vão obter concessões do Estado brasileiro com a criação de incentivos fiscais e creditícios. A tomada de empréstimos a juros negativos facilitou os investimentos principalmente em capital constante, na compra de máquinas, equipamentos e fertilizantes. O Estado assume como gasto público os subsídios dados aos agentes agrários do capital, custeando os maiores gastos dentro da modernização conservadora do campo. (DELGADO, 2005).

Tabela 02 - Taxa real de juros do crédito rural 1970-1986

ANO	TAXA REAL DE JUROS %
1970	- 3,9
1971	- 4,0
1972	- 1,5
1973	- 1,4
1974	- 15,1
1975	- 11,5

1976	- 21,9
1977	-16,9
1978	- 17,7
1979	- 34,3
1980	- 37,7
1981	- 27,0
1982	- 28,7
1983	- 23,4
1984	- 5,1
1985	-2,3
1986	-33,3

Fonte: Banco Central *apud* FERREIRA, 2012, 2.
 ORG: SILVA, José Danilo Santana, 2014

Como se pode observar, durante todo o período da Ditadura Militar a taxa real de juros dos empréstimos ficou negativa, passando de -1,4% em 1973 para -15% no ano seguinte. Entre 1976 e 1983, a taxa de juros vai alcançar os índices mais baixos, chegando aos menores valores em 1979 e 1980, com -34,3% e -37,7%, respectivamente. Essa política de manutenção dos juros negativos segue ainda no primeiro ano após a redemocratização do país. Em 1987, a taxa de juros passa a operar de forma positiva, passando para 7%, uma vez que os juros agora eram indexados pela Obrigação do Tesouro Nacional - OTN (FERREIRA, 2012) que eram títulos da dívida pública emitidos entre 1986 e 1989 com a criação do plano Cruzado.

Por meio da atuação do Estado o capital se enraíza no campo de forma intensiva e extensiva. Enquanto a agroindústria canavieira se espacializa de São Paulo a Pernambuco, a região Amazônica abre suas portas para grileiros, latifundiários, empresários brasileiros e estrangeiros. (IANNI, 1979). A construção de um projeto em direção à reforma agrária, erradicação da fome e redução das desigualdades sociais é abandonado para dar lugar a uma modernização conservadora da agricultura. Durante a Ditadura Militar são garantidas as transformações necessárias para atender as demandas do processo de acumulação de capital no campo e na cidade.

Dentre estas transformações, o crescimento da urbanização no Brasil decorrente, dentre outros fatores, do processo de industrialização, vai ocasionar o rápido crescimento do emprego não agrário, necessidade de maior quantidade de produtos do campo, pressão pela integração nacional e a diversificação das exportações.

Delfim Neto, economista e professor da USP, assumiu o Ministério da Fazenda em 1967 com a preocupação justamente em expandir a produção agrícola no Brasil. Para o ministro, o desenvolvimento agrícola brasileiro deve ser norteado por a) do nível técnico da “mão-de-obra”; b) do nível de mecanização; c) do nível de utilização de adubos; e d) de uma estrutura agrária eficiente. As transformações do campo durante sua gestão tinham como objetivo atender as demandas do comércio exterior, aumentar a produtividade por meio da integração técnica entre indústria e agricultura. A questão agrária deixa de ser um problema social e político para se tornar uma questão técnica.

Nesta direção, o Estado vai agir como facilitador do processo de reprodução do capital no campo, atuando, a) na esfera normativa: normatização das relações de trabalho no campo (Estatuto do trabalhador) criação de condições de mercado para valorização especulativa das terras; b) na esfera financeira e fiscal: criação do sistema crédito e incentivos fiscais para estimular, compensar e financiar a aplicação de capitais privados no setor agrícola, onde podemos destacar o Sistema de Crédito Rural e Política de Garantia de Preços dos produtos agrícolas; c) na esfera produtiva: uso dos defensivos agrícolas por empresas estatais como a Petrobras e a Vale do Rio Doce, além da geração adaptação e de difusão de novas tecnologias para o complexo agroindustrial; e d) na esfera previdenciária: estruturação da previdência rural (FUNRURAL) e assistência médica. (DELGADO, 1985)

A constituição de um mercado nacional de produtos agrícolas e agroindustriais. A consolidação de um mercado de trabalho. A institucionalização de um mercado de terras de forma semelhante aos ativos no mercado financeiro. Na década de 1970 ocorre, nas palavras de Delgado (1985), um aprofundando as relações capitalistas no campo por meio da mercantilização das relações econômicas no setor rural.

Os investimentos no setor agrícola foram destinados aos detentores de grandes terras no Brasil, preservando assim a estrutura agrária existente. Criado por Delfim Neto a partir de recursos da Caderneta de Poupança e do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), o Sistema Nacional de Crédito Rural é um marco para a inserção do capital financeiro no campo.

Somente com a introdução da política de crédito rural, como carro-chefe da modernização do setor agropecuário, desloca-se o eixo da política por produtos para a política da *mercadoria* rural em geral. O crédito subsidiado é provido de maneira generosa e por intermédio do sistema bancário institucionalizado. A própria necessidade de financiamento se torna crescente, uma vez que tanto a elevação da capacidade produtiva quanto as necessidades de financiamento se tornam crescente, uma vez que tanto a elevação da capacidade produtiva quanto as necessidades de financiamento de capital de trabalhos na agricultura passam a depender de recursos adquiridos no mercado. As fontes usuárias tradicionais, ligadas ao capital comercial, cedem lugar à rede bancária. E esta, ao se imiscuir no negócio rural, traz implícito um projeto de modernização que visa crescentemente a mudar a própria base técnica da agricultura. (DELGADO, 1985, 21)

Entre os anos de 1969 a 1979, o crédito rural cresceu em média de 17% ao ano, exigindo assim um grande aporte de recursos. Afirma Delgado

Perseguiu-se nessa política agrícola a concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais, mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado (risco de produção e de preços). Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “revolução verde”, então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com volumosas subvenções financeiras. (2003, 59)

Com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural um grande e crescente volume de crédito é disponibilizado para os grandes produtores e investidores do campo brasileiro.

Tabela 03 – Crédito rural: agropecuário financiamento concedido por categoria.

Anos	Custeio	Investimento	Comercialização	Total em US\$ Milhões
1965	562,40	156,60	54,30	773,30
1966	673,30	252,20	116,40	1.041,90
1967	861,00	267,10	181,10	1.309,20
1968	965,80	313,70	195,10	1.474,60
1969	1.732,70	460,60	1.160,10	3.353,40
1970	2.112,00	666,50	1.112,90	3.891,40
1971	2.446,80	910,60	1.272,90	4.630,30
1972	2.972,90	1.479,90	1.460,80	5.913,60
1973	4.706,90	2.028,70	2.144,20	8.879,80
1974	6.948,10	2.767,30	3.131,80	12.847,20
1975	8.481,90	4.357,80	4.718,30	17.558,00
1976	9.372,40	4.328,40	4.837,50	18.538,30
1977	9.751,60	3.692,30	5.026,10	18.470,00
1978	9.750,70	3.360,40	4.479,20	17.590,30
1979	12.253,00	3.606,90	4.581,90	20.441,80
1980	12.261,20	2.799,20	4.447,90	19.508,30
1981	11.841,20	2.318,60	4.817,70	18.977,50
1982	12.644,70	1.776,90	4.054,10	18.475,70
1983	7.250,20	1.604,80	2.260,30	11.115,30
1984	5.033,80	646,60	1.075,00	6.755,50
1985	6.100,60	800,50	1.438,40	8.339,50
1986	9.127,00	2.978,70	2.146,80	14.252,50
1987	9.885,30	1.740,20	1.954,80	13.580,30
1988	7.736,10	1.643,40	1.852,90	11.232,40
1989	10.897,80	1.236,10	1.304,10	13.438,00
1990	6.546,50	588,20	1.310,00	8.444,70
1991	6.527,20	445,80	776,70	7.749,70
1992	5.149,70	794,70	2.165,90	8.110,30
1993	4.262,80	1.198,80	1.898,20	7.359,80
1994	5.442,10	1.295,60	3.165,60	9.903,30
1995	3.995,30	819,20	1.207,40	6.021,90
1996	3.986,10	571,40	357,80	4.915,30
1997	5.207,06	804,91	799,77	6.811,74
1998	5.809,16	1.578,62	913,35	8.301,13
1999	4.399,88	1.115,54	975,44	6.490,91
2000	4.873,65	1.275,90	1.380,16	7.529,78

FONTE: IBGE(1965 a 1968), BACEN (1969 a 2000), Ministério da Agricultura e Abastecimento: <www.agricultura.gov.br> *apud* FERREIRA, 2012.

Na tabela acima podemos observar que o volume de crédito segue em ritmo crescente de 1965 a 1979, chegando ao montante de mais de 20 bilhões neste último ano. Nos dois anos seguintes o crédito rural apresenta uma ligeira queda, mas é nos anos de 1983 e 1984 que a reversão das condições de mercado gera uma redução significativa deste subsídio. Para tanto, principalmente durante o período de crédito abundante, o setor agrícola torna-se subordinado e dependente do capital financeiro. Assim,

O endividamento do setor agrícola para com o Sistema Financeiro, referentemente ao apresentado pelos financiamentos totalizava 1,7 bilhão de dólares. Mais se agravava quando se passava a ter em conta o volume adicional decorrente dos contratos *mata-mata*, que consistia em uma operação fraudulenta, altamente onerosa, de renegociação das dívidas utilizando a concessão de novos créditos. (FERREIRA, 2012, 3)

A política de crédito rural está circunscrita no programa de ajustamento estrutural fomentado e financiado pelo Banco Mundial – em acordo com a agenda do FMI – para garantir o desenvolvimento dos países considerados subdesenvolvidos, sobretudo da América Latina. A reversão das condições que garantia o crédito rural em meados de 1974 fez com que no ano de 1981 a política de crédito nacional, restrita a empréstimos nos bancos estatais, passe a operar também em bancos privados. O favorecimento do Estado para garantir baixas taxas de juros no crédito rural deu lugar a regulação dos juros pelo mercado financeiro, aumentando a subordinação da produção agrícola internacional. (DELGADO, 1985)

A recessão econômica que acompanha os últimos anos do regime militar, sobretudo entre anos de 1982 e 1983 com o grande endividamento do Brasil, e crise de liquidez do mercado internacional marcada pela moratória da dívida mexicana obrigou a mudança de estratégia nacional em relação a agricultura. Era necessário que a agricultura fosse capaz de gerar divisas para saldar dívidas junto aos credores internacionais.

Esta estratégia vai durar até o ano de 1993 quando, após a redemocratização do Brasil, vivenciou-se um período de grande quantidade de capital internacional disponível. Sob o prisma do neoliberalismo, era preciso atrair capitais internacionais para o país por meio da desregulamentação das barreiras protecionistas e retirada do Estado no fomento à produção industrial e agrícola nacional, culminando em grandes *déficits* na balança comercial. (DELGADO, 2005) O ajuste ultraliberal do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso também foi marcado pela queda do preço da terra,

Observe-se, por sua vez, que essa queda conjuntural do preço da terra é movida por um declínio muito acentuado dos preços

agrícolas. Como há simultaneamente desmobilização das formas públicas de sustentação de preços (políticas de *support-price* abandonadas), seus efeitos sobre a renda agrícola são devastadores. No âmbito específico da agricultura familiar, verifica-se abandono de atividades, desmobilização de estabelecimentos ou sua conversão à atividade de subsistência. (DELGADO, 2005, 65)

Com a crise econômica ao final do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a estratégia de ter no setor agroexportador a maior fonte de divisas para o pagamento da dívida externa é reeditada em 1995, perdurando até os dias de hoje. Durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, inúmeros empréstimos são contraídos junto ao FMI, BIRD e o Banco Mundial, aprofundando a subordinação do Brasil ao capital internacional. A tomada destes empréstimos é sempre acompanhada por uma cartilha a ser seguida que passa a determinar todos os caminhos da política econômica e social.

Os agentes financiadores estabelecem juntamente com os empréstimos os projetos para o desenvolvimento econômico e social que os países pobres devem seguir para alcançar melhorias das condições de saúde, educação, emprego, dentre outros índices além da garantia do pagamento das parcelas da dívida. A contração destes empréstimos dirige os países ditos subdesenvolvidos a uma condição de maior dependência externa. Em vez de emancipar-se, estes países tornam-se altamente endividados devido a tomada de sucessivos empréstimos.

Neste projeto de (des)envolvimento incluí privatizações, com a entrega ao setor privado de todo investimento público feito em capital fixo; desregulamentação do poder do Estado; liberalização financeira e comercial; e descentralização das políticas de planejamento, retirando a responsabilidade do Estado e delegando a sociedade civil a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento.

Nas décadas de 1980 e 1990, grande parte dos países da América Latina assumiu esta política de ajustamento estrutural frente ao projeto neoliberal ditada por uma classe capitalista internacional, principalmente as grandes corporações ligadas ao setor financeiro. Neste sentido, “*A intenção desta classe*

é bastante clara: acumular capital numa escala global e proceder desta forma no interior da estrutura institucional e das regras da nova ordem mundial de globalização neoliberal.” (VELTMEYER e PETRAS, 2008, 83)

Na medida em que o sistema financeiro passa a dominar todas as esferas da economia e da vida social, avolumam-se os saldos das dívidas em todos os âmbitos, do crédito pessoal à dívida do Estado. A liberalização econômica proposta por Ronald Reagan e Margareth Thatcher veio acompanhada da securitização das dívidas principalmente na década de 1990.

Pelo fato de não existirem normas que impusessem limites realmente eficientes para essas novas modalidades, elas expandiram-se e multiplicaram-se com baixo controle. A consequência foi o aumento da mobilidade de capitais entre os países, o crescimento dos ativos financeiros disponíveis no mercado e a diversidade de operações financeiras, a partir dos anos 1980. (SILVESTRINI e LIMA, 2011, 1024)

A securitização consistia inicialmente na transformação de passivos financeiros - empréstimos ainda não pagos - em títulos negociáveis nos mercados interno e externo. Para tanto, a crise de liquidez na esfera e o domínio das formas puramente especulativas sobre a economia tornaram a securitização uma operação mais complexa e importante.

Atualmente o termo securitização remete às sofisticadas operações de captação de recursos no mercado financeiro que envolvem os passos de criação do ativo, seleção do ativo, transferência e venda do ativo, emissão de títulos e comercialização no mercado financeiro. Em poucas palavras, é a transformação de ativos originalmente não negociáveis no mercado financeiro em ativos negociáveis e com liquidez. (SILVESTRINI e LIMA, 2011, p.1045)

Este artifício financeiro foi utilizado no setor rural durante a década de 1990 como forma de garantir liquidez ao setor agrícola que se encontrava totalmente endividado e incapaz de contrair novos empréstimos. Mesmo com a estabilização da economia e a queda da inflação em 1994 com a adoção do Plano Real, os produtores rurais ficaram vulneráveis diante da abertura

comercial e a queda dos preços agrícolas entre as safras de 1994/1995. (SILVESTRINI e LIMA, 2011)

A renegociação das dívidas rurais teve início com a Lei n. 9.138, de 29 de novembro de 1995 e desde então foram adotadas várias medidas pelo governo federal com o objetivo de garantir a securitização do setor rural. Entre 1995 e 2008, SILVESTRINI e LIMA (2011) vão identificar as seguintes leis e resoluções:

- a) Lei n. 9.138, de 29 de novembro de 1995;
- b) Resolução n. 2.220, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 6 de dezembro de 1995 (normativo revogado);
- c) Resolução n. 2.238, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 31 de janeiro de 1996;
- d) Resolução n. 2.279, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 22 de maio de 1996 (normativo revogado);
- e) Resolução n. 2.471, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 26 de fevereiro de 1998;
- f) Lei n. 9.866, de 9 de novembro de 1999;
- g) Lei n. 10.437, de 25 de abril de 2002;
- h) Resolução n. 2.963, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 28 de maio de 2002;
- i) Lei n. 11.322, de 13 de julho de 2006;
- j) Resolução n. 3.404, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 22 de setembro de 2006;
- k) Lei n. 11.775, de 17 de setembro de 2008. (SILVESTRINI e LIMA 2011, 1027).

Adicionamos a este Quadro a Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012 e a Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013. Além destas, se encontra em discussão na Câmara Federal a discussão do Projeto de Lei 7039/14, também com o objetivo de renegociar as dívidas provenientes do crédito rural. Somente uma análise mais acurada de cada Lei e Resolução aprovada pode mostrar com maior precisão o impacto real sobre o setor agrícola dentro do contexto histórico brasileiro e mundial.

De maneira geral, podemos afirmar que se por um lado as sucessivas fases de renegociação das dívidas do setor agrícola consistiram na saída encontrada pelo Estado para que não houvesse falência geral no setor agrícola, por outro gerou um acúmulo de dívidas sem precedentes, possibilitando maior domínio do setor financeiro na agricultura. Este domínio é consolidado a partir

da adoção do agronegócio como modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro.

A crise econômica vai marcar o final do regime militar no Brasil, o esgotamento deste ciclo de crescimento colocará em pauta a necessidade de novo arranjo econômico e político. Delgado (2005) vai afirmar que a década de 1980 foi um período de transição e contradição para a questão agrária brasileira.

Com a abertura política eclodem várias lutas no campo em torno da reforma agrária fruto das articulações dos movimentos sociais e outras entidades ligadas a questão agrária. Este período de transformação política é marcada pela ligação da propriedade da terra à sua função social a partir da promulgação da Constituição de 1988.

O jogo político que se dará no país a partir da Constituição de 1988 é regido não apenas pelo novo ordenamento constitucional, mas de maneira muito significativa pelo processo de ajustamento constrangido à ordem econômica globalizada a que o país se submete por toda a década de 1990 até hoje. Na verdade esse processo – o do ajustamento constrangido – com que o país se defronta a partir da moratória do México em 1982 ainda não terminou. Ele se caracteriza basicamente por restrições de ordem externa e interna, expressas por alto endividamento público e dependência externa. Essas restrições são geridas por meio de vários “ajustes macroeconômicos”, que no essencial não têm sido capazes de equacionar esses endividamentos. Ao contrário, prolongam essa fase de estagnação da economia brasileira por mais de duas décadas. (DELGADO, 2005, 62)

É importante observar que quando ocorre a abertura política no Brasil e nos demais países da América Latina todas as transformações estruturais já haviam sido realizadas no campo e na cidade com o objetivo de garantir a reprodução plena do capital.

A adoção do neoliberalismo, amparado pelo Banco Mundial, teve desdobramentos diferenciados a partir das condições políticas, sociais, econômicas e culturais de cada país da América Latina, mas em geral, acentuou a pobreza no campo e concentração da propriedade de terras. A reação dos camponeses se deve também a inabilidade das classes dominantes em reduzir o campesinato a um simples fator de produção, na tentativa de subjugar os

camponeses como classe social. Neste contexto, muitos governos se alinharam a organizações internacionais e instituições financeiras com o objetivo de se desmobilizar aos movimentos sociais. Veltmeyer e Petras (2008) vão observar que as estratégias de desmobilização da luta pela terra seguiram por diversas frentes:

1. Reforma macroeconômica seguindo as premissas do Banco Mundial da necessidade de “**desenvolvimento humano sustentável**”, preocupada, sobretudo, no problema da pobreza extrema.
2. **Boa governança** e inclusão da sociedade civil como forma de desarticular possíveis forças de oposição e resistência.
3. **Desenvolvimento local** baseado na política do FMI de ação e envolvimento direto do mercado e da solidariedade entre ricos e pobres. Nesta estratégia, capitalismo e democracia se unem com o objetivo de impedir que pobres rurais adentrem nos movimentos sociais, de forma que o desenvolvimento local é garantido por meio de acúmulo de capital social via ação das ONG's.
4. **Reforma de terra assistida e conduzida pelo mercado** foi desenvolvida em fases durante os anos 1990: a) criar ou fortalecer o mercado interno de terras, como ocorreu no México, onde direitos individuais se sobrepuseram aos direitos coletivos; b) criação de mecanismos de mercado para regularização das terras, que ao permitir que os produtores diretos obtivessem escritura legal e a direito a venda das terras acentuou o a concentração da posse de propriedade da terra; c) implantação de bancos rurais por meio de projetos pilotos desenvolvidos pelo Banco Mundial no Brasil que objetivavam o estímulo ao uso de mecanismo de mercado de acesso a terra em lugar da luta de classes, por meio da tática de ocupação de terras utilizada pelo MST.

Como dito anteriormente, o agronegócio tornou-se o modelo único de desenvolvimento para o campo. Com a inserção e ampliação das relações capitalista no campo, o agronegócio passou a dominar desde a produção das

elites rurais como também parte significativa da unidade de produção camponesa.

Na Era do Agronegócio, Delgado (2005) vai identificar entre 1983 e 2003 três fases distintas da economia política da questão agrária brasileira. A primeira fase vai de 1983 a 1993, quando a criação de saldos comerciais do setor primário torna-se a alternativa pra crise de endividamento do Brasil. Neste período buscou-se o aumento das exportações com aumento da produção, havendo inclusive a expansão da fronteira agrícola na região Centro-Oeste. A segunda fase vai de 1994 a 1999, na qual a liquidez da economia internacional faz com que o país abandone a política de geração de saldos da balança comercial com a desregulamentação da política de desenvolvimento agrícola e industrial. Esta política neoliberal do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso entra em crise ao final deste mandato com mais um novo endividamento do Brasil. Por fim, a terceira fase compreende o período entre 2000 e 2003. A dívida brasileira cresce após a contração de três empréstimos consecutivos junto ao FMI nos anos de 1999, 2001 e 2003. A necessidade de gerar maiores divisas para saldar compromissos da dívida e(x)terna faz com que o agronegócio ganha ainda mais força nas políticas de Estado

O segundo governo Fernando Henrique Cardoso iniciou o relançamento do agronegócio, senão como política estruturada, com algumas iniciativas que ao final convergiram: *i)* um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial com “eixos de desenvolvimento”, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; *ii)* um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária, manifesto pela reorganização da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; *iii)* uma regulação frouxa do mercado de terras de sorte a deixar fora do controle público as “terras devolutas”, mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas (ver seção 7); e *iv)* a mudança na política cambial, que ao eliminar a sobrevalorização tornaria o agronegócio (associação do grande capital com a grande propriedade fundiária, sob mediação estatal)

competitivo junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do “ajustamento estrangido”. (DELGADO, 2003, 67)

Mesmo com a maior abertura do Brasil ao modelo neoliberal e a intensa repressão policial, como os massacres de Corumbiara em 1995 e de Eldorado dos Carajás em 1996, as lutas dos movimentos sociais no campo brasileiro, principalmente o Movimento Sem Terra, impuseram ao governo de Fernando Henrique Cardoso a necessidade de se fazer avançar a reforma agrária no país. Este foi o período em que houve maior quantidade de famílias assentadas no Brasil.

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) a presidência do Brasil, o discurso da governabilidade e do pacto de classe em torno de um projeto de desenvolvimento nacional findou com a desmobilização das lutas no campo. Em consonância com o recuo da reforma agrária no Brasil, os governos de Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Russeff priorizaram o financiamento para o avanço do agronegócio do país, incorporando, inclusive, a unidade de produção familiar na consolidação desse modelo por meio política muitas vezes dúbia em termos de discursos e ações, mas como claro direcionamento para o mercado.

Ao mesmo tempo, a nova fase de expansão do agronegócio gera a ampliação do “setor de subsistência” – uma massa de trabalhadores desocupados e camponeses sem excedentes, descartados do novo processo de modernização técnica da agropecuária. Isto repõe na agenda social brasileira uma complexa e grave questão agrária. Sua tradução ao âmbito político não é assunto resolvido. O próprio governo que adota o PNRA e subserve seus diagnósticos promove também uma intensa política de promoção do capital financeiro na agricultura. Isto se dá nos moldes do “ajustamento constrangido” previamente analisado. (DELGADO, 2003, 79)

Delgado afirma ainda,

Conquanto a estratégia do agronegócio detenha uma soma desproporcional de recursos de poder para promover seus interesses, seu projeto de expansão, inserido no “ajuste constrangido” do qual ganha poder de impulsão, é por isto mesmo incompatível com um projeto de desenvolvimento nacional. É também impotente para a geração de produção e do emprego potenciais no setor rural, capazes de enfrentar os dilemas atuais da questão agrária e da crise do desemprego no conjunto da economia. (DELGADO, 2003, 80)

A evidente captura do Estado pelo capital no domínio da esfera econômica sobre a esfera política está na base de mais uma ruptura da frágil democracia brasileira. Em 2016, o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT) é interrompido por meio de um golpe institucional orquestrado por diferentes agentes políticos (judiciário e legislativo), setores da mídia corporativa, empresários industriais e ruralistas. Mesmo com os acenos dos dois governos do Partido dos Trabalhadores ao agronegócio que acumularam lucros elevados nesse período, a assanha dos ruralistas em destruir as leis trabalhistas, ambientais e regulatórias para os povos tradicionais para “passar a boiada” do capital.

A chamada Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA garantiu 50% dos votos para o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT). O quadro de perda de apoio político no congresso já se desenhava desde 2012 com as discussões em torno do Código Florestal Brasileiro, cuja Frente Parlamentar da Agropecuária buscava a redução das áreas de proteção de Florestas e Rios.

Sob a presidência de Michel Temer (MDB) que assume a presidência após o impeachment é nomeado para o cargo de ministro da Agricultura o deputado Blairo Maggi, conhecido como “Rei da Soja” pela gama de negócios que a família possui nessa *commodity* no estado do Mato Grosso. O Golpe de 2016 é o novo marco (des)regulatório para o agronegócio e o mercado de commodities no Brasil.

Entraram na ordem do dia do agronegócio: a Regularização Fundiária com impacto direto nas Terras Indígenas, Terras Quilombolas e a Reforma Agrária; facilitação na compra de terras por estrangeiros; simplificação do Licenciamento Ambiental; e recrudescimento dos mecanismos de fiscalização trabalhista e ambiental.

Entre inúmeros Projetos de Lei – PLs e Medidas Provisórias – MPs, a sequência do Governo de Jair Bolsonaro (PSL) deu continuidade a entrega do campo brasileiro ao agronegócio, com foco no aporte de maiores recursos financeiros e expansão da fronteira agrícola do país. Muitos são os exemplos de MP's e PL's debatidos e aprovados a partir das demandas do agronegócio.

Já sancionada, a **MP do Agro (MPV 897/2019)** estimula o financiamento privado na atividade agropecuária por meio da redução das taxas de juros e melhores condições de garantia para o crédito rural. A chamada MP da Grilagem que se tornou a **PL da Grilagem (510/21)** visa regularizar terras públicas invadidas e desmatadas de até 2,5 mil hectares. Já aprovada na Câmara de Deputados, a **PL do Veneno (PL) 6299/02** quer além de alterar o nome dos agrotóxicos para “defensivos agrícolas” e “produtos fitossanitários”, flexibilizar o controle e aprovação de agrotóxicos, concentrando as decisões no Ministério da Agricultura e liberar licenças temporárias para as substâncias de “risco aceitável”.

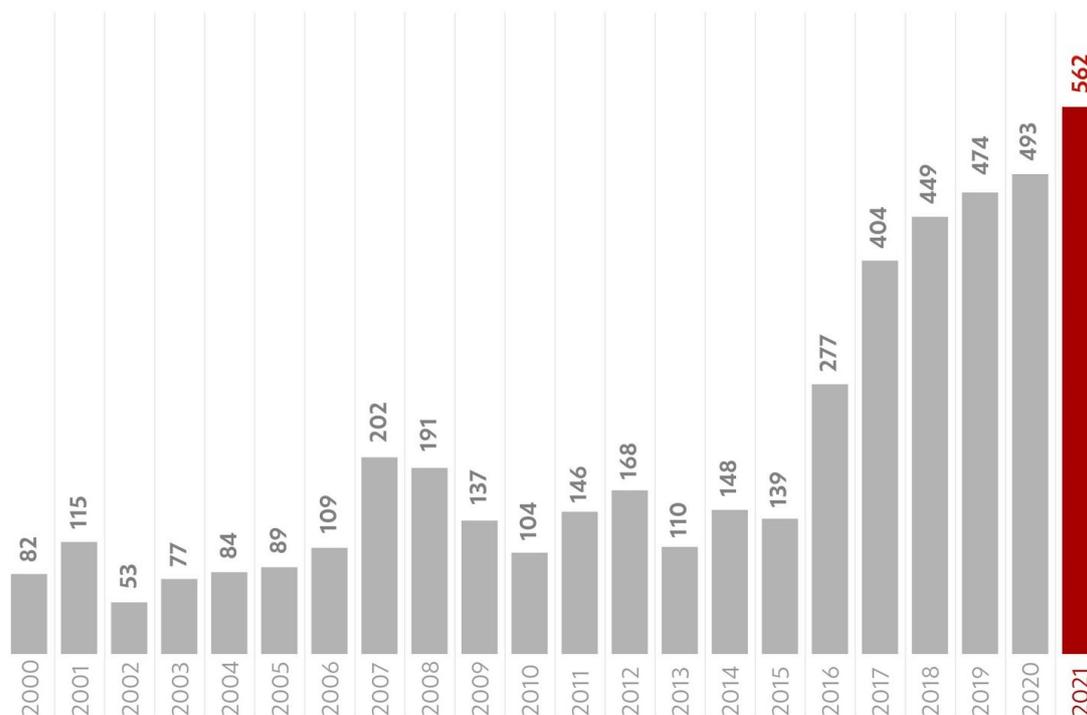
Em reunião ministerial, Ricardo Salles - ministro do Meio Ambiente do Governo Jair Bolsonaro entre os anos de 2019 e 2011 - afirma

Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID *e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas.* De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra *dar de baciada a simplificação*, é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos.²⁶

Desde o Golpe de 2016, o número de registros de agrotóxicos saltou no Brasil. É possível observar no gráfico abaixo que a partir de 2017 a média de regularizações passou de 400 por ano, mantendo o ritmo crescente a cada ano. Em 2021 chegou-se ao recorde de 562 agrotóxicos liberados no Brasil, país que mais consome e gasta com agrotóxicos no mundo.

²⁶ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>

Gráfico 07 - Registro de Agrotóxicos no Brasil, 2000-2021



Fonte: Portal g1.com

Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2022/01/18/apos-novo-recorde-brasil-encerra-2021-com-562-agrotoxicos-liberados-sendo-33-ineditos.ghtml>

De acordo com o Greenpeace, o Governo Bolsonaro possui o maior aumento no desmatamento na Amazônia desde 2006 com área devastada equivalente a quase 9 vezes o município de São Paulo ou 11 vezes a cidade do Rio de Janeiro.²⁷ A ONG SOS Pantanal afirma ainda que 30% do Pantanal foi queimado no ano de 2020.²⁸

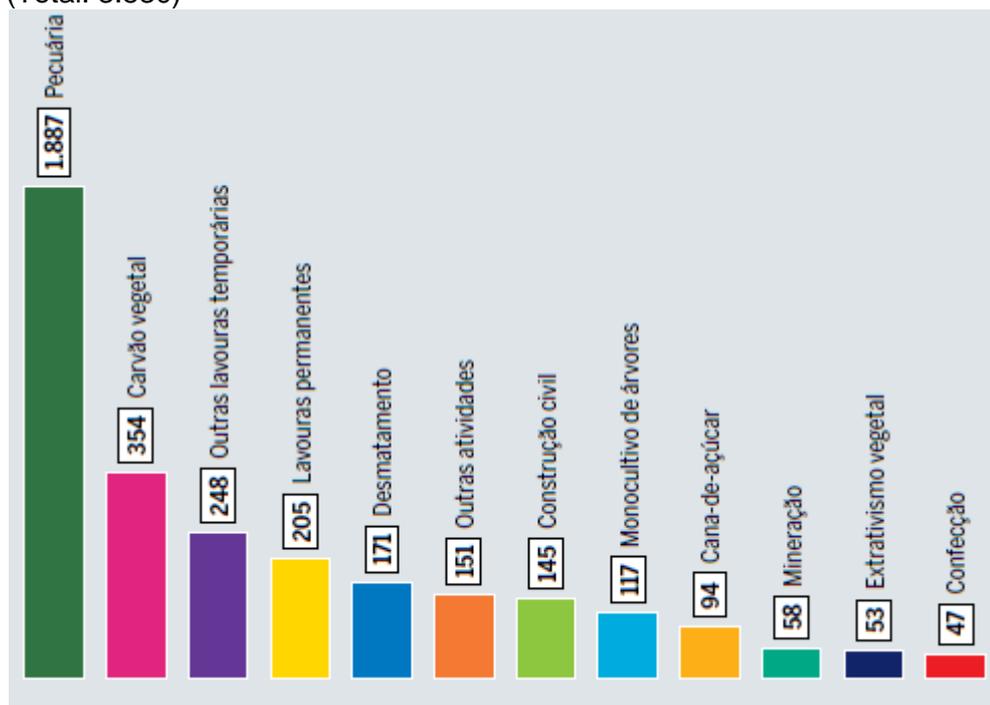
Por detrás da fumaça do agronegócio, o apagão de dados referentes ao trabalho escravo. Também no Governo do atual presidente da república, caiu

²⁷ <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/com-bolsonaro-amazonia-tem-maior-desmatamento-desde-2006/>

²⁸ <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/08/se-queimadas-continuarem-pantanal-tende-a-virar-um-deserto-afirma-biologo>

50% a verba destinada a fiscalização de trabalho escravo e infantil no país.²⁹ Mesmo com esse apagão da fiscalização e dos dados, a Comissão Pastoral da Terra registrou 1.636 pessoas resgatadas da escravidão em 2021, quase um terço dos casos de trabalho escravo identificados no meio rural estavam localizadas na Amazônia Legal no total de 193 trabalhadores resgatados.

Gráfico 08 - Casos de trabalho escravo por atividade econômica, 1995-2017 (Total: 3.530)



Fonte: Comissão Pastoral da Terra
Disponível em: Atlas do Agronegócio, 2018

Entre 1995 e 2017 a pecuária é disparadamente a atividade econômica com o maior número de libertações, sendo 1.887 ao total. Lavouras temporárias e lavouras permanentes somam 453 pessoas e a cana-de-açúcar apresenta 94 pessoas. No conjunto de casos no mesmo período a cadeia ligada ao agronegócio concentra 85% dos casos de trabalho escravo.

Pesa nesses números sobre o trabalho escravo no Brasil a leniência das leis que nunca combateram a fundo a perpetuação da exploração sem limites da força de trabalho, situação que se agravou após o Golpe de 2016.

²⁹ <https://www.cartacapital.com.br/politica/verba-para-fiscalizar-trabalho-escravo-e-infantil-cai-pela-metade-no-governo-bolsonaro/>

O caso mais emblemático nesse sentido foi a publicação da Portaria 1.129/2017, pelo Ministério do Trabalho. Nela, o governo Michel Temer condicionou o resgate de pessoas apenas a casos em que houvesse cárcere privado com vigilância armada. A portaria contradiz o Código Penal, que atesta que trabalho escravo também pode ser configurado pelas condições degradantes ou pelas jornadas exaustivas. SAKAMOTO, 2018, 43

É possível traçar o paralelo em o avanço da financeirização da agricultura e o grau de destruição do modelo do agronegócio. A diversificada entrada de recursos para o setor impõe um ritmo frenético de acumulação e especulação com a ampliação do território. No Brasil, as principais formas de investimento financeiro no agronegócio são: 1. Cédula do Produto Rural (CPR), 2. Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), 3. Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), 4. Ações de companhias agropecuárias, e 5. Fundo de Investimento para o Agronegócio (Fiagro).

Por meio desse conjunto de mecanismos, o agronegócio constrói seu *lobby* entorno do tripé Estado-capital-mercado direcionados para o processo de acumulação em ritmo acelerado.

No sistema do capital, a existência do mercado é necessária para a demanda efetiva de políticas de favorecimento às transnacionais. O mercado instrumentaliza o Estado e este o instrumentaliza sob o comando das instituições financeiras internacionais, que determinam a ampliação de maiores lucros, via formas de gestão e fluxos, induzindo sempre em maior intensidade à ampliação da produção de valores de troca, em que o objetivo é o lucro. Na lógica da crise do capital, não importam os limites para recompor a tendência crescente da taxa de lucros (CONCEIÇÃO, 2017). FONTENELE E CONCEIÇÃO, 2011, 78

A Cédula do Produtor Rural (CPR) foi instituída em 1994 através da Lei Nº 8.929 e é hoje a principal forma de investimento para cadeia do agronegócio no país. A CPR representa um título de compromisso futuro de um determinado produto agropecuário, possibilitando assim recursos ao empreendimento em

troca de uma considerável fatia do lucro da produção. Esse título pode ser emitido por cooperativas, associações e produtores rural sendo títulos negociáveis em mercados de balcão. Esse investimento possui duas modalidades: CPR Física e CPR Financeira. Na primeira, a execução final da CPR final ocorre na entrega do produto de acordo com a quantidade e qualidade descritas. Já a CPR financeira, criada 2001 e caráter mais especulativo, o pagamento ocorre através da liquidação financeira ou *cash settlement*, referente a quantia que vendedor repassar ao comprador da CPR no fechamento de uma negociação.

Por meio da Lei n.º 11.076 de 30 de dezembro de 2004 foi instituído a Letra de Crédito do Agronegócio, recebida com bastante entusiasmo pelos operadores do mercado financeiro.

Eis que, de repente, os bancos brasileiros descobrem as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). De forma simplificada o título teve seu lançamento no começo de 2005, mas apenas no início deste ano virou moda entre os investidores. Sua principal vantagem é possuir lastro em produtos físicos, no caso commodities como soja e milho ou mesmo máquinas e equipamentos. Como definição, se trata de um título de crédito nominativo, de livre negociação, que representa uma promessa de pagamento em dinheiro. Em caso de inadimplência, pode ser executado judicialmente. “É como se fosse uma nota promissória, porém com algumas vantagens para o investidor com perfil conservador, mas que gosta de rentabilidades um pouco mais agressivas”, explica o advogado Ricardo Mourão, especialista em títulos de investimento. “O objetivo foi criar um novo instrumento financeiro para o agronegócio se financiar no mercado o que tem dado certo”, analisa o vice-presidente de finanças do banco Pine, Clive Botelho. Segundo especialistas de diversas instituições, a LCA apresenta algumas vantagens: é isenta de Imposto de Renda e não paga IOF, além de possuir renda fixa, a exemplo dos famosos CDBs – Certificados de Depósitos Bancários. “De forma geral, a LCA tem dado muito mais retorno do que os CDBs”, explica o diretor de investimentos privadas do Itaú, Paulo Cochaki. Em média, a rentabilidade da LCA fica em torno de 85% a 90% de CDB (Cédula de Depósito Bancário), calculada em 103% num prazo de dois anos. Mas, como não paga Imposto de Renda nem IOF, o resultado tem sido atraente. (DINHEIRO RURAL, 2014)

As LCA's são emitidas por instituições financeiras de forma que o investidor empresta dinheiro a uma instituição financeira que irá aplicar em atividades ligadas ao agronegócio. As CRA's são títulos de dívidas emitidos pelas próprias empresas para cobrir uma dívida que pode inclusive está em expansão. Ambos são fundos de renda fixa, mas as CRA's representam maior risco. Com subsídios do Estado e isentos de alguns impostos, as LCA's alcançam em pouco tempo um rápido crescimento. Durante o primeiro ano de circulação a LCA movimentou R\$ 34 milhões, mas já em 2008 representava um volume financeiro de R\$ 9 bilhões. Já as CRA's alcançaram R\$ 15,81 bilhões em emissões em 2020 com 65 operações e 113 títulos, de acordo com os dados da Uqbar Consultoria e Educação Financeira. O investimento em insumos agrícolas representa o maior número de operações e títulos, perdendo apenas em montante para o setor sucroenergético. As CRA' estão indexadas ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo – (IPCA) e com média de vencimentos superior a 5 anos.³⁰

As ações das empresas do agronegócio representam títulos sobre o lucro das empresas no setor negociáveis na Bolsa de Valores. Como já explicado em nossa Tese, o caráter essencialmente especulativo busca lucros acima da relação de compra e venda de mercadorias. Em troca de rendimentos, capitalistas nacionais e estrangeiros aplicam recursos em ativos e derivativos ligados ao agronegócio, ou ainda em imóveis rurais pertencentes aos fundos.

A maior empresa na bolsa de valores brasileira da cadeia do agronegócio é a JBS que possui uma média diária de R\$ 300 milhões negociados nos pregões.³¹ Outras empresas da Bolsa de Valores brasileira (B3) se destacam no mercado acionário.

³⁰ [https://www.cnabrazil.org.br/noticias/em-2020-emissoes-de-cra-somaram-valor-recorde-de-r-15-81-bilhoes#:~:text=Bras%C3%ADlia%20\(25%2F03%2F2021,Uqbar%20Consultoria%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira.](https://www.cnabrazil.org.br/noticias/em-2020-emissoes-de-cra-somaram-valor-recorde-de-r-15-81-bilhoes#:~:text=Bras%C3%ADlia%20(25%2F03%2F2021,Uqbar%20Consultoria%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira.)

³¹ <https://blog.toroinvestimentos.com.br/acoes-do-agronegocio>

Quadro 01 - Relação das principais empresas da cadeia do Agronegócio na Bolsa de Valores (B3), 2021

Empresa	Código	Destaque ou perfil corporativo
Brasil Agro	AGRO3	Uma das empresas com maior quantidade de terras agricultiváveis focada em aquisição, desenvolvimento, exploração e comercialização de propriedades rurais com aptidão agropecuária.
AgroGalaxy	AGXY3	Plataforma de varejo de insumos e serviços agrícolas. Atua também na produção de sementes, originação, armazenamento e comercialização de grãos.
Minerva Foods	BEEF3	Produtora e comercializadora de carne <i>in natura</i> e derivados, bem como exportadora de gado vivo. Faz também o processamento de carne bovina, suína e de aves.
BRF Foods	BRFS3	Empresa com mais de 85 anos, 100 mil funcionários e atuação em 130 países. Possui marcas globais como a Sadia e a Qualy.
Camil	CAML3	Empresa de industrialização, comercialização e distribuição de grãos, sobretudo arroz, feijão, açúcar e pescados enlatados. Uma das marcas mais lembradas de arroz.
PomiFrutas	FRTA3	Produtora e comercializadora de maçãs <i>in natura</i> e processadas. Localizada em Santa Catarina, processa cerca de 40 mil toneladas de maçãs por ano.
Jalles Machado	JALL3	Empresa produtora de açúcar e álcool, além de cogeração de energia elétrica, saneantes e levedura. Possui canavial 100% próprio.
JBS	JBSS3	A maior produtora de proteína animal do mundo e a 2ª maior empresa global de alimentos. Tem mais de 400 unidades internacionais e várias marcas conhecidas.
Josapar	JOPA3	Empresa de produtos alimentícios dona de marcas como Arroz Tio João, Meu Biju e SupraSoy. Uma das maiores fornecedoras do varejo também exporta para 40 países.
Kepler Weber	KEPL3	Líder no setor de soluções para armazenagem, pós-colheita e conservação de grãos (silos, secadores, máquinas de limpeza e seus componentes) na América do Sul.

Marfrig	MRFG3	Uma das gigantes de proteína animal no mundo e líder internacional de fabricação de hambúrgueres. Exporta seus produtos para mais de 100 países.
M. Dias Branco	MDIA3	Líder nacional no mercado de massas e biscoitos e com posição relevante no mercado de farinha de trigo. Possui marcas como Piraquê, Adria e Vitarella.
Raízen	RAIZ4	Empresa do Grupo Cosan com presença na produção de etanol e açúcar a partir da cana-de-açúcar. É referência em energias renováveis a partir do bagaço da cana.
SLC Agrícola	SLCE3	Grupo produtor de soja, milho e algodão. Também realiza o plantio de pastagem e criação de gado. É dona da SLC Sementes, que produz e vende sementes de soja.
São Martinho	SMT03	Uma das maiores produtoras de açúcar e etanol do Brasil. 100% da sua é colheita mecanizada e tem 4 usinas próprias.
Boa Safra	SOJA3	Companhia líder nacional na produção de sementes de soja. Vende para 70% dos estados produtores de soja no Brasil.
Três Tentos	TTEN3	Produtora de sementes (milho, trigo e soja). Possui centros de beneficiamento de sementes e uma unidade misturadora de fertilizantes.

Fonte: B3 e Relações Com Investidores das companhias
*Dados dos RIs das empresas em 2021

Disponível em: <https://blog.toroinvestimentos.com.br/acoes-do-agronegocio>

O conjunto dessas empresas da cadeia do agronegócio tem um grande impacto sobre o campo brasileiro ao definir os horizontes da desregulação das leis do país para obtenção dos lucros. Se por um lado, o mercado financeiro representa uma volumosa possibilidade de captação de recursos para os investimentos no agronegócio, por outro impõe retirada de fartas fatias do lucro setor produtivo.

Em março de 2021 foi criado através do PL 5.191/2020 o Fundo de Investimento para o Agronegócio (Fiagro) baseado no Fundo de Investimento Imobiliário, o mesmo modelo responsável pela bolha especulativa nos EUA que foi o gatilho do crash em 2008. A busca de investidores no mercado nacional e internacional foi uma vez a justificativa para implementação da lei que possibilita a aplicação em: a) imóveis rurais em áreas que podem ser arrendadas ou

alienadas pelo fundo; b) participação em sociedade que atuem na cadeia do agronegócio; c) empresas rurais não localizadas na bolsa de valores; e d) aplicações financeiras. A divisão da rentabilidade do fundo se dá através das cotas de cada investidor com comprou.

Outro ponto importante do Fiagro é que a propriedade do imóvel não é posse do investidor e sim do fundo. Vale lembrar que a compra de terras por estrangeiros no Brasil é limitado por lei, através do fundo é possível que um conjunto de capitalistas internacionais possam ter o controle da propriedade sem necessariamente ter o título de propriedade do imóvel rural.

2.4 – A UNIDADE PRODUÇÃO/ESPECULAÇÃO E A REAL NATUREZA DO AGRONEGÓCIO

O mercado de derivativos constitui um mercado de financiamentos dedicado exclusivamente para a especulação, dissimulando a existência real da produção para alcançar rentabilidade inúmeras vezes maior do que o crescimento do PIB global. A forma “capital fictício” rentabiliza-se fora do sistema produtivo, representando um valor que se se autovaloriza. A riqueza materialmente produzida representa um valor ínfimo dentro do ciclo do processo especulativo que nunca pode ser realizado, afinal todos os títulos e ações que circulam mundialmente não poderiam ser executados. Mesmo diante dos seus limites estruturantes o capital fictício continua a se rentabilizar irrefreavelmente.

O capital fictício é uma espiral de acumulação e especulação infinita.

A fetichização da reprodução do capital fictício (‘) esbarra na impossibilidade de se descolar totalmente da base material da produção da riqueza social. Se a economia financeirizada valoriza-se artificialmente é na produção das riquezas em que se encontra o raquítico lastro desse processo. Quanto maior o impacto do capital fictício na produção, maior é sua possibilidade de especular. Ao exigir maiores fatias dos lucros do processo produtivo maior é a valorização das ações e títulos que podem ser revendidos e continuamente especulados.

Na agricultura, Stédile (2013) observa que o impacto da financeirização da economia ocorre através: a) do excedente de capital financeiro que possibilita aos bancos comprarem ações de diferentes empresas que atuam em ramos diferenciados ligados a agricultura (comércio, produção de insumos, máquinas agrícolas, agroindústrias, medicamentos, agrotóxicos, ferramentas, etc.); b) da dolarização da economia mundial; c) do livre comércio imposto pela OMC, FMI e Banco Mundial; d) da dependência do crédito bancário que por meio das taxas de juros e de manutenção da dívida permite a extração indireta de mais-valor e a captura de parte da renda da terra; e) abandono das políticas públicas de proteção do mercado agrícola nacional e da economia camponesa. f) políticas neoliberais de subsídios para a grande produção capitalista – isenções fiscais nas exportações e importações e na aplicação de taxas de juros favoráveis a agricultura capitalista. g) controle das empresas transnacionais na produção e comércio agrícola nacional.

Soma-se a esses fatores listados o impacto no preço dos produtos que atinge a massa da população e a mineração que fomenta a prospecção como resposta rápida aos investidores. Na marcha para o lucro especulativo, o mercado de *commodities* obriga países como o Brasil a reprimarização. É preciso produzir o que interessa ao mercado, como as chamadas *comodities flex*, produtos que servem para o uso em diferentes mercadorias: ração animal, alimento humano, matéria-prima para alimentos ultraprocessados ou biocombustíveis.

O agronegócio se expande no campo promovendo a violenta expropriação da agricultura camponesa. A orientação do campo para o mercado promovido pelo Estado põe no balcão de negócios a pequena produção camponesa frente ao colossal *lobby* e recursos do agronegócio

Não há equilíbrio de forças entre a agricultura camponesa e as atividades agroindustriais, ao contrário, temos tido desde a década de 1970 um acelerado processo de expulsão da agricultura camponesa, com forte tendência a diminuição crescente dos produtos alimentares de subsistência. Sem condições de resistirem ao agronegócio e permanecerem nas unidades de produção camponesa são obrigadas a se submeterem a expansão do agronegócio, ou mesmo perderem suas terras e tornarem-se andarilhos no ciclo do capital. Entretanto, antes de representar a desconcentração da terra, a

modernização da agricultura a política de valorização e acesso a terra tem resultado na expropriação dos pequenos proprietários e na mobilidade do trabalho do campo para a cidade (principalmente internamente) intensificando o processo de urbanização e reproduzindo as desigualdades sociais, a níveis locais e subregionais. CONCEIÇÃO, 2013, 84

Repetido a exaustão, a defesa do agronegócio no Brasil surge como um dogmático consenso nacional diante da falácia que esse modelo de produção no campo é responsável por alimentar o país.

Este discurso midiático é necessário como estratégia da divulgação da defesa do agronegócio pela sociedade demonstrando a sua importância de garantidor de altíssima produção e de adequação da produção e conservação do meio ambiente.

No artigo “Produzir e preservar é possível”, Carlo Lovatelli e Marcelo Duarte Monteiro (2011) faz um discurso apologético do agronegócio brasileiro como garantidor da produção alimentícia brasileira (terceiro maior produtor de alimentos do mundo, primeiro produtor e exportador de açúcar, café, suco de laranja e álcool, e segundo principal produtor do complexo soja e de carne bovina). E questiona a capacidade de se produzir e preservar. Entre maio de 2012 e abril de 2013, o Brasil exportou US\$ 99,5 bilhões em produtos agropecuários, sendo aproximadamente 79 bilhões de origem vegetal. Os produtos brasileiros como o açúcar são exportados para 129 países, a carne bovina para 141 e a de frango para 152 países. Os países que mais importam os produtos brasileiros são em ordem: China; os Estados Unidos e os Países Baixos.

O paradoxo estabelecido entre o concreto e o abstrato, que materializa o mito do discurso, é compreendido entre a relação aumento da produção do agronegócio para suprir a necessidade de alimentos e a condição de vida da população que assiste fora do circuito dos lucros o crescimento apologético do agronegócio.

O agronegócio promove a fome e alta dos preços dos alimentos para obtenção de maiores lucros especulativos. Com crescente a demanda por comida e a massa faminta de pessoas, a carência de alimentos – e sua distribuição mundialmente desigual – torna-se um mercado extremamente lucrativo.

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês) afirma que o investimento financeiro nos mercados de *commodities* agrícolas

gera a elevação e maior volatilidade nos *preços dos alimentos*. Isso beneficia empresas como a Cargill, que continuamente compram e vendem *commodities*. Mas pode ser uma tragédia para as pessoas que gastam uma considerável proporção de seus rendimentos em alimentos, como faz grande parte da população dos países mais pobres do mundo. Os agricultores também enfrentam maior incerteza se os preços dos alimentos se tornam mais voláteis. CLAPP, 2018,45

Face a chamada “Crise Climática”, a terra também se torna um importante ativo financeiro na captação dos créditos de carbono. O ambientalismo neoliberal se vale do discurso da sustentabilidade visando mais uma possibilidade de mercado para obtenção de lucros.

A valorização de bens e serviços advindos da natureza revela a intenção dos agentes financeiros individuais. No caso de investimento na bolsa de valores de créditos de carbono comercializáveis, a linguagem é expressiva, os investidores colocam ou retiram seus dinheiros no mercado financeiro que aumenta magicamente. FONTENELE E CONCEIÇÃO, 2021, 79.

Ao mesmo tempo, os fundos de investimento administram o uso da terra até sua exaustão. No lugar da compra de imóveis rurais, a estratégia de arrendar permite o uso “descartável” dos solos e dos recursos naturais. Com a exaustão da capacidade produtiva do solo, o fundo pode facilmente migrar seu investimento para outro lugar ou país. A fluidez do capital deixa o rastro de terras envenenadas pelo uso de agrotóxicos e esgotamento dos recursos hídricos.

O *lobby* em torno do agronegócio despreza a destruição massiva produzida sob alegação que o setor é o motor do desenvolvimento do país. No artigo “O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo” de Marco Antonio Mitidiero Junior e Yamila Goldfar, os autores confrontam os discursos basilares da defesa do agronegócio com os dados do setor. Em resumo, os autores concluem que o agronegócio recebe muitos recursos e contribui muito pouco para economia do país.

No Plano Safra 2019/2020, enquanto o Pronaf, que congrega o maior universo de produtores no campo brasileiro, recebeu 29 bilhões de reais, o Pronamp recebeu 27,9 bilhões e o Agro 134,8

bilhões. A desigualdade na distribuição dos créditos é potencializada quando checamos com os dados de número de contratos (tabela 3). Enquanto o Pronaf, que respondeu a 1.416.064 de contratos, ficou somente com 12,8% dos recursos; o Pronamp com 186.363 dos contratos e com 12,4% dos créditos; e os Demais, que correspondem a apenas 328.066 contratos, recebeu 59,9% da totalidade dos créditos. Isso resulta em uma imensa concentração de recursos nas mãos de um pequeno número de produtores rurais, em sua imensa maioria representantes do Agro. Esses créditos são, sobretudo, diretamente recursos públicos, já que as instituições públicas responsáveis pela concessão de créditos disponibilizaram mais da metade dos valores na safra 2019/2020: bancos públicos (54%), bancos privados (26%), cooperativa de crédito (18%), banco de desenvolvimento e agência de fomento (2%) (MAPA, 2020). MITIDIERO JÚNIOR E GOLDFAR, 2021, 15

As benesses em torno do agronegócio vão além da fatura de crédito destinado ao agronegócio. O setor recebe uma série de isenções de impostos, como através da Lei Kandir (Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996) sancionada durante o Governo Fernando Henrique Cardoso que isentou o pagamento de ICMS de produtos primários e semielaborados direcionados para as exportações. Mitidiero Júnior e Goldfar (2021) vão mostrar ainda que a arrecadação do setor agropecuário representou em 2019 algo em torno de R\$ 6 bilhões, valor irrisório se confrontado a R\$ 112 bilhões do Comércio Varejista e R\$ 60 bilhões da Educação.

Tabela 04 - Participação da Agropecuária, Indústria e Serviços na formação do PIB brasileiro (2002-2018)*

Ano	Total	Agropecuária		Indústria		Serviços	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%
2002	1.488.787.276,00	81.515.199,00	6,42	334.907.570,00	26,37	644.403.214,00	50,73
2003	1.717.950.386,00	105.949.165,00	7,20	396.568.543,00	26,96	732.543.684,00	49,81
2004	1.957.751.224,00	110.912.703,00	6,67	475.863.218,00	28,63	815.527.583,00	49,07
2005	2.170.584.503,00	100.957.547,00	5,48	524.686.244,00	28,47	922.044.705,00	50,03
2006	2.409.449.916,00	105.294.011,00	5,14	567.281.406,00	27,68	1.043.094.775,00	50,9
2007	2.720.262.951,00	120.151.715,00	5,18	629.071.171,00	27,12	1.193.195.221,00	51,44
2008	3.109.803.097,00	142.051.182,00	5,41	717.907.186,00	27,33	1.332.296.659,00	50,73
2009	3.333.039.339,00	149.212.635,00	5,24	729.222.075,00	25,59	1.484.149.306,00	52,08
2010	3.885.847.000,00	159.932.000,00	4,84	904.158.000,00	27,38	1.700.905.000,00	51,5
2011	4.376.382.000,00	190.024.000,00	5,11	1.011.034.000,00	27,17	1.921.344.000,00	51,64
2012	4.814.760.000,00	200.695.000,00	4,90	1.065.682.000,00	26,03	2.175.781.000,00	53,14
2013	5.331.618.957,00	240.290.000,00	5,28	1.131.626.000,00	24,85	2.435.657.000,00	53,49
2014	5.778.952.780,00	249.975.000,00	5,03	1.183.094.000,00	23,79	2.722.857.000,00	54,76
2015	5.995.787.000,00	258.967.000,00	5,02	1.160.787.000,00	22,52	2.850.260.000,00	55,28
2016	6.269.328.000,00	306.655.000,00	5,66	1.150.720.000,00	21,23	3.017.326.000,00	55,67
2017	6.585.479.000,00	302.971.000,00	5,34	1.197.800.000,00	21,12	3.170.180.000,00	55,89
2018	7.004.141.000,00	309.611.000,00	5,15	1.313.210.000,00	21,85	3.342.944.000,00	55,61

Fonte: SIDRA/IBGE 2021 apud). MITIDIERO JÚNIOR E GOLDFAR, 2021
Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>

Na composição do PIB nacional é possível observar que a Agropecuária gira em torno de 5% a partir no ano de 2005, o patamar mais elevado apresentado na tabela é de 7,2% no ano de 2003. A indústria vigora na faixa de entre 21% e 28% na composição do PIB enquanto o setor de serviços se encontra na maior parte do período observado acima dos 50%.

Assim como ocorreu durante a Ditadura Militar, o agronegócio é beneficiado constantemente pelo Estado com a securitização das dívidas que possibilita a renegociação dos débitos em atraso com vantajosos descontos e

prazos de pagamento ou ainda a dispensa do pagamento da mesma – perdão da dívida.

Um estudo da Oxfam (2016) mostra que, de acordo com a Procuradoria- -Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em 2015, 4.013 pessoas físicas e jurídicas detentoras de terras, possuíam dívida acima de R\$ 50 milhões – totalizando mais de R\$ 906 bilhões em impostos devidos. Isso mesmo. Diferentes detentores de terras devem quase 1 trilhão de reais ao Estado brasileiro. Se levarmos em conta que a participação da agropecuária no PIB, em 2018, foi de 309,611 bilhões de reais (IBGE), o Agro deveria trabalhar 3 anos, repassando todo lucro para pagar a conta. Esse mesmo relatório ainda mostra que, dos 4.013 devedores com dívidas, 729 declararam possuir 4.057 imóveis rurais. A dívida total apenas deste grupo de pessoas, físicas e jurídicas, se aproximava de R\$ 200 bilhões. O total das terras pertencentes a este grupo - e note que esse dado é autodeclaratório - abrangem mais de 6,5 milhões de hectares, segundo informações cadastradas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). De acordo com estimativas do próprio INCRA, se essas terras, em números brutos, fossem destinadas à Reforma Agrária, seria possível assentar 214.827 famílias (considerando tamanho médio do lote de 30,58 ha/família assentada). MITIDIERO JÚNIOR E GOLDFAR, 2021, 24.

A falácia construída em torno do agronegócio nos revela que a força da cadeia do agronegócio se encontra mais fortalecida na especulação dos mercados financeiros do que nos números da produção.

Figura 09 – Venda e revendas – Contratos futuros e produção de milhões de toneladas, 2015/2016.



Fonte: Atlas do Agronegócio, 2018

Em 2015, o volume de milho comercializado nos contratos de futuro do milho da Bolsa de Chicago foi 30 vezes maior do que a safra colhida nos EUA e 11 vezes mais do que a colheita de todo o planeta.

Os lucros provenientes da especulação financeira ancoram o agronegócio no país, a exemplo da comercialização das *commodities* agrícolas no mercado de futuros.

Segundo levantamento da Safras & Mercados, a venda da safra 20/21 já foi mais da metade comercializada. Oliveira destaca que há Estados que já venderam quase 70% da safra, e agora tem que cumprir os contratos. Ou seja, esse grão que está sendo colhido é direcionado a contratos do passado e não irão recompor significativamente os estoques.

“Não vamos ter baixas cotações como os registrados no início de 2020 (menos de R\$ 90, ante os atuais R\$ 157). Para contratos futuros e entrega entre maio e junho os preços estão equilibrados com os atuais, próximos de R\$ 155.

Para contratos futuros com entrega em 2022 há preços chegando a entre R\$ 122 e 124 a saca, o que é elevado considerando que é para entrega de uma colheita que sequer foi semeada, esclarece o representante da Safras & Mercado.

“É um contrato futuro em níveis históricos. Talvez até chegando a R\$ 130. Nunca tivemos um preço assim. A demanda por

informações sobre a safra 2022 e seus preços é igualmente alta”, acrescenta Oliveira.

Outro número histórico, diz o especialista, é o estoque brasileiro de soja quase zerado. Há cinco anos, em 2016, o chamado estoque de passagem era de 11 milhões de toneladas. Em 2018, com início da guerra comercial entre EUA e China e as barreiras comerciais, Brasil registra a maior exportação da história, 83,2 milhões de toneladas.

Com isso, o estoque nacional caiu de 12,9 milhões em 2017 para menos de 6 milhões ao final de 2018, retraiu para 4,2 milhões em 2019 e encerrou 2020 com menos 100 mil toneladas, de acordo com dados compilados pela Safras & Mercado. Safras & Mercado, 2021³²

Dito isso, chegamos à conclusão de que a essência do agronegócio não está na produção, ela serve como esteio para o lucrativo mercado especulativo. O Estado financia e promove o agronegócio para garantir a lucratividade de um seleto grupo de especuladores financeiros nos mercados de ações ao redor do mundo. Entendemos que a estratégia do capital em garantir o controle direto ou indireto da produção está alicerçado na verdadeira natureza do agronegócio que é o processo especulativo e não a produção em si. Paradoxalmente, decorre daí a incansável preocupação do agronegócio em propagandear a exaustão que é produtivo, o “Agro é Tudo”. O agronegócio representa o principal motor especulativo do capital fictício no Brasil.

No Brasil, o agronegócio representa um dos principais motores especulativos do capital. Nenhum outro setor da economia no país recebe tanto aporte propagandístico e representação política como o agronegócio.

O paradoxo estabelecido entre o concreto e o abstrato, que materializa o mito do discurso, é compreendido entre a relação aumento da produção do agronegócio para suprir a necessidade de alimentos e a condição de vida da população que assiste fora do circuito dos lucros o crescimento apologético do agronegócio.

³² https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/agro/2021/02/778943-estoque-baixo-e-alta-demanda-valorizam-soja-que-deve-ter-colheita-recorde-no-rs.html

Por que foi que cegamos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegamos, penso que estamos cegos, Cegos que veem, Cegos que, vendo, não veem

ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA, JOSÉ SARAMAGO

CAPÍTULO III

3 – A GEOGRAFIA E A DISSIMULAÇÃO DA CRISE ESTRUTURAL: DA CENTELHA DO CAPITAL FICTÍCIO A BARBÁRIE EM CURSO

No balanço do ciclo de produção e acumulação de capitais via agronegócio fica claro que a massa de capital especulado é inúmeras vezes do que é realmente produzido no campo. Por meio de diferentes leis, o Estado desregulamenta sua economia para pavimentar a entrada do mercado financeiro como mecanismo de financiamento do agronegócio. A historiografia do capital revela que o crédito sempre assumiu um papel importante para sua reprodução. O incremento das formas fictícias a produção capitalista permitiu sua expansão econômica e espacial ao reinserir no ciclo parte capital que ficaria imobilizado. Marx observa que o desenvolvimento da força produtiva, e conseqüentemente da produção, em larga escala age de forma que “1) os mercados se expandem e se afastam do local de produção, 2) por isso, os créditos têm de prolongar-se e, portanto 3) o elemento especulativo deve dominar cada vez mais as transações.” (1988b, 15). Os capitais emprestados são capital mercadoria, que mudam de possuidor e participam em parte do processo de produção, devendo ser pago seu equivalente até o final do prazo estipulado.

O longo do ciclo de reprodução do capital o sistema de crédito assume diferentes papéis. O primeiro momento o crédito atua como capital-mercadoria que precisa mudar de forma (dinheiro – mercadoria, mercadoria – dinheiro) para dar movimento e fluidez ao capital na produção (MARX, 1988). O desenvolvimento da produção faz com que o crédito se amplie e possibilite a expansão da indústria e relações mercantis. Assim, o sistema de crédito atua 1) no financiamento da produção; 2) na apropriação da mais-valia gerada no setor produtivo; 3) aumenta a produção excedente e 4) possibilita maior velocidade no ciclo de reprodução do capital (CARCANHOLO E SABADINI, 2009).

A disponibilidade de crédito no mercado não ocorre de forma ininterrupta, quando ocorre uma dificuldade ou perturbação no processo de

reprodução ele tornando-se escasso. Em seu tempo, Marx (1988b) afirma que o crédito se contrai quando: a) o capital fica estagnado numa determinada fase da reprodução; b) quando não há confiança na fluidez do processo de produção do capital; e c) quando a busca por crédito comercial diminui, como no caso de um grande estoque de matéria-prima por parte de um industrial, não havendo a necessidade de contrair crédito para realizar nova compra.

Dentro da constituição do sistema de crédito, Marx (1988b) observa a existência de uma forma de capital que representa um valor já extinto, mas que continua a se rentabilizar dentro do processo produtivo. Quando uma empresa coloca a venda um título da sua dívida, o capital arrecadado representa um montante que já foi gasto, para o credor dívida, esse capital continua a existir em busca de uma renda futura. Esta distorção do sistema de crédito, afirma Marx (1988b), gerou uma classe de credores do Estado, detentores de títulos da dívida de um capital “*originalmente emprestado e há muito despendido*” (MARX, 1988b, 13). Do ponto de vista de capitais individuais, estas “*duplicatas de papel de capital extintos*” (MARX, 1988b, 13) podem representar um capital, na medida em que representam mercadorias que podem ser vendidas. Marx (1988b) conclui que

Os títulos de propriedade sobre empresas por ações, ferrovias, minas, etc. são de fato, conforme igualmente vimos, títulos sobre capital real. Entretanto, não dão possibilidade de dispor desse capital. Ele não pode ser retirado. Apenas dão direitos a uma parte da mais-valia a ser produzida pelo mesmo. Mas esses títulos se tornam também duplicatas de papel de capital real, como se o conhecimento de carga recebesse um valor além do da carga e simultaneamente com ela. Tornam-se representantes nominais de capitais inexistentes. Pois o capital real existe a seu lado e não mudam ao todo de mãos pelo fato destas duplicatas mudarem de mãos. Tornam-se formas do capital portador de juros, não apenas por assegurar certos rendimentos, mas também porque, pela venda, pode ser conseguido seu reembolso como valores-capitais. MARX, 1988b, 13.

Marx (1988b) chama de **capital fictício** a existência dessa forma de capital que aparece mais de uma vez dentro do ciclo do capital. O capital fictício é uma forma de capital emprestável valorizado fora do mais-valor extraído da

exploração da força de trabalho e do valor-excedente de formas de produção não salariais.

O conceito de capital fictício, proposto por Marx, diz respeito a um dos aspectos mais destacados da economia capitalista, que é a multiplicação ilusória da riqueza realmente existente, com base no capital portador de juros, por intermédio dos mecanismos monetários e financeiros. Apesar disso, porém, se o lugar do dinheiro e do crédito na teoria de Marx é um item ainda reconhecidamente subestimado na literatura marxista, o conceito de capital fictício está virtualmente ausente, salvo contadas exceções. GEMER, 1994,193

O capital fictício tenta dissimular sua própria existência, de forma que uma mesma riqueza possa ser contada várias vezes. Sob a forma de capital fictício, o capital busca uma forma de valorização fora do ciclo de produção de mercadorias (PRODUÇÃO – DISTRIBUIÇÃO – CIRCULAÇÃO – CONSUMO). O capital fictício possui existência real na medida em que interfere “*na trajetória e nas circunstâncias da valorização e da acumulação*” (CARCANHOLO E NAKATANI, 1999, 295), sendo que “*O capital fictício tem movimento próprio. Assim, ele é real de certa maneira e, ao mesmo tempo, não é.*” (CARCANHOLO E NAKATANI, 1999, 296).

Na leitura de Carcanholo e Sabatini (1985) há duas formas de capital fictício: o capital fictício tipo I quando é capaz de duplicar sua riqueza real; e o capital fictício tipo II quando o valor é capaz de multiplicar-se várias vezes e para além do valor real do patrimônio. A existência do capital fictício possibilita a existência de uma propriedade capitalista fora da esfera produtiva ou ainda a propriedade sobre fatia do lucro proveniente da extração de mais-valor e da renda da terra.

Se antes a propriedade surgia essencialmente da acumulação do lucro, agora a criação do capital fictício propicia a possibilidade do lucro de fundação. Com isso, o lucro é conduzido, na sua maior parte, às mãos de grandes potências monetárias concentradas, potências que são as únicas capazes de dar ao capital industrial a forma de capital fictício. Mas esse lucro não lhe aflui como os dividendos de acionista em forma de renda anual e fracionada, mas sim capitalizados como lucro de fundação, como uma grande quantia relativa e absoluta, que

pode atuar imediatamente como novo capital em forma de dinheiro. Dessa maneira, cada nova empresa paga de antemão um tributo a seus fundadores que nada fizeram por ela que não precisam jamais ter alguma coisa haver com ela. Trata-se de um processo que concentra de novo grandes quantias de dinheiro nas mãos das grandes potências financeiras. (HILFERDING, 1985, 145)

O capital fictício atua de forma diferenciada do capital portador de juros, constituindo assim um processo distinto de valorização. Enquanto o capital a juros está limitado pelo volume disponível excedente, o capital fictício pode crescer acima destes limites.

Vale notar que ao longo de seu ciclo (D – M ... (p), ... D' – M') o capital metamorfoseia-se em suas diferentes formas funcionais: capital dinheiro (D), capital produtivo (p) e capital mercadoria (M'), podendo ser chamado assim de capital industrial. Com a divisão social e territorial do trabalho entre os capitalistas, estas formas funcionais se autonomizam. Com a autonomia de qualquer uma destas formas funcionais há uma mudança na sua natureza qualitativa e quantitativa de operação, convertendo assim o capital-mercadoria em capital comercial; o capital-dinheiro em capital a juros; e o capital-produtivo em capital produtivo. Esta abstração possibilitou a Marx entender que o capital portador de juros e o capital de lucro são o mesmo capital dividido entre dois capitalistas diferentes, um que está fora do processo, mas atua como proprietário do capital em si e o outro que atua diretamente no processo de produção (HILFERDING, 1985; GEMER, 1994; HARVEY, 2013; CARCANHOLO E NAKATANI, 1999). SANTANA SILVA, 2014, 26-27.

A formação do capital fictício surge do processo de circulação de forma que o dinheiro deixa de atuar como meio de circulação para ser meio de pagamento, assim o tempo de rotação do capital vai influenciar na massa de capital monetário, sendo imperativo para que o mais-valor possa reconverter-se e acumular como capital. Este período de rotação fará com que o capital monetário investido fique ocioso, o que o deixa impossibilitado de produzir qualquer tipo de lucro. (MARX, 1985b)

A extração de mais-valor como forma de valorização da mercadoria torna-se mistificada na medida em que se credita a esfera da circulação a

capacidade de gerar lucros, de forma que o espírito empreendedor do capitalista seria capaz de transformar dinheiro em mais dinheiro.

No processo de circulação surge ao lado do tempo de trabalho o tempo de circulação como fator que limita a massa de mais-valia realizável em determinado intervalo de tempo. Ainda outros momentos, originários da circulação, intervêm decisivamente no processo de produção direto. Ambos, o processo de produção direto e o processo de circulação, se entrecruzam e interpenetram constantemente e, assim, falsificam constantemente os marcos característicos que o distinguem. A produção de mais-valia, bem como a do de modo geral, ganha, como mostrado anteriormente, novas determinações do processo de circulação; o capital percorre o círculo de suas transformações; por fim, ele passa, por assim dizer de sua vida orgânica interior para relações vitais exteriores, para relações nas quais se defrontam não capital e trabalho, mas por um lado, capital e capital e, por outro, os indivíduos novamente como comprador e vendedor; tempo de circulação e tempo de trabalho se entrecruzam em seu curso e, assim, ambos parecem determinar por igual a mais-valia; a forma original, em que capital e trabalho assalariado se defrontam, é disfarçada pela intromissão de relações aparentemente independentes dela; a própria mais-valia não aparece como produto da apropriação de tempo de trabalho, mas como excedente de preço de venda das mercadorias sobre seu preço de custo e por isso este último facilmente se apresenta como o seu verdadeiro valor (*valueur intrinsèque*), de modo que o lucro aparece como excedente do preço de venda das mercadorias acima do seu valor imanente. (MARX, 1988a, 33)

Na análise de Hilferding (1985) há dois tipos de crédito: crédito de capital que vai passar um montante de dinheiro do proprietário que não pode utilizá-lo para outro capitalista que possa empregá-lo como capital monetário ativo – capital produtor e crédito de circulação que vai exercer o papel de moeda fiduciária, adiantando a transformação do capital em mercadoria para a forma monetária. Com o desenvolvimento da produção capitalista, os bancos passam a monopolizar o crédito, deixam de ser a instituição gestora do dinheiro entesourado dos fazendeiros, comerciantes, capitalistas, dentre outros, para atuar como investidor do processo produtivo.

O banco atua primeiramente como mediador da circulação de pagamentos que ele amplia pela concentração dos pagamentos

e pela eliminação das discrepâncias regionais; vimos a seguir que ele cuida da transformação do capital monetário ocioso em ativo, capital que o banco recebeu, concentrou e distribuiu, reduzindo, assim, ao respectivo mínimo necessário para a rotação do capital social. Veremos agora que o banco assume uma terceira função, de juntar as entradas em dinheiro de todas as outras classes e de colocar a disposição à disposição da classe capitalista sob a forma de capital monetário. Dessa forma, afluem aos capitalistas, além do seu próprio capital monetário (que os bancos administram) também o dinheiro ocioso de todas as outras classes, visando seu emprego produtivo. (HILFERDING, 1985, 93)

Marx afirma que “*o banco é o eixo do sistema de crédito*” (MARX apud HARVEY, 2013, 369). A principal estratégia dos bancos para garantir esta concentração do capital ocioso que se encontra com seus proprietários é a concessão de juros aos depósitos e a criação de filiais, ampliando assim o raio de atuação e recolhimento dos impostos. Assim,

A situação é outra quando o banco passa a colocar à disposição do industrial o capital de produção. Seu interesse então não se limita mais às condições momentâneas da indústria e à situação momentânea do mercado, mas passa a interessar muito mais destino subsequente da empresa e a configuração futura do mercado. O interesse momentâneo torna-se permanente e quanto maior for o crédito, e quanto maior e tanto mais permanente será esse interesse. (HILFERDING, 1985, 97)

Na medida em que o sistema de crédito se amplia a partir da própria expansão capitalista, o banco assume papel cada vez mais importante no metabolismo do capital, garantindo a confiabilidade do sistema de circulação de dinheiro e capital monetário. A confiabilidade e credibilidade pessoal entre capitalistas individuais dá lugar a um complexo sistema de crédito, cabendo ao banco monitorar a saúde financeira das empresas e do mercado, analisar quais as letras de câmbio possuem lastro real ou representam um negócio arriscado (HARVEY, 2013). O crescimento da importância dos bancos em detrimento do setor produtivo, principalmente o industrial, se deve ao fato do primeiro concentrar grandes massas de capital monetário. O dinheiro emprestado deve transformar-se em capital produtivo para que haja produção de lucro. Ao final do ciclo produtivo, uma parte o lucro deve retornar para o capitalista prestamista

sob a forma de juros de empréstimo e a outra para o capitalista produtor (HILFERDING, 2013).

Vale ressaltar que a leitura do austríaco Rudolf Hilferding no livro *Das Finanzkapital* (O Capital Financeiro) de 1910 se dá no contexto diferenciado de Marx. Hilferding analisa o nascedouro do mercado financeiro tal qual ele está configurado atualmente. Para o autor, a fusão entre capital bancário e capital industrial gera mudanças qualitativas e quantitativas no movimento do capital fictício, gestando o que ele vai chamar de capital financeiro. Em nossa dissertação discutimos as diversas críticas realizadas por diferentes autores ao conceito de capital financeiro que ao longa do livro *Das Finanzkapital* apresenta diferentes definições. Entendemos em nossa tese que o conceito de capital fictício apresentado por Marx mantém seu no lastro no movimento real do capital e seu processo de valorização fora da esfera da produção. Dito isso, consideramos ainda que a leitura Hilferding (1985) também irá representar uma importante contribuição para o entendimento da acumulação financeira, sobretudo, por ser a analisar o surgimento das sociedades anônimas e a sua atuação no mercado de ações. As Sociedades Anônimas (SA's) vão ser criadas para liberar o capitalista industrial da função de empresário industrial. Desta forma, o capital investido na sociedade anônima passa a funcionar como capital monetário, ou seja, deixa de ser um investidor diretamente produtivo, para ser credor do processo de produção, buscando ao final o lucro do seu investimento sob a forma de juros. Esse é justamente o papel do acionista, ter direito a parte do lucro produzido da empresa diante da compra dos direitos de parte da empresa. Para Hilferding,

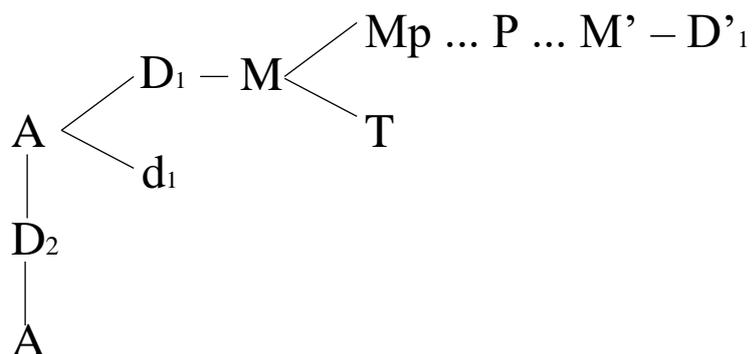
A sociedade é anônima é uma sociedade de capitalistas. Ela é sempre constituída por meio de inversão de capital em ações; o grau de participação de cada capitalista na organização é proporcional ao capital investido; seu direito a voto e sua influência naturalmente se regulam, por isso, pelo tamanho do seu investimento. O capitalista só é capitalista na medida em que dispõe de capital e só se diferencia de outro capitalista em termos quantitativos. Em tais condições, todo o poder de mando se concentra em mãos do acionista majoritário. Para exercer o controle da sociedade anônima é necessário, pois, ser proprietário da metade apenas do capital e não totalidade como acontece na empresa individual. Isso duplica o poder dos

grandes capitalistas. Um capitalista que transforma sua empresa individual (desconsiderando o crédito) em uma sociedade anônima, só necessita da metade do seu capital para exercer o completo controle da empresa. O poder de controle sobre o capital alheio é, todavia, da maior importância, e o domínio da empresa, independente de tudo mais, é importantíssimo para influenciar o movimento de compra e venda do mercado de ações na bolsa. (1985, 121-122)

A pulverização das ações nas bolsas de valores mostra que para ter o controle de uma empresa não é preciso ter 1/3 ou 1/4 do total de suas ações, às vezes muito menos, o restante do capital acionário fica disponível para especulação³³, facilitando a ação dos monopólios.

Na Bolsa de Valores, o mercado de ações segue o seguinte caminho:

Figura 08 – Movimento do Capital Acionário na Bolsa de Valores



Fonte: Esquema de Hilferding, 1985, 116.

O fluxograma acima nos mostra que com a emissão de ações (A), uma parte dos seus valores vai ficar com os bancos emissores no chamado lucro de fundador e sai de circulação (d_1), a outra parte (D_1) vai se transformar em capital produtivo para financiar a produção e valorizar-se por meio da exploração da força de trabalho. Ações que foram vendidas precisam de um investimento em

³³ Caso o acionista queira reaver o seu investimento inicial ele não pode reivindicar e desmembrar parte do patrimônio da empresa, mas deverá vender suas ações num mercado próprio para isso, o mercado de ações da Bolsa de Valores.

dinheiro (D_2) para voltem a servir como meio de circulação na Bolsa de Valores ($A - D_2 - A$). (HILFERDING, 1985).

A sistema de controle acionário das empresas facilita a concentração e centralização do capital por um número cada vez mais restrito de corporações mundializadas. Para Hilferding (1985) uma das características mais marcantes do capitalismo “moderno” é o processo de concentração de capitais por meio das formações dos cartéis e trustes, e a relação entre capital bancário e capital industrial. Assim, por meio da consolidação dos monopólios aumenta-se a taxa de lucro através do aumento dos preços quando há eliminação da concorrência e garante maior volume de ações a serem especuladas no mercado financeiro.

A complexa teia tecida pelo capital em constante expansão encontra no próprio capital os limites da sua reprodução, exigindo a cada formação de uma nova crise uma atuação mais intensa.

Na própria crise, quando todos têm de vender e não podem vender e ainda assim são obrigados a vender para pagar, a massa, não de capital desocupado, à procura de aplicação, mas do capital travado no processo de reprodução, é justamente então a maior, quando também é maior a escassez de crédito (e, por isso, a taxa de desconto, no crédito do banqueiro, está no máximo). O capital já desembolsado está então de fato desocupado em massa, porque o processo de reprodução está paralisado. (...) Exatamente tem lugar excesso de capital produtivo, em parte com relação à escala normal, mas momentaneamente contraída, da reprodução, em parte com relação ao consumo paralisado. (MARX, 1988b, 17)

A natureza da crise do capital está ancorada na superprodução de mercadorias, a incapacidade do capital de realizar seu ciclo diante de um volume de produção que não pode ser absorvida. Marx (2017) vai apontar ainda que a superprodução de capital implica na superprodução de mercadorias, significando assim a superacumulação de capital. Assim, para Marx a fissura do capital não está necessariamente na produção demasiada de riqueza, mas a produção demasiada de riqueza alicerçadas em formas capitalistas antagônicas. Levando em conta ainda que essas formas antagônicas são inerentes a própria reprodução do capital.

O verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital, isto é, o fato de que o capital e sua autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, como mola propulsora e escopo da produção (...). Os limites nos quais unicamente se podem mover a conservação e a valorização do valor de capital, as quais se baseiam na expropriação e no empobrecimento da grande massa de produtores, entram assim constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital tem de empregar para seu objetivo e que apontam para um aumento ilimitado da produção, para a produção com um fim em si mesmo, para um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais do trabalho. MARX, 2017, 289-290.

Assume-se aqui, a partir da interpretação da leitura de Marx e em acordo com parte dos autores marxistas, que a crise desenrolada em 2008, a partir do estouro da bolha especulativa no mercado financeiro, possui como lastro uma crise de superprodução. Vivencia-se o ápice do limite estruturante do capital com o esgotamento da satisfação dos lucros via economia real – produção de mercadorias na indústria - para formação de um mercado financeiro totalmente especulativo, desregulamentado e lastreado em grande parte por papéis e títulos de dívida que nunca serão pagos. Ao ser deflagrada a crise em 2008, a contaminação das indústrias junto ao crash mostrou que o descolamento entre produção e circulação se encontra apenas no aparente.

A superprodução de capital pode se manifestar através do excesso de produção vendável, não porque não haja pessoas necessitadas ou desejosas de consumirem, mas porque a concentração da riqueza vai excluindo uma parcela cada vez mais importante da população da possibilidade de comprar mercadorias. O desenvolvimento do sistema de crédito permite que, ao invés da superprodução de mercadorias, o capital se acumule sob a forma de capital dinheiro, o qual pode se apresentar seja como capital portador de juros seja de maneira ainda mais “irreal”, sem deixar de ser real, de capital fictício. Nós consideramos que este é um conceito chave para a análise da crise atual e das mutações precedentes sofridas pelo sistema de crédito. (NAKATANI e HERERA, 2011,1)

Em resumo, Marx (2017) sinaliza que o limite do modo de produção capitalista aparece: 1) na queda da taxa de lucro proveniente do desenvolvimento das forças produtivas, processo que busca ser superado através das crises; 2) a taxa de lucro ser a definidora da contração ou expansão

do capital, exigindo assim uma constante expansão em oposição a relação entre produção e a satisfação das necessidades sociais.

A reprodução ampliada do capital é orientada por renovadas maneiras de auferir lucros. A lei geral da acumulação capitalista como contradição central requer do desenvolvimento das forças produtivas mediações que retomem o curso do lucro e da mais valia, nesse contexto dos imperativos do valor troca o capital portador de juros e o capital fictício recolocam nos trilhos os possíveis desvios (no sentido dos capitalistas) que impeçam a realização do valor. Ao aprisionar o valor em novas esferas o sistema do capital atinge o mais alto grau de alienação produtiva, em que os defeitos estruturais de controle do capital objetivam as crises de realização como imanência sistêmica. Alta composição orgânica, 'desnecessidade' – historicamente posta do trabalho vivo, queda na taxa de lucro, a mais-valia no circuito do capital produtivo encontra limites agora dificilmente intransponíveis. (DUTRA JR, 2010, 75).

A ativação dos limites absolutos do capital tem nos mostrado que o capital não consegue mais adiar o desdobramento e a maturação dos seus limites antagônicos. Em profundo contraste do período vivenciado por Marx quando havia um predominante domínio produtivo, o capitalismo contemporâneo chegou ao estágio de disjunção radical entre a produção material e a autorrealização destrutiva do capital. (MÉSZÁROS, 2011)

Nesse sentido, os limites do capital não podem mais ser conceituados como meros obstáculos materiais a um maior aumento da produtividade e da riqueza sociais, enfim como uma *trava* ao desenvolvimento, mas como um desafio direito à própria sobrevivência da humanidade. (...) Como vimos antes, o capital é totalmente desprovido de medida e de um referencial humanamente significativos, enquanto o seu impulso interno à autoexpansão é *a priori* incompatível com os conceitos de controle e limite, para não mencionar o de uma *autotranscendência* positiva. Por isso, ao invés de aceitar as restrições positivas necessárias no interesse da produção para satisfação das necessidades humanas, corresponde à linha de menor resistência do capital levar as práticas materiais da *autoreprodução destrutiva ampliada* até o ponto em quem levantem o espectro da destruição. MÉSZÁROS, 2011, 699.

Em outras palavras, a crise estrutural do capital assevera a sua **destrutividade** do sistema e grifa em seu curso histórico sua total **incontrolabilidade**. O fim da ascendência histórica do capital pôs em evidência o desperdício e a destrutividade irracional (MÉSZÁROS, 2011), intensificando e reinventando formas de superexploração do trabalho, e destruindo as condições de vida humana no planeta por meio da degradação da natureza. A crise estrutural promove a universalização da barbárie.

3.1 – AGRONEGÓCIO COMO INSTRUMENTALIZADOR DA BARBÁRIE NO CAMPO

Em 1915, no contexto da Segunda fase do avanço do imperialismo em que o capital já mostrava uma capacidade destrutiva antes inimaginável e face os desafios do Partido Social-Democrata alemão e do movimento operário, Rosa Luxemburgo escreve:

Nós estamos colocados hoje diante desta escolha: ou bem o triunfo do imperialismo e a decadência de toda civilização tendo como conseqüências, como na Roma antiga, o despovoamento, a desolação, a degenerescência, um grande cemitério; ou bem vitória do socialismo, ou seja, da luta consciente do proletariado internacional contra o imperialismo e contra o seu método de ação: a guerra. Eis aí o dilema da história do mundo, sua alternativa de ferro, sua balança no ponto de equilíbrio esperando a decisão do proletariado consciente.
LUXEMBURGO, 2016, 2.

Apesar de Rosa Luxemburgo já observava a beligerância do Estado e a importância crescente do militarismo, a capacidade destrutiva do capital ainda era indeterminada se comparada ao atual momento.

Hoje a situação é qualitativamente diferente, e por isso a frase de Rosa Luxemburgo adquiriu uma urgência dramático. Não existem rotas conciliatórias de fuga. Ainda assim, nem mesmo o fato de se poder afirmar com certeza que a fase histórica do imperialismo hegemônico global haverá também de fracassar em razão de sua incapacidade de dar solução para as

contradições explosivas do sistema, ou mesmo de adiá-las indefinidamente, é promessa de solução para o futuro. Muitos dos problemas que teremos de enfrentar desde o desemprego estrutural crônico até os graves conflitos econômicos, políticos e militares internacionais indicados acima, e até a destruição ecológica generalizada observada por toda parte - exigem ação combinada em futuro muito próximo. A escala temporal dessa ação talvez possa ser medida em algumas décadas, mas certamente não em séculos. O tempo está se esgotando. MÉSZÁROS, 2003, 107.

O escamoteamento da dimensão civilizatória do capital põe em relevo como o sistema tornou-se bárbaro. Em nosso tempo histórico, a barbárie do capital é oblíqua e possui várias facetas, podendo aniquilar a humanidade e grande parte das formas de vida do planeta com arsenal nuclear já a disposição, como pode ser uma lenta destruição das condições de vida do planeta (NETTO, 2012) e degradação da condição humana em suas determinações objetivas e subjetivas de existência. Incontrolável e irreformável, o capital universaliza suas formas mais destrutivas de produção do lucro em detrimento da ampla satisfação das necessidades humanas. O drama em nosso tempo histórico se adensa quando se observa a captura faustiana dos nossos desejos e êxito do capital, até aqui, em naturalizar a barbárie.

O fetichismo da mercadoria, a alienação, a ideologia cimentam-se num profundo escamoteamento das nossas misérias reais – um mundo refém do movimento autovalorativo do valor, do lucro –, nos tornando cúmplices, e até talvez parceiros, da própria barbárie que nos assola. DUTRA JÚNIOR, 2012, 3.

Em contraste com as consequências da Pandemia de COVID-19 no Brasil que levou em números oficiais mais de 644 mil vidas no país³⁴, ampliou o desemprego crônico e recolocou o país no mapa mundial da fome³⁵; o lucro dos quatro maiores grandes bancos - Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander - chegou a R\$ 81,6 bilhões em um ano. Entre 2020 e 2021, no pior período da Pandemia de COVID-19 o lucro dos bancos cresceu 32,5% ao passo que a renda

³⁴ <https://covid.saude.gov.br/>

³⁵ <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/30/afinal-o-brasil-esta-ou-nao-no-mapa-da-fome-da-onu>

média do brasileiro caiu 11,4%.³⁶ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) mostra o trabalhador brasileiro recebia R\$ 2.444 por mês até novembro de 2021, sendo o menor valor já registrado pelo IBGE desde o início do levantamento dos dados em 2012.

De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), no período de agravamento da pandemia de COVID-19, 55,2% dos domicílios se encontram em Insegurança Alimentar e 9% conviviam com a fome, considerado situação de Insegurança Alimentar grave, sendo pior essa condição nos domicílios de área rural (12%). Assim, do total de 211,7 milhões de brasileiras e brasileiros, cerca de 116,8 milhões possuíam algum grau de Insegurança Alimentar. A pesquisa mostrou ainda que 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de pessoas no país enfrentavam a fome.³⁷

Enquanto o país passa fome, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) projetava a safra de grãos 2019/2020 para 253,7 milhões de toneladas, sendo 4,8% maior que a safra anterior. Para a safra 2020/2021, a projeção era de 278,7 milhões de toneladas de grãos e para safra seguinte, a expectativa era ultrapassar a barreira de 300 milhões de toneladas, que há alguns anos era a meta para 2030.³⁸ Também exaltando os números da produção do agronegócio, a matéria da jornalista Carla Aranha no caderno de economia da revista eletrônica Exame.com com o título “*O Brasil que vai bem: A covid-19 impacta a economia, mas o agronegócio vive o melhor de sua história. O tempo é de vacas gordas, mas a sustentabilidade não pode ficar de lado*” mostra o *underworld* do agronegócio. A matéria mostra que nos portos de Paranaguá e Santos houve um movimento nunca alcançado de forma que o embarque de alimentos aumentou 23% entre janeiro e abril em relação ao mesmo período em 2019.

No paradoxal discurso em defesa do agronegócio ora o modelo é responsável por levar comida ao prato do brasileiro, ora é o setor mais dinâmico

³⁶ <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/17/bancos-brasileiros-tem-lucro-recorde-em-pior-ano-da-pandemia>

³⁷ <https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1392789/>

³⁸ <https://forbes.com.br/negocios/2020/12/nem-a-pandemia-de-covid-19-para-o-agronegocio-brasileiro/>

da economia do país com expressivos (e controversos) números a quantidade de produção e lucro das vendas.

Mesmo com a propagandeada pujança do agronegócio, o relatório do consultor do Senado Msc. Federal Fernando Lagares Távora intitulado “Impactos do Novo Coronavírus (Covid-19) no Agronegócio Brasileiro” (2020) aponta para necessidade de “implantar políticas compensatórias, ampliar a intervenção estatal e rogar ao setor privado” (TÁVORA, 2020, 23). Távora cita a importância de compensar o aumento dos preços dos insumos agrícolas comprados pelo agronegócio em dólar, em outras palavras, a socialização dos custos do agronegócio para manutenção dos lucros privados.

Figura 09 - O Touro de Ouro da B3 (esquerda) e Vaca Magra (direita): signos do lucro e da fome no mercado financeiro do Brasil, 2021³⁹



Fonte: Escultura "Touro de Ouro" de Rafael Brancatelli
Foto: Divulgação/B3
Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/b3-inaugura-escultura-de-touro-de-ouro.htm

Fonte: Escultura "Vaca Magra" de Márcia Pinheiro
Foto: Twitter/Reprodução
Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/12/09/escultura-de-vaca-magra-e-instalada-em-frente-a-bolsa-de-valores-de-sp.htm>

³⁹ Em novembro de 2021, mesmo com os já mencionados efeitos nefastos da Pandemia de COVID-19, a Bolsa de Valores de São Paulo B3 inaugura em frente da sua sede a escultura “Touro de Ouro” de Rafael Brancatelli que representa, segundo o autor da obra, “a força e a resiliência do povo brasileiro”³⁹. Imagetivamente, a escultura representa a imponência do mercado financeiro, sendo uma releitura da escultura de bronze “Charging Bull” localizada em Wall Street. Diante das polêmicas em torno da obra e da sua instalação sem aval legal, a prefeitura de São Paulo ordenou a retirada do “Touro de Ouro” dias depois da sua inauguração. Na crítica ao “Touro de Ouro” e denunciando a fome que assola o país, a intervenção artística “Vaca Magra” de Márcia Pinheiro foi posta no mesmo local da obra anterior.

Entre o lucro e a fome como retratados nas imagens acima, a unidade modernidade/atraso do agronegócio se move no campo a partir da manutenção das estruturas conservadoras herdadas do modelo colonial com o incremento do pacote das inovações técnicas vendidos pelas grandes corporações. O sistema de crédito para produção no campo violenta trabalhadores, camponeses, animais, a terra e a água ao obrigar o uso de agrotóxicos. De acordo com o secretário-executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Denis Monteiro

“O sistema de crédito foi desenhado para este modelo que incentiva o agrotóxico. Quando um agricultor que não usa pesticida vai preencher os requisitos para o crédito, muitas vezes o sistema bancário não aceita, alegando que o pacote tecnológico não está sendo cumprido. Muitas vezes o agricultor é constrangido a aplicar o pacote tecnológico, que inclui o uso de agrotóxicos, para atender às exigências dos bancos”. MONTEIRO, 2018, 3.⁴⁰

Outro ponto importante,

A isenção de impostos para agrotóxicos também tem sido um importante fator que explica a rápida e intensiva conversão tecnológica para uma agricultura químico-dependente. Paralelamente, os recursos para controle, fiscalização e monitoramento do uso e os efeitos na saúde dos pesticidas estão muito aquém do necessário. ABRASCO, 2021, 17.

A pedido da Agência Nossa, o Banco Central revelou que do total R\$ 402,7 bilhões do crédito rural concedido entre 2016 e 2018 somente R\$ 39 bilhões foram destinados a Agroecologia e Produtivo Orientado, do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e Sistemas Orgânicos, do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC). No período, 0,01% do total do crédito teve o objetivo de financiar produção sem agrotóxicos.

De acordo com o Dossiê da ABRASCO,

⁴⁰ <https://www.agencianossa.com/2018/07/17/sistema-financeiro-estimula-consumo-de-agrotoxicos-no-brasil/>

A legislação brasileira vigente não prevê período mínimo para a renovação de registro. Ainda hoje são utilizados agrotóxicos que estão no mercado brasileiro há mais de 4 décadas, sem nunca terem passado por uma avaliação de aspectos ambientais e de saúde, previstos na Lei de 1989.

Como demonstrado em estudo recente, vários desses produtos já foram proibidos em outros países (Friedrich et al, 2021b). Informações sobre registro internacional foram coletadas para países membros da OCDE e do BRICS, e permitiram identificar que, dentre os 400 ingredientes ativos de agrotóxicos classificados como químicos e semioquímicos e autorizados para uso agrícola: 85,7% não tem autorização de uso na Islândia, 84,7% na Noruega, 54,49% na Suíça, 52,6% na Índia, 45,6% na Turquia, 44,4% em Israel, 43,4% na Nova Zelândia, 42,4% no Japão, 41,48% na CE, 39,6% no Canadá, 38,6% na China, 35,842% no Chile, 31,6% no México, 28,6% na Austrália e 25,6% nos Estados Unidos.

Os resultados mostraram que do total de 399 ingredientes ativos considerados nesse estudo, 120 foram relacionados a danos à saúde e ao ambiente. Considerando as substâncias para as quais estão disponíveis dados de comercialização no país, 67,2% deste volume está associado a pelo menos um dano crônico grave, considerando as listas de potencial cancerígeno USEPA, IARC e desregulação endócrina da Europa. ABRASCO, 2021, 32

O mercado mundial de agrotóxicos movimentou mais de US\$ 34,4 bilhões, de acordo com a FAO/ONU, sendo um mercado cada vez mais monopolizado. A líder mundial da indústria agroquímica é a Syngenta faz parte do grupo ChemChina, com sede na Suíça. Em segundo lugar fica a empresa alemã Bayer que adquiriu a Monsanto, produtora do herbicida Round Up, à base de glifosato, sendo o agrotóxico mais vendido do mundo. Em terceiro lugar fica a alemã Basf. As três empresas concentram 54,7% de todo setor de produção de agroquímicos global.

Com a crise estrutural, a marcha das fusões atinge seu mais alto patamar, constituindo grandes conglomerados financeiro para o controle de grandes fatias de mercado. Nos últimos anos, o mercado mundial acompanhou grandes fusões no setor de sementes, agroquímicos e agrotóxicos: em 2015 Dupont (2ª maior produtora de sementes e 6ª maior produtora de agrotóxicos) e a Dow (5ª maior produtora de sementes e 4ª maior produtora de agrotóxicos) no valor de U\$4,68 bilhões; e em 2016, da Bayer (2ª maior produtora de agroquímicos e 7ª maior produtora de sementes) com a Monsanto (2ª maior

produtora de sementes e 7ª maior produtora de sementes) no valor de U\$66 bilhões, e da Potash Corp (1ª maior produtora de fertilizantes sintéticos) com a Agrium (2ª maior produtora sintética) no valor de U\$30 bilhões. Por meio das fusões estas corporações garantem o controle de grande parte da cadeia produtiva do agronegócio. ⁴¹

Afirma Pelaez (2016)⁴²,

O portfólio de produtos da Bayer para a agricultura inclui 26 inseticidas, dois herbicidas e um fungicida. A norte-americana Monsanto produz sementes convencionais – sendo dois cultivares de soja, três de milho e um de algodão – e as transgênicas. Nessa categoria estão um cultivar de soja, seis de milho e quatro de algodão. A empresa ainda fabrica o herbicida Roundup, à base de glifosato, o mais vendido em todo o mundo. Para a Bayer, a fusão significa mais acesso a sementes, inclusive transgênicas, de soja e trigo. Para a Monsanto, é completar sua linha de produtos com mais de 80 agroquímicos hoje produzidos pela alemã. Não é a toa que esses conglomerados, além da Basf, Dow e Du Pont, maiores fabricantes de agroquímicos do mundo, vêm adquirindo empresas de sementes nos últimos anos. Além de reduzir o custo de produção de itens diferentes quando se trata de uma mesma companhia – a chamada economia de escopo –, a empresa ganha também ao vendê-los para o mesmo cliente por meio de supostas facilidades. É o que acontece quando o produtor rural compra sementes e agroquímicos do mesmo fabricante acreditando estar economizando. Em geral, porém, o desconto no preço da semente está embutido no preço do agrotóxico. ⁴³

Segundo a pesquisa da Prof.^a. Dr.^a Larissa Mies Bombardi (2017) - que recentemente teve que sair do país devido as ameaças sofridas devido as suas denúncias sobre o uso de agrotóxicos – o Brasil consome cerca de 20% dos agrotóxicos no mundo, em 2014 o consumo já havia subido 135% em 15 anos e alcançou 500.000 toneladas. A soja consumia em 2017 mais da metade do

⁴¹ <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/27/compra-da-monsanto-pela-bayer-aumenta-vulnerabilidade-da-seguranca-alimentar-no-mundo/?platform=hootsuite>

⁴² <https://www.sindsep-pe.com.br/noticias-detalle/fusao-entre-bayer-e-monsanto-deve-agravar-inseguranca-alimentar-no-brasil-diz-professor/6822#.YhYC7OjMLrc>

⁴³ <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/19/fusao-entre-bayer-e-monsanto-deve-agravar-inseguranca-alimentar-diz-professor/>

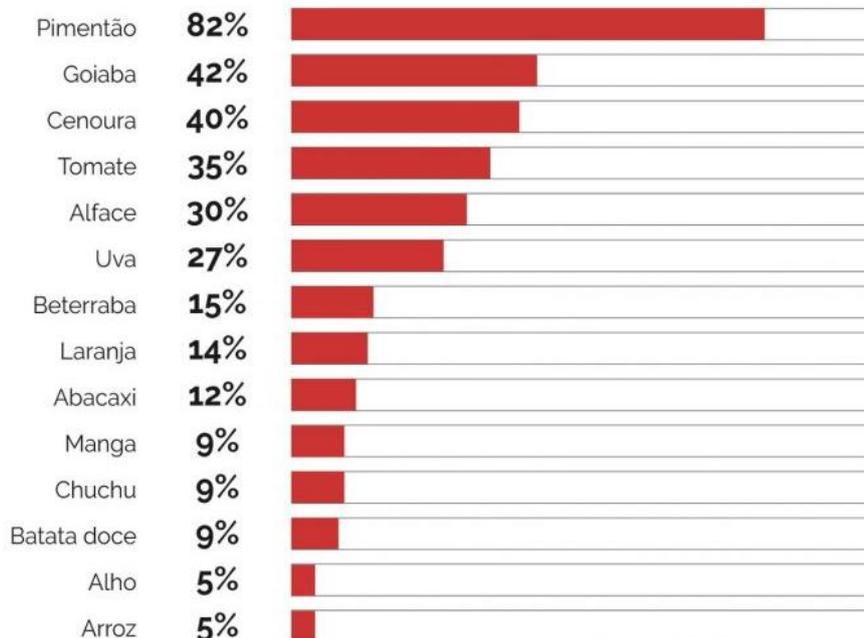
volume de agrotóxicos usados no Brasil, somado a cana-de-açúcar e milho esse percentual chega a 72%.

De acordo com GURGEL, GUEDES e FRIEDRICH (2021), o governo de Jair Bolsonaro atuou nos dois primeiros anos para alterar a regulação no uso de agrotóxicos no Brasil nas seguintes frentes: a) **Liberação de agrotóxicos** – formando um total de 997 agrotóxicos, 61,8% eram de origem chinesa, 14,88% desses produtos estão classificados como extremamente tóxicos (grupo I) e 8,69% como altamente tóxicos (grupo II); b) **Reavaliação toxicológica de agrotóxicos** – a formação de uma Força Tarefa de lobistas do agronegócio garantiram a permanência do registro do Tiram, Glifosato, Abamectina e 2,4-D, mesmo contra as evidências de danos graves, potencialidade cancerígena e potencialmente irreversíveis para a saúde humana em diversos estudos de diferentes Universidades, Fundação Oswaldo Cruz, Agência Internacional de Pesquisa em Câncer – IARC, dentre outras; c) **Mudanças nos procedimentos de avaliação de toxicidade, risco e comunicação de risco** - Projeto de Lei (PL) nº 6.299/2002 com o objetivo de simplificar de regras e normas para registro, avaliação e uso de agrotóxicos no Brasil, materializadas; d) **Liberação tácita de agrotóxicos** – com o prazo máximo de 60 dias para o Ministério da *Agricultura, Pecuária e Abastecimento* deferir ou indeferir o registro de liberação do agrotóxicos, em caso de descumprimento do prazo o agrotóxico seria liberado sem qualquer análise, com tudo o Supremo Tribunal Federal impugnou a portaria; e) **Flexibilização das regras de pulverização aérea** - a redução da distância de segurança mínima de 500 para 250 metros para a pulverização aérea de fungicidas agrícolas e de óleo mineral na cultura da banana; f) **Liberação do uso de agrotóxicos proibidos no Brasil em casos de emergência fitossanitária** – liberação para produção, distribuição, comercialização e uso de agrotóxicos e afins que não possuem uso autorizado no país em caso m casos de emergência fitossanitária ou zoossanitária sem qualquer estudo do impacto ambiental e a saúde humana; g) **Revisão da Portaria de Potabilidade da Água** – a portaria prevê o monitoramento de apenas 40 parâmetros de agrotóxicos apesar de existirem mais de 500 autorizados no Brasil e não considera o efeitos acumulativos ou mesmo um limite de concentração da amostra. A portaria exclui ainda o 2,4-D, um dos agrotóxicos

mais consumidos no país; e) **Autorização da queima de resíduos de agrotóxicos em fornos de cimenteiras** – O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) autorizou a queima de agrotóxicos organoclorados em fornos rotativos de produção de clínquer, prática banida em praticamente todos os países “devido à sua elevada capacidade de bioacumulação em organismos vivos e de permanência no ambiente por longos períodos, além de muitos destes estarem associados a problemas como câncer e desregulação hormonal” (GURGEL, GUEDES e FRIEDRICH, 2021, 153) .

O uso de agrotóxicos no Brasil vai muito além dos números oficiais quando se leva em consideração a ausência de fiscalização e um vasto mercado de importação e comercialização ilegal desses produtos. É fato que a utilização de agrotóxicos no Brasil ocorre de forma ampla e praticamente irrestrita, o resultado é a contaminação da terra, da água, dos animais e dos alimentos.

Gráfico 09 - Alimentos com agrotóxicos proibidos ou acima do permitido segundo a ANVISA, 2018



Fonte: Programa Nacional de Resíduos de Agrotóxicos PARA/ANVISA

Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/10/laranja-pimentao-e-goiaba-alimentos-campeoes-de-agrotoxicos-acima-do-limite/registr>

É importante considerar que a concentração de agrotóxicos tolerados no Brasil é muitas vezes maior do que no países da União Europeia. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) testou 27 produtos e registrou em 16 deles a presença de resíduos de agrotóxicos em alimentos ultraprocessados: Bebida de soja – Naturis; Cereal matinal – Nesfit; Salgadinhos - Baconzitos e Torcida sabor queijo; Bisnaguinhas - Pullman, Panco, Wi.⁴⁴ A presença dos agrotóxicos se dá também na água e no leite materno.

Com base de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, a Agência Pública⁴⁵ revelou que ocorreram 45,7 mil atendimentos de intoxicações por agrotóxico entre 2010 e 2019, destes casos em 29,4 mil houve a confirmação da relação da intoxicação com o contato a um agrotóxico, sendo que 1,8 evoluíram a óbito. A agência revela ainda que houve 14.296 tentativas de suicídio e 1.586 suicídios com agrotóxicos.

O paraquate, o único agrotóxico banido no país nos últimos anos 3 anos, deixou seu rastro de morte no campo brasileiro. Mesmo assim, o paraquate foi defendido pelos lobbistas da Aprosoja sob alegação que o setor teria um prejuízo de R\$ 500 milhões por ano se este agrotóxico fosse retirado do mercado

A Anvisa começou a reavaliar o paraquate em 2008, e em 2017 decidiu que o produto seria banido em setembro de 2020 por ele estar associado ao desenvolvimento de mutações genéticas e à doença de Parkinson.

O paraquate foi criado pela Syngenta, empresa de origem suíça recentemente comprada pelo grupo chinês ChemChina, mas é proibido no país de origem desde 1987, em toda a União Europeia desde 2017 e na China desde 2015. Ele é produzido nesses países apenas para exportação. Nossa reportagem denunciou que esse produto estava sendo “desovado” no Brasil. O paraquate é tão mortal que é necessário apenas um gole para tirar a vida. Por isso, o produto agrícola vem sendo utilizado também como veneno. Das 138 mortes por ingestão de paraquate, 129 foram registradas como suicídio. Uma a cada quatro pessoas intoxicadas pelo produto acabou morta. Agência Pública/Repórter Brasil, 2020, 9.

⁴⁴ <https://saude.abril.com.br/alimentacao/tem-agrotoxico-ate-em-alimentos-ultraprocessados/>

⁴⁵ <https://apublica.org/2020/09/exclusivo-agrotoxicos-paraquate-e-glifosato-mataram-214-brasileiros-na-ultima-decada/>

O Instituto Nacional do Câncer – INCA ligado ao Ministério da Saúde lista os principais efeitos à saúde provocados pelo uso de agrotóxicos através da divisão em dois grupos: efeitos agudos que possuem aparecimento rápido e efeitos Crônicos que surgem após exposições repetidas a pequenas quantidades de agrotóxicos por um período prolongado. Entre os efeitos agudos são relatados os sintomas: a) através da pele - Irritação na pele, ardência, desidratação, alergias; b) através da respiração - ardência do nariz e boca, tosse, coriza, dor no peito, dificuldade de respirar; c) através da boca - irritação da boca e garganta, dor de estômago, náuseas, vômitos, diarreia; d) outros sintomas tais como: dor de cabeça, transpiração anormal, fraqueza, câimbras, tremores, irritabilidade. Os efeitos crônicos relatados podem ser: a) dificuldade para dormir b) esquecimento, c) aborto, impotência, d) depressão, e) problemas respiratórios graves, f) alteração do funcionamento do fígado e dos rins, g) anormalidade da produção de hormônios da tireoide, dos ovários e da próstata, h) incapacidade de gerar filhos, i) malformação e problemas no desenvolvimento intelectual e j) físico das crianças. l) Estudos apontam grupos de agrotóxicos como prováveis e possíveis carcinogênicos (ANVISA, 2018).⁴⁶

Diante da enorme quantidade de estudos que revelam os agravados a saúde pública provocada pelo uso de agrotóxicos, limites rigorosos na concentração desses produtos e até mesmo banimento de muitos princípios ativos foram adotados pelos países da União Europeia. Contudo, isso não impediu que toneladas de agrotóxicos proibidos na União Europeia fossem fabricados no pelas empresas do bloco econômico para serem desovados no Mercosul, denuncia a Prof.^a Dr.^a Larissa Mies Bombardi (2021)⁴⁷.

O resultado da violência química na Argentina foi registrado através do ensaio e documentário “Custo Humano”⁴⁸ do fotógrafo argentino Pablo Piovano. Durante dois anos Piovano fotografou os efeitos do glifosato nas províncias de Misiones, Córdoba, Entre Rios e Chaco. O resultado desse ensaio é o registro

⁴⁶ <https://www.inca.gov.br/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxicos>

⁴⁷ <https://reporterbrasil.org.br/2021/06/acordo-com-uniao-europeia-vai-ampliar-uso-de-agrotoxicos-e-desmatamento-diz-pesquisadora-que-teve-de-deixar-o-brasil/>

⁴⁸ <http://www.pablopiovano.com/el-costos-humano.html#Siguiente>

de adultos e crianças gravemente adoecidas, com malformação ou mesmo em estado termina.

Figura 10 - Ensaio "Custo Humano" de Pablo Piovano, 2014-2019







Fotos: Pablo Piovano, 2014-2019

Disponível em: <http://www.pablopiovano.com/el-costo-humano.html#Siguiete>

Parceiro do rastro de envenenamento provocado pelos agrotóxicos, o uso de sementes transgênicas faz parte do pacote tecnológico e reforça o poder das corporações no campo no também lucrativo mercado de patentes em meio ao mercado de *commodities*. Embora haja uma carência de números oficiais, estima-se que o Brasil é o segundo país do mundo no cultivo de plantas transgênicas, ocupando assim uma área de 51,3 milhões de hectares, o equivalente a 27% da produção mundial e a aproximadamente 70% da área cultivável brasileira. 97% da soja produzida no Brasil é transgênica, seguido do milho com 88,9% e algodão com 84% da produção.

A defesa do uso de transgênicos tinha como base o argumento da sua maior produtividade como forma de ampliar a oferta de alimentos, no entanto, o crescimento do cultivo dos transgênicos ocorre no modelo das *commodities flex* e em substituição dos cultivos de feijão, arroz e mandioca. Além disso,

Para atestar este fato, podemos citar um informe publicado em 3 de maio de 2001 pelo Dr. Charles Benbrook, do Centro de Ciência e Política Ambiental do Noroeste, de Idaho (EUA), que confirma os resultados de outros estudos do mesmo centro de pesquisa. **O trabalho mostra que a produtividade da soja transgênica é, em média, 2 a 8% menor do que das variedades convencionais.**

Um outro estudo, da Universidade de Nebraska (EUA), conduzido por dois anos, também colocou em xeque as vantagens das plantações de soja *Roundup Ready*, da empresa Monsanto, modificada para ser resistente ao herbicida glifosato (ou *Roundup*), da mesma empresa. **Ao comparar plantações alteradas e não-alteradas, o estudo mostrou que as colheitas foram de 5% a 10% maiores para os cultivos não-transgênicos (Folha de São Paulo, 03/08/01).**

O caso dos cultivos *Bt* é parecido. Estudos de Hal Wilson, do Departamento de Entomologia da Universidade do Estado de Ohio (EUA) indicam, após três anos de comparação, que **não há diferença de produtividade entre os cultivos *Bt* e os convencionais.**

De todas as pesquisas independentes às quais tivemos acesso, a única que relata aumentos de produtividade relacionados ao uso de sementes *Bt* foi um estudo publicado em novembro de 2001 por Charles Benbrook. Ele relata os resultados econômicos do cultivo de milho *Bt* nos Estados Unidos durante o período de 1996 a 2001. Benbrook constata que o milho *Bt* foi capaz de proporcionar ganhos de produtividade da ordem 6,95 milhões de toneladas, mas que este **ganho não compensou o aumento dos custos de produção**, o que resultou para os agricultores

americanos um prejuízo líquido de US\$ 92 milhões ao longo deste período. LONDRES, 2000, 1.

A defesa dos transgênicos também se utiliza do argumento que os cultivos possuem maior resistência a praga. Para tanto

Segundo o Departamento de Agricultura do Governo Americano (USDA, na sigla em inglês) a soja modificada tolerante a herbicida (toda a soja transgênica plantada) **requer em média 11% mais agrotóxicos do que a soja convencional para controlar o mato, havendo zonas onde se têm utilizado até 30% mais.** O informe do Dr. Charles Benbrook, citado acima, também relata como **o aumento massivo da utilização de um só herbicida fez aumentar resistência do mato ao agrotóxico**, o que levou os agricultores, naturalmente, a usarem maiores quantidades do herbicida para compensarem sua perda de eficácia.

Dados anteriores de outros institutos mostram que **o aumento no uso do herbicida está deixando resíduos até 200 vezes maiores nos alimentos processados que contêm soja**, que representam mais de 60% dos produtos que compramos em qualquer supermercado.

No caso das plantas *Bt* a história é um pouco diferente, mas o resultado não. Nos EUA, por exemplo, o milho *Bt* foi desenvolvido para matar lagartas que só causam dano econômico uma vez a cada 4 anos (intervalo que chega, às vezes, a até 8 anos). **A partir da intensa propaganda feita pelas indústrias, o país adotou o milho *Bt* em larga escala.** Na prática isto significa pagar, todos os anos, por um controle que só seria necessário uma vez a cada 4 (ou 8) anos. Além disso, outro estudo do governo americano indica que, no período entre 1995 e 1998, **embora a área semeada com cultivos *Bt* tenha aumentado em 18%, a redução no uso de inseticidas foi só de 2%.** Muitos cientistas apontam que mesmo esta redução é totalmente irrelevante, considerando que em 1995 houve uma grande infestação de lagartas que exigiram um maciço uso de agrotóxicos, enquanto em 1998 a infestação foi 20 vezes menor.

Há também demonstrações de que **o algodão *Bt* aumenta o ataque de percevejos.** Relatórios de campo recentes indicam que os cultivos de algodão *Bt* em Carolina do Norte e Georgia (EUA) estão sendo infestados percevejos, que estão devorando as lavouras. Além da toxina *Bt* não matar os insetos, eles aparentemente adoram as plantas mutantes. A recomendação da Monsanto, colocada no seu site *Farmsource*, é a de pulverizar as pragas com pesticidas tóxicos, entre eles o *methyl parathion*, um dos químicos mais mortais usados na agricultura americana.

Dois renomados pesquisadores da atualidade, Miguel Altieri (Universidade da Califórnia, Berkeley) e Peter Rosset (Food First), explicam de forma bastante clara a causa destes fenômenos. Segundo eles, as plantas transgênicas que produzem seu próprio inseticida seguem a mesma lógica dos inseticidas químicos, que muito rapidamente deixam de ter efeito devido à resistência que as pragas adquirem. **No lugar do falido modelo “para cada nova praga, um novo inseticida”, a engenharia genética enfatiza uma aproximação ao modelo “para cada nova praga, um novo gene”.** E, segundo estes autores, já foi exaustivamente provado em laboratório que as espécies praga se adaptam e adquirem resistência ao inseticida presente na planta muito rapidamente. **Neste sentido, as novas variedades irão, inevitavelmente, fracassar no curto ou médio prazo.** Especialmente porque, de uma maneira geral, quanto maior a pressão de seleção através do tempo e do espaço, mais rápida e mais profunda é a resposta evolucionária da praga. Ou seja, **quando o produto é engenheirado dentro da própria planta, a exposição da praga à toxina salta de mínima e ocasional para massiva e contínua, acelerando o desenvolvimento da resistência dramaticamente. Dessa forma, o próprio Bt se tornará sem serventia muito rapidamente (Altieri e Rosset, 1999).**

Há ainda uma outra consequência dos transgênicos que vem levando, em alguns casos, ao maior uso de agrotóxicos – **os cultivos transgênicos, especialmente aqueles de polinização aberta ou cruzada, contaminam os cultivos vizinhos.** Há um exemplo bastante forte deste fenômeno verificado no Canadá em 2001: três tipos de canola transgênica, cada uma modificada para resistir a um tipo de herbicida, cruzaram entre si produzindo novas variedades resistentes a vários herbicidas. Ao invés de ajudar os agricultores a evitar as plantas invasoras, **a própria canola transgênica se transformou na planta invasora. Essa nova superpraga, que não pode ser eliminada pela maioria dos herbicidas, está se espalhando por campos de trigo e por áreas onde não são desejadas pelos agricultores.**

Se os transgênicos não são mais produtivos. Se exigem sempre novos gastos na renovação de sementes. Se há um progressivo gasto em agrotóxicos e adubos químicos. Se há comprovadamente consequências ambientais e agravos a saúde humana. Por que se intensifica o uso de agrotóxicos e transgênicos no Brasil? Reforçamos a nossa tese que o agronegócio possui caráter prioritariamente especulativo. É com base no volume de insumos agrícolas consumidos no Brasil e no mundo que empresas como Bayer, Monsanto e Basf se rentabilizam no mercado financeiro. Quanto maior for a expectativa futura de ampliação no uso de agrotóxicos, maior será o giro

especulativo na venda de derivativos. A subsunção da terra e sua produção ao mercado garantem uma massa de ativos a serem especulados no mercado financeiro. O capital concentrado e centralização via poder dos monopólios mundiais possibilita mais capacidade de especulação. Os pacotes tecnológicos colocaram em relevo o caráter dependente do agronegócio nos países periféricos em relação ao capital das grandes corporações. Estas, por sua vez, investem fortemente no lobby empresarial, político e científico para comandar o Estado em direção aos seus interesses.⁴⁹ Com o controle do sistema de crédito, a compra das sementes transgênicas ocorre consorciada ao uso de agrotóxicos, ampliando obrigatoriamente seu uso.

Em junho de 2021, a Bayer lançou um novo modelo de semente transgênica para a soja *Intacta 2 Xtend* com a promessa, mais uma vez, de ser 3,2 vezes mais produtiva e mais resistente a pragas e ervas daninhas. O **custo inicial** por hectare dessa nova semente é de R\$ 173,00 por hectare, mas em seu lançamento foi comercializada a R\$ 150,00 por hectare⁵⁰. Segundo a Embrapa, a área plantada de soja no Brasil totalizou 38,502 milhões de hectares. Caso toda área plantada de soja no Brasil fosse plantada com a nova semente da Bayer pelo preço mais baixo, o **custo inicial** seria de R\$ 5,775 trilhões⁵¹. A conta do agronegócio não fecha se não fossem os volumosos aportes financeiros e isenções do Estado e o lucro, para as grandes corporações o lucro é astronômico.

⁴⁹ O relator do Projeto de Lei 6299/2002^o, a chamada “PL do Veneno”, deputado federal Luiz Nishimori (PL-PR) recebeu R\$ 380 mil de empresários e executivos do agronegócio na campanha eleitoral que o elegeu à Câmara dos Deputados em 2018. Com doações que ocorreram dentro da lei eleitoral e registradas na Justiça Eleitoral, o deputado recebeu R\$ 80 mil de Anildo Kurek, sócio da FTS Sementes e da Elaine Agropecuária que se somou a mais outros cinco empresários do agro doaram R\$ 50 mil, e quatro pagaram R\$ 25 mil. A informação foi divulgada pelo Jornal Brasil de Fato em 10 fevereiro de 2022 e a matéria completa está disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/10/relator-do-pacote-do-veneno-recebeu-r-380-mil-de-10-empresarios-do-agro-na-campanha-de-2018>

⁵⁰ <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Soja/noticia/2021/06/bayer-lanca-soja-intacta-2-xtend-com-custo-inicial-por-hectare-de-r-17310.html>

⁵¹ <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>

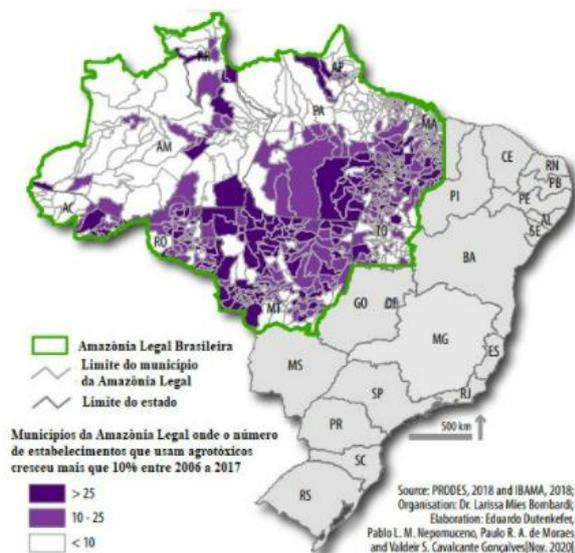
Ideologicamente, os apologistas do agronegócio atuam para colocar como necessidade social os interesses privados, deslocando do plano social os debates em torno da questão agrária para esfera tecnológica e econômica. Após o Golpe de 2016, os debates da reforma agrária e soberania alimentar sumiram do debate público mais amplo.

É uma coisa curiosa esta da tecnologia. Porque não temos um problema tecnológico, temos um problema social, que é a fome. A gente não resolve problemas sociais com tecnologia. Recentemente foi desenvolvido um feijão transgênico. Mas a realidade é que a área plantada de feijão no Brasil diminuiu 30%. Então a gente precisa de transgenia ou de segurança alimentar? Ou de distribuição de terra, de acesso à terra? Não é porque algo é tecnológico que é bom. Essa crença recente da humanidade que diz que tudo o que é moderno é bom também é fruto deste modo de pensar. A tecnologia não resolveu a única constância do início da Revolução Verde até agora: 1/6 da humanidade, 800 milhões de pessoas, passam fome hoje. A tecnologia não resolve um problema que é de ordem social. O problema do acesso ao alimento não é de produtividade, é de acesso, é ter renda para se alimentar. Tecnologia não é só maquinário, é biotecnologia, o desenvolvimento das sementes, é esse conjunto todo químico e biotecnológico que inclui os agrotóxicos. E isso tem contaminado a água, o ar, o solo, as pessoas e tem servido para alimentar o setor agroquímico, as *tradings* desse comércio e os grandes produtores de *commodities*. BOMBARDI, 2021,05.⁵²

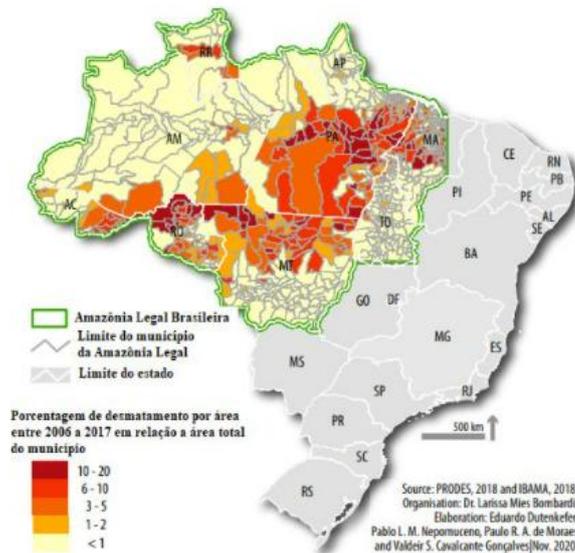
Ao mapear o rastro de violência deixado pelo uso de agrotóxicos e transgênicos no Brasil, podemos observar como a barbárie do capital em crise se espalha no campo em associação com outras formas de destruição.

⁵² <https://ojoioetrigo.com.br/2021/06/mais-cancer-mais-alteracoes-hormonais-mais-intoxicacoes-e-mais-contaminacao-ambiental/>

Mapa 02

Agrotóxicos na Amazônia Legal

Mapa 03

Desmatamento na Amazônia Legal

Fonte: PRODES e Ibama, 2018

Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/06/acordo-com-uniao-europeia-vai-ampliar-uso-de-agrototoxicos-e-desmatamento-diz-pesquisadora-que-teve-de-deixar-o-brasil/>

Na sobreposição entre os dois mapas acima revela-se uma clara correlação entre a área desmatada e o uso de agrotóxicos na Amazônia Legal. Na medida em que se expande a fronteira agrícola, o modelo do agronegócio enraíza suas práticas de produção. A destruição da Amazônia Legal amplia o mercado de agrotóxicos.

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe, a Amazônia registrou entre janeiro e outubro de 2020 maior número de focos de incêndio do que 2019 inteiro com o total de 89.604 focos. O bioma do Pantanal sofreu ainda mais com as queimadas:

O mês de setembro de 2020 teve quatro vezes mais focos do que a média histórica para o mês. Ao longo do ano, cerca de 30% do Pantanal foi queimado. Os municípios mais atingidos foram Corumbá (MS) (mais de 8 mil focos), Poconé (MT) (5,5 mil focos) e Cáceres (MT) (2,7 mil focos), áreas de expansão da fronteira agrícola.

Com o desmonte dos órgãos de fiscalização ambiental após o golpe de 2016, as queimadas nas áreas de reserva florestal vão deixando suas marcas

de destruição e morte, provocam desequilíbrios em biomas já afetados pelos ciclos anteriores de desmatamento e o aquecimento global. A capacidade de destruir em escala industrial como em risco a condição de vida inúmeros povos originários que tem na floresta seu modo de vida.

As consequências para os povos indígenas são evidentes. Segundo o sítio *Repórter Brasil*, cerca de 60% das terras indígenas já foram atingidas por mais de 115 mil focos de incêndio até 29 de outubro deste ano. Watatakalu Yawalapiti, do Parque do Xingu, alertou: “perdemos muitas lideranças, nosso povo tá morrendo [de covid-19] e, para piorar a situação, nossa casa, que é nossa farmácia e nosso supermercado, está pegando fogo”.⁵³

O relatório “Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2020” publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) revela que nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro houve um aumento nas invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio em terras indígenas na ordem de 137%. Durante a Pandemia de COVID-19 a invasão de terras por grileiros contribuiu para proliferação do vírus, ao todo até outubro de 2021 foram contabilizados mais de 60 mil infectados pelo novo corona vírus e 1.227 mortes⁵⁴. O número de assassinatos também possui números assustadores:

Ao todo, foram registrados 182 assassinatos de indígenas pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) em 2020. Esse é o maior número em 25 anos. A violência também se reflete no número de invasões de territórios indígenas. Em 2020, os conflitos territoriais atingiram 145 povos. Quanto aos conflitos relativos a direitos territoriais o aumento em relação a 2019 chegou a 174%. (...) Ao todo, foram registrados 182 assassinatos de indígenas pela Secretaria Especial de Saúde

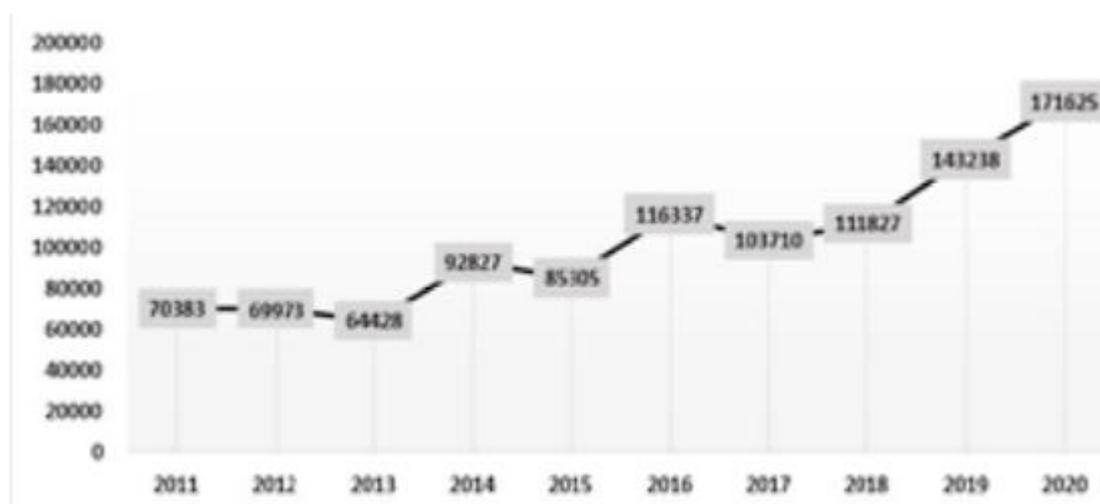
⁵³ <https://cienciahoje.org.br/artigo/genocidio-indigena-e-ecocidio-no-brasil/>

⁵⁴ A Ordem dos Advogados do Brasil - OAB enviou a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Covid a denúncia contra o presidente Jair Bolsonaro por Genocídio Indígena. A OAB cita no relatório o envio de cloroquina aos distritos de saúde indígena como forma de combate a COVI-19, medicamento comprovadamente ineficaz para esse fim. O exército brasileiro distribuiu 16.000 comprimidos de cloroquina (150 mg) para as equipes de saúde nas comunidades e mais 33.000 comprimidos de cloroquina para o DSEI-Yanomami. A notícia foi publicada no site da ABRASCO em 19 de outubro de 2021 e pode ser acessada em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/genocidio-dos-povos-indigenas-oab-envia-relatorio-a-cpi-da-pandemia/62699/>

Indígena (Sesai) em 2020. Esse é o maior número em 25 anos. A violência também se reflete no número de invasões de territórios indígenas. Em 2020, os conflitos territoriais atingiram 145 povos. Quanto aos conflitos relativos a direitos territoriais o aumento em relação a 2019 chegou a 174%. CORREIO BRASILIENSE, 2021, 1,⁵⁵

A violência do agronegócio se propaga também nos conflitos por terra, acampamentos, ocupações, retomadas e posse. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra – CPT⁵⁶ entre 2011 e 2020 existiram 10.077 ocorrências de conflitos por terra. O gráfico abaixo mostra que o conflito por terras está em crescimento na última década, e nos dois primeiros anos do Governo Bolsonaro já apresentou os maiores índices em sua série histórica.

Gráfico 10 - Conflitos por terra no Brasil, 2011 - 2020



Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2018

O capital se serve da estrutura concentradora de terras no Brasil para expansão da monocultura para o mercado de *commodities*. Os dados sobre a estrutura fundiária brasileira mostram que 45% da área produtiva concentra

⁵⁵ <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/10/4959066-assassinatos-de-indigenas-aumentaram-mais-de-60-na-pandemia-aponta-relatorio.html>

⁵⁶ <https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14242&catid=41&m=0>

propriedades com mais de mil hectares e representam apenas 0,91% dos imóveis rurais⁵⁷.

O Brasil possui 453 milhões de hectares sob uso privado, que correspondem a 53% do território nacional. Segundo dados do Atlas da Agropecuária Brasileira, um projeto do Imaflora em parceria com o GeoLab da Esalq/USP, 28% das terras privadas têm tamanho superior a 15 módulos fiscais. Os latifúndios brasileiros seriam o 12º maior território do planeta, com 2,3 milhões de km² se formassem um país. Apenas com nossas terras improdutivas poderíamos ainda formar outro país de dimensões continentais: os 66 mil imóveis declarados como “grande propriedade improdutiva”, em 2010, totalizavam 175,9 milhões de hectares. Sozinho, este estoque de terras seria suficiente para suprir a demanda por reforma agrária e conceder títulos aos 809.811 produtores rurais sem-terra. BASSI, 2018, 14

O desmatamento desenfreado na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal juntamente com o genocídio dos povos originários e o extermínio da unidade de produção camponesa fazem parte da agenda da barbárie do capital (agronegócio) no campo. Podemos afirmar que em todas as fases anteriores de expansão, mortes e genocídios acompanharam o desenvolvimento do capital tal qual a Marcha para o Oeste nos Estados Unidos ou mesmo a invasão colonialista europeia na América Latina. A novidade histórica é que a expansão do capital ocorre em disjunção com seu ciclo produtivo, em consonância com sua autorrealização destrutiva e o abandono do caráter civilizatório ou humano da burguesia (mesmo que suas práticas tenham sido constantemente bárbaras). O capital dissimula sua crise e opera a barbárie no plano da normalidade, banaliza-se a vida, nega-se o humano, tudo em detrimento do lucro.

⁵⁷ Atlas do Agronegócio, 2018

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise estrutural não pode ser mais ignorada, não é mais possível pensar qualquer estabilidade dentro do sistema que se edificou sobre antagonismos estruturais que se encontram conflituosamente em ruínas. Não é possível mais pensar no horizonte histórico sem enfrentar o desafio posto pela ativação dos limites absolutos do capital. A crise é permanente no capitalismo contemporâneo e exportou a barbárie da destruição autorrealizada para todas as partes do planeta. Não há outra alternativa para a humanidade senão pensar uma mudança substantivamente radical ao sistema.

Quando escreve “Para Além do Capital” analisando mais de duas décadas do desenvolvimento capitalista contemporâneo, o filósofo István Mészáros parte da problemática que se apresenta na história para tecer sua *crítica* ao movimento de produção do valor. É impensável pensar hoje as condições de vida humana sem levar em consideração a única forma como o capital consegue se relacionar com elas.

Isso não vale apenas para as exigências de energia da humanidade ou para administração dos recursos naturais e dos potenciais químicos do planeta, mas todas as facetas da agricultura global, inclusive a devastação em grande escala das florestas a maneira irresponsável de tratar o elemento sem qual nenhum ser vivo pode sobreviver: a água. MÉSZÁROS, 2013, 253.

O horizonte de destruição incontrolável e degradação da condição humana que se apresentam tanto no campo, como mostramos exaustivamente no tópico anterior, quanto na cidade no que diz respeito a massa mundial de trabalhadores precarizados, desempregados crônicos, escravizados e o lumpen, uma massa de sujeitos desassujeitados, supérfluos e necessários a máxima extração de mais-valor (lucro).

No mesmo contexto em que Mészáros (2013) identifica que os limites estruturantes do capital já não podem ser mais desprezados, David Harvey (2005) adota os “ajustes espaciais” como veículo de fuga das crises.

A tese do ajuste espacial somente tem sentido se relacionada com a tendência expansiva do capitalismo, entendida teoricamente mediante a teoria marxista da queda da taxa de lucros que produz crises de superacumulação (Harvey, 1999). Tais crises manifestam-se em excedentes simultâneos de capital e de força de trabalho sem que aparentemente exista nenhuma forma de coordená-los para realizar alguma tarefa socialmente produtiva. Portanto, se a desvalorização (e mesmo a destruição) de capital e de força de trabalho não se seguirem, então devem ser encontradas formas para absorver o excedente. Expansão geográfica e reorganização espacial são a saída possível. HARVEY, 2005, 2.

Se ponto de partida de Harvey e Mészáros é o mesmo: a crítica ao processo de exploração da força de trabalho; eles se diferem na medida em que Mészáros observa na história as contradições internas do sistema em seu movimento interno de produção de antagonismos insuperáveis ao passo que Harvey observa um capitalismo fragmentado espacial de forma que as formações das crises cíclicas podem ser solucionadas pela reorganização e expansão do capital em processos predatórios e desapossamento. David Harvey entende que há um “lado de fora” geográfico do próprio sistema que pode ser atacado pelo capital.

Para David Harvey, o entendimento das crises do capital perpassa pela leitura da acumulação por espoliação. O capital, segundo esta direção, buscaria formas externas ao seu ciclo de produção (P-D-C-C) para garantir a acumulação. Harvey retoma ainda a leitura de Rosa Luxemburgo que a crise do capital está ligada ao subconsumo e a sobreacumulação, assim o sistema do capital estaria em crise por não conseguir absorver de forma lucrativa os excedentes produzidos. Nesta direção, a espoliação consiste no mecanismo interminável de obtenção de riquezas.

A sobreacumulação, lembremos, é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo-chave aqui é, no entanto, excedentes de capital. O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. HARVEY, 2004, 124

Numa leitura acurada sobre Harvey já observamos que Fontes (2010) questiona essa suposta exterioridade ao capital. Em nossa tese corroboramos com a teoria que o processo de acumulação de capital não aponta somente a manutenção de formas capitalista de produção. Dialeticamente, o capital articula diferentes formas de extração de mais valor e controle das riquezas naturais, associando novas e velhas práticas de acumulação.

Em nossa investigação, nos parece claro que justamente no período em que Harvey “descobre” o ajuste espacial é justamente quando ele não é mais possível de existir. No plano de fundo deste debate está a capacidade de reprodução do capital e a existência, ou não, de uma crise estrutural do capital a partir da ativação dos limites absolutos, como aponta Meszaros (2011). David Harvey tem uma notória contribuição para ciência geográfica, sendo uma voz importante na crítica ao modo de produção de capitalista e as suas contradições manifestas espacialmente. Vale ressaltar, como aponta **CONCEIÇÃO (2009)**, a trajetória de Harvey é marcada por transformações profundas na construção do seu pensamento.

A teoria do “ajuste espacial” é uma das principais contribuições de Harvey para a análise geográfica da expansão imperialista do capital, mas ainda se encontram os mesmos sintomas de uma certa fixação no concreto como físico, como realidades concretas específicas (posta em contraposição ao *abstrato universal* onde funda a dialética que permite entender as contradições do capital), que demarcará toda uma perspectiva da crítica geográfica (“[...] o exame atento de suas obras revela que ele [Marx] reconheceu que a acumulação de capital ocorria num contexto geográfico, criando tipos específicos de estruturas geográficas”) (Menezes, 2016, 249)

O capital atua de forma imperialista, retirando barreiras para dominação do capital fictício, promovendo explicitamente a barbárie, (re)desenhando os conflitos na atual geopolítica mundial. Ao dissimular a barbárie do capital e conseqüentemente da sua crise estrutural, Harvey nega a totalidade das relações no sistema do capital, e autodestrutiva relação capital-trabalho-Estado. Não por acaso, a leitura de Harvey é adotada para negação da análise marxiana no esteio da teoria decolonial, o que abre caminhos “conciliatórios” ao sistema que não esconde a (ir)racionalidade da barbárie.

Por outro caminho, Menezes (2016) nos mostra que a leitura da crise na Geografia dos anos 1960-1970 inverteu o sentido teórico-crítico, absorvendo a crise do capital como crise da própria Geografia, ou crise da fragmentação do pensamento Geográfico.

Diante da necessidade de positivação do espaço, a partir da negativa da dialética do trabalho, a identificação da *crise real* como *crise disciplinar* fora admitida sem qualquer constrangimento autocrítico⁹. O pressuposto de que o desenvolvimento da teoria geográfica – baseada em sua epistemologia própria, seu método próprio e seu objeto próprio – pudesse nutrir o geógrafo de potencial explicativo e ativo perante o real, que é contraditório e crítico, tendeu a secularizar a herança estruturalista. (Menezes, 2016, p.16)

O debate estabelecido nessa perspectiva colaborou para o uso irrestrito e pouco criterioso do conceito de “ajuste” em razão da valoração da Geografia pelo âmbito do “espacial”. O conceito difundiu-se nas mais diversas concepções teórico-metodológicas da Geografia sob a alcunha da “criticidade” sem que fosse percorrido a fundo as implicações do seu significado. No que pese sua diversidade de abordagens e metodologias, a crise estrutural é dissimulada na própria Geografia, seja no vislumbre do espaço planejador do capital, seja pela absolvição acrítica da teoria pós-moderna de negação dos processos macrossociais e econômicos para abraçar o culturalismo e as pautas estritamente identitárias.

O acirramento das tensões sociais e geopolíticas, decorrentes, dentre outros processos, da própria imersão mundial na crise estrutural do capital e o domínio pujante das formas especulativas sobre o metabolismo do sistema lançaram a superfície formas ainda mais destrutivas de degradação do tempo histórico da humanidade. Subsumidos aos interesses ordem econômica, o braço político desse processo reacende em todo mundo movimentos de natureza fundamentalista, ultraliberal, ultradireitista ou ainda, fascista. Salvo as particularidades de cada movimento diante das condições históricas de seu país ou região de origem, há em comum nesses grupos - que já ocupam esferas importantes do poder estatal – uma readequação das mediações alienantes de segunda ordem face o fortalecimento de mecanismos de naturalização da barbárie. Sob o espectro da barbárie ocorre o (re)surgimento de mecanismos de superexploração do trabalhado, especulação total da vida humana a partir dos interesses da acumulação financeira (capitalismo financeiro) e aceleração do esgotamento dos recursos naturais com degradação galopante das condições de vida no planeta.

Assim, a passagem do domínio da “*sociabilidade a-social*” para uma “*sociabilidade anti-social*”, de caráter ainda mais destrutivo, exige um controle social e ideológico de forma mais ampla, atuando em todos os níveis, do mais simples ao mais refinado (MÉSZÁROS,2012). Afinal, “*há muitos modos pelos quais os diversos níveis do discurso ideológico se intercomunicam*” (MÉSZÁROS,2012, p. 59). Quanto maior for a cede de acumulação de capital com intensificação da exploração da força de trabalho em escala mundial, maior deve ser o aparato ideológico de legitimação e naturalização desse processo. Nessa toada, são gestadas, por exemplo, a retórica das políticas de austeridade, o discurso do empreendedorismo e a revalorização das causas indenitárias. Em outras palavras, a implementação do ultraneoliberalismo, com privatização quase que total de todas as condições e meios de vida; a exacerbação do indivíduo/individualismo em contraposição a luta classista; a fragmentação das lutas sociais e sua incorporação a esfera do consumo.

Sobreposta a crise estrutural, a ascensão do pensamento pós-moderno contribuiu para banalização da teoria, negação da ciência e a obsolescência do

pensamento crítico/reflexivo (CONCEIÇÃO, 2019). Por diferentes caminhos ou escolhas a incorporação do pensamento antimarxista, por intelectuais, mesmo no chamado campo progressista, e ideólogos referenciaram a rejeição da totalidade enquanto explicativa dos processos sociais e naturais em prol da fragmentação da realidade e do conhecimento.

A desconfiança gerada em torno no pensamento crítico/reflexivo somado ao modelo emancipatório do homem via lógica de mercado, com a supervalorização do indivíduo (anistórico, a-social e acrítico) formaram o arcabouço de desumanização das ciências e a rejeição das Ciências Humanas enquanto campo do conhecimento necessário para sociedade.

No capítulo 5 do livro *“Para além do capital”* o filósofo húngaro István Mészáros aponta que os limites absolutos estão ativados, não há outra alternativa ao sistema do capital que seja enfrentar seus imperativos destrutivos. Por sua natureza irreformável e incontrolável, a tentativa de racionalização e ocultação das suas fraturas esbarram no horizonte histórico cada vez mais nebuloso diante de crises cada vez menos espaçadas que revelam o sistema rumo ao seu colapso global e a ameaça às próprias condições de sobrevivência da humanidade.

Em agudo contraste com a articulação social predominantemente produtiva do capital da época de Marx, o capitalismo contemporâneo atingiu um estágio em que a disjunção radical entre produção genuína e autorreprodução do capital não é mais uma remota possibilidade, mas uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro. Ou seja, as barreiras para a produção capitalista são, hoje, suplantadas pelo próprio capital de formas que asseguram inevitavelmente sua própria reprodução – em extensão já grande e em constante crescimento – como *autorreprodução destrutiva*, em oposição antagônica à produção genuína. MÉSZÁROS, 2002, p. 699.

O caráter produtivo e até mesmo civilizatório do capital atingiu no atual momento histórico o papel de obstáculo para sua autorreprodução ampliada (MÉSZÁROS, 2002). Ao capital compete a dissolução dos seus limites estruturantes como processo autofágico de sua autorreprodução destrutiva mesmo com consequências sociais danosas, como ímpeto cada vez maior a

exploração do trabalho com desregulamentação das lei trabalhistas e ampliação da global do trabalho escravo, inclusive em países de capitalismo avançado. Em outras palavras, a radicalização do antagonismo entre a produção real de riquezas e a autorreprodução destrutiva do capital.

A desregulamentação das economias e liberalização das fronteiras consolidaram o domínio do capital fictício em escala mundial, subordinando os processos substantivamente produtivos às flutuações especulativas dos mercados financeiros. A partir do processo de mundialização do capital, a flexibilização das fronteiras nacionais permitiu trânsito cada vez mais fluido de capitais ao passo em que as grandes corporações e conglomerados internacionais se beneficiam e se protegem dos efeitos da crise no interior dos países de capitalismo avançado. O capital apátrida, ideologicamente signatário da globalização, promotor e usufruidor de seus efeitos mundiais, contraditoriamente, gesta movimentos, discursos e políticas antiglobalizantes.

De qualquer maneira, essa idealização do capitalismo e simultânea condenação do nacionalismo são não apenas hipócritas, mas inteiramente contraditórias. Os países capitalistas dominantes sempre defenderam (e continuam a defender) seus interesses econômicos vitais como combativas entidades nacionais, apesar de toda a retórica e mistificação em contrário. Suas companhias mais poderosas estabeleceram-se e continuam a funcionar pelo mundo afora; são “multinacionais” apenas no nome. Na verdade, são corporações *transnacionais* que se sustentariam por si mesmas. MÉSZÁROS, 2002, 229.

O recrudescimento das formas de exploração do trabalho, extração de mais valor e descontrole da acumulação financeira revelam (ir)racionalidade do capital dada ativação dos seus limites absolutos e o enraizamento da crise na estrutura de controle sociometabólica. Ao capital nenhum limite, controle ou referencial humano significativo é possível, a extrapolação da medida produtiva real

A captura do campo pelo mercado financeiro adensa o caráter concentrador de terras, monocultor, uso intensivo de agrotóxicos e contaminação em massa da população do campo e da cidade, sementes transgênicas, pauperização e expropriação da unidade de produção familiar,

genocídio dos povos originários e crescimento exponencial da força de trabalho escrava. Quanto maior o processo de modernização do capital, quanto mais avançado o desenvolvimento das forças produtivas, quanto mais intensa e rápida a fluidez no fluxo de capitais será maior a ânsia da extração de mais-valor. Para garantir o esse ritmo de exploração e acumulação o sistema do capital promove a universalização da sua barbárie. "Barbárie se tivermos sorte" (2007, 132) afirmou Mézàros uma vez que a ativação dos limites absolutos do capital põe no horizonte a destruição da humanidade.

No tempo da barbárie, a produção do lucro está dissociada do tempo humano: explorar, especular e lucrar no ritmo do mercado acionário que não dorme. A captura da produção genuína pela financeirização da economia de parasitou a riqueza socialmente produzida para fazer o sacrifício ao mercado. Os números das bolsas de valores mundiais especulam sobre a massa de trabalhadores ao redor do mundo. O poder das grandes corporações controla o consumo e a escassez mundial de alimentos, controla também a capacidade de nos adoecer ou matar lentamente através dos litros de veneno despejados todos os dias em nossa mesa.

Vivenciamos a destruição da sociabilidade como a conhecemos em que a violência não está mais velada, a negação do humano criou uma guerra de todos contra todos na exacerbação do indivíduo. Somos únicos, diferentes, afirmativos e não somos nada. No metaverso da nossa total alienação, o capital fictício alarga fetichização da mercadoria ao ponto em que virtualiza até "realização" pelo consumo.

É o futuro que precisamos ter em mente com os olhos críticos, para que sejam os participantes ativos do processo histórico, plenamente conscientes e preocupados com as implicações fatídicas do poder destrutivo do capital estágio presente da história. capital está conosco há muito tempo, de uma forma ou de outra; (...) Quando pensamos no futuro, a luz de nossa dolorosa experiência histórica, não podemos imaginar uma situação em que a derrubada do capitalismo - Nos termos como no passado costumávamos pensar a revolução socialista - resolveria os graves problemas que nos confrontam, pois o capital é o ubíquo; está profundamente engastado em cada área singular da nossa vida social. as aspirações da mudança socialista em uma base duradoura devem relacionar-se a isso,

com todas as suas dificuldades. (...) Nossa perspectiva deve orientar-se no sentido de delinear e afirmar com êxito a salvaguardas necessárias contra o reaparecimento das personificações do capital em toda e qualquer forma nova. Mészáros, 2007, p.74.

Chegamos num ponto da história em qual a barbárie faz com que a gente negue a nossa própria condição humana, quando mais avançamos na barbárie mais difícil fica o seu retorno, mais difícil ficam as condições de existência no planeta. Urge pensar para além do capital e através da crítica radical propor uma mudança substantiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRASCO. **Agronegócio e pandemia no Brasil: uma sindemia está agravando a pandemia de COVID-19?** 2021. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2021/05/Agronegocio_-_ABrasco-IPEN.pdf. Acesso em: 15 de março 2021.
- ANDERSON, Perry. Neoliberalismo: um balance provisório. IN: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Compiladores). **La trama del neoliberalismo: mercado, crisis y exclusión social**. Buenos Aires, Argentina: Eudeba, 1995.
- ANVISA. **Agrotóxico**. Instituto Nacional do Câncer, Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxicos>. Acesso em: 15 de março 2021.
- BASSI, Bruno Stankevicius. **Quem são os donos da terra no Brasil?** Atlas do Agronegócio, 2018.
- BERNARDES, Júlia Adão; FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valéria; MALDONADO, Gabriela. **Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das mega empresas argentinas no brasil**. 2017.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **Acordo com União Europeia vai ampliar uso de agrotóxicos e desmatamento, diz pesquisadora que teve de deixar o Brasil**. 2021. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/06/acordo-com-uniao-europeia-vai-ampliar-uso-de-agrotoxicos-e-desmatamento-diz-pesquisadora-que-teve-de-deixar-o-brasil/>. Acesso em: 15 março 2021.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.
- CAMPOS, Fábio Antonio; SABADINI, Mauricio de Souza. Hilferding e o nexu imperialista entre capital financeiro e exportação de capital. **XIX Encontro Nacional de Economia Política em Florianópolis**, 2014
- CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. Porto Alegre: **Ensaio FEE**, nº 1, vol. 20, p. 284-304, 1999.
- CARVALHO, Edmilson. A Totalidade Como Categoria Central na Dialética Marxista. **Revista Outubro**. 2007. Disponível em: <https://orientacaomarxista.blogspot.com/2008/07/totalidade-como-categoria-central-da.html>. Acesso em 06 set 2021.
- CASSEDY, John. **Como os Mercados Quebram: a lógica das catástrofes econômicas**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLAPP, Jennifer. Mercados de capitais investidores se preocupam com a produção – não com quem produz. *IN: SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (org.). Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos.* Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. p. 44-45.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Usos e abusos da categoria território. **Revista da ANPEGE**, v.17, nº 32, ano 2021, pp. 7-21. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege> // DOI 10.5418/ra2021.v17i32.13582. Acesso em: 04 de out. de 2022.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Estado, Capital e a Farsa da Expansão do Agronegócio. Buenos Aires: **Revista de Geografia Meridiano**, nº. 2, p. 81-104, 2013.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Expansão do Agronegócio no Campo de Sergipe. São Cristóvão, **Revista Geonordeste**, ano XXII, n. 2, 2011.

CONCEIÇÃO, Alexandrina. Luz. GEOGRAFIA, DAVID HARVEY E CAPITALISMO. Contra a Corrente: **Revista Marxista de Teoria, Política e História Contemporânea**, v. 01, p. 74-77, 2009.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia do espaço da miséria. **Scientia Plena**. Vol. 1, num. 6, 2005.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. **Revista Esforia**. Programa de Pos Graduação em Agroecossistemas/UFSC, ano 02, vol 02, nº 02, 2004, pp 79-91.

DANTAS, R. O Estado como fiador do capital: lições da maior crise da história do capitalismo no pós-guerra. **VII Colóquio Internacional Marx-Engels**, Campinas, 24 a 27 julho 2012. 8.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=5491&catid=301> Acesso em 15 mai 2013.

DELGADO, Guilherme C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1985.

DINHEIRO RURAL. **LCA é a Tacada Certa**. Disponível em: <http://revistadinheirorural.terra.com.br/secao/agrofinancas/lca-e-a-taca-da-certa>. Acesso em: 02 de maio 2021.

DUTRA JÚNIOR, Wagnervalter. **A Geografia da Acumulação – Territórios do Trabalho (Abstrato) e da Riqueza (Abstrata): a espacialização da irracionalidade substantiva do capital**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

DUTRA JÚNIOR, Wagnervalter. **Das armas da crítica a crítica das armas: a barbárie bate à nossa porta como o abismo que te decifra e te devora.** 2021 Disponível em: https://capitaltrabalho.blogspot.com/2021/08/das-armas-da-critica-critica-das-armas_12.html. Acesso em: 02 de maio 2021.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Carlos Rubens. Crédito Rural como Apropriação da Renda da Terra pelo Capital Financeiro. **Revista de Estudos Jurídicos**, nº1, 2012.

FONTENELE, Ana Consuelo; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Categorias marxistas e análise do processo de valoração e financeirização capitalista da natureza. **Germinal: marxismo e educação em debate.** Salvador, v.13, n.2, p.69-91, ago. 2021.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e história.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla. Globalização financeira e land grabbing: constituição e translatinização das megaempresas argentinas. **Globalização do agronegócio e Land grabbing. A atuação das megaempresas argentinas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editorial Lamparina, 2017.

GEMER, Claus M. **O Sistema de Crédito e o Capital Fictício em Marx.** Porto Alegre: Ensaios FEE, p. 179 -201, 1994.

GURGEL, Aline Monte; GUEDES, Clenio Azevedo; FRIEDRICH, Karen. Flexibilização da regulação de agrotóxicos enquanto oportunidade para a (necro) política brasileira: avanços do agronegócio e retrocessos para a saúde e o ambiente. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 57, p. 135-159, 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina.** - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói : Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **O 'novo' imperialismo: acumulação por espoliação.** Socialist Register, p. 95-125, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O “novo imperialismo”-ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento.** Lutas sociais, n. 13/14, p. 9-23, 2005.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

- HARVEY, David. **Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- IANNI, Otavio. **Ditadura e Agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LEWIS, Michael. **A jogada do Século**. Rio de Janeiro: Best Business, 2016.
- LEWIS, Michael. **Flash Boys: Revolta em Wall Street**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- LONDRES, Flavia. **Transgênicos no Brasil**: as verdadeiras conseqüências. 2000. Disponível em: <https://www.unicamp.br/fea/ortega/agenda21/candeia.html>. Disponível em: 03 de jun 2021.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A crise da social-democracia** (o folheto Junius). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1915/junius/cap01.htm>. Acesso: 26 de set. de 2021.
- LUZ, Andréia Ribeiro; BITTENCOURT, Jackson Teixeira; TAIOKA, Tainari. Financeirização da Riqueza: uma Análise da Evolução da Receita Financeira no Setor Industrial. **X Congresso Virtual de Administração**. Disponível em: http://www.convibra.org/upload/paper/2013/33/2013_33_8277.pdf (2013). Acesso em: 15 de ago. 2021.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Terceiro Tomo 1. Vol. IV. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Terceiro Tomo 2. Vol. V. São Paulo: Nova Cultural, 1988b.
- MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo editorial, 2007
- MARX, Karl. **O 18 de brumário** de Luís Bonaparte. São Paulo: **Boitempo**, 2011.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro III – o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MELLO, Guilherme S; ROSSI, Pedro; CHILIATO-LEITE, Marcos Vinícius. A Quarta Dimensão: os derivativos em um capitalismo mundializado. **Encontro Nacional de Economia**, Foz do Iguaçu, 2011.

MENEZES, Igor D'Luca Ramos de. Revisão da literatura empírica acerca das variáveis que impactam a precificação de commodities agrícolas: Soja, milho, café e boi gordo. Brasília. 2015.

MENEZES, S. **O trabalho nas fissuras da crítica geográfica**. 2015. 420 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10032016-142512/publico/2016_SocratesOliveiraMenezes_VCorr.pdf. Acesso em: 22 de set. 2021.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo, SP: Boitempo, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Campinas, SP: Boitempo: 2011.

MICHELOTTI, Fernando; SIQUEIRA, Hipólita. Financeirização das commodities e padrões espaciais de acumulação e dominação: implicações para apropriação e conflitos pela terra no Brasil. **Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política**. 2018.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco; GOLDFAR, Yamila. **“O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo”**. Análise MUDANÇA CLIMÁTICA, ENERGIA E MEIO AMBIENTE, 2021, 15. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>. Acesso em: 22 de set. 2021.

NAKATANI, Paulo; HERRERA, Rémy. Crise financeira... ou de superprodução. **Anais Encontro Nacional de Economia Política**, 2011. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=149806>. Acesso em: 10 mar. 2019.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NOGUEIRA JÚNIOR, Carlos. **Financeirização de commodities agrícolas**: estudo sobre o comportamento do mercado futuro de soja e milho e dos preços após, 2008.

PALLUDETO, Alex Wilhans Antonio; ROSSI, Pedro. **O capital fictício: revisitando uma categoria controversa**. Instituto de Economia, UNICAMP, 2018. Disponível em:

<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3659/TD347.pdf>. Acesso em: 21 de set. 2021.

QUINJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2009.

ROMEU, Marina Campanelli. **Análise dos impactos dos especuladores nos retornos dos preços futuros das principais commodities agrícolas exportadas pelo Brasil**. São Paulo, 2014.

SAKAMOTO, Leonardo. Condições de trabalho: de vitrine a vidraça. **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, v. 60, 2018.

SILVESTRINI, André Dressano; LIMA, Roberto Arruda Souza. Securitização da dívida rural brasileira: o caso do Banco do Brasil de 1995 a 2008. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, p. 1021-1050, 2011.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STÉDILE, João P. Tendências do Capital na Agricultura *in* STÉDILE, João P (org.). **A questão Agrária no Brasil vol. 7**. São Paulo: Expressão popular, p. 19-38, 2013.

TÁVORA, Fernando Lagares. **Impactos do novo coronavírus (covid-19) no agronegócio brasileiro**. Textos para Discussão 274 – Núcleo de Estudos e Pesquisa de Consultoria Legislativa, Senado Federal, Brasília, 2020.

VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. Camponeses numa era de Globalização Neoliberal: América Latina em Movimento. *IN*: PAULINO, Eliane Tomiasi Paulino e FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e Territórios em Disputa**. 1ª edição São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-Graduação em geografia, p. 79-117, 2008.

WILKINSON, John. SUPERSIZE ME. *IN*: SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (org.). **Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. p. 10-11.